

Universidade Estadual do Ceará

Antônio Mendes Teixeira Júnior

AS MODERNIDADES NO BRASIL E O DISCURSO DO "GOVERNO DAS MUDANÇAS": O QUE SIGNIFICA "TERRA DA GENTE"?

**Fortaleza - Ceará
2005**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Universidade Estadual do Ceará
Antônio Mendes Teixeira Júnior**

AS MODERNIDADES NO BRASIL E O DISCURSO DO "GOVERNO DAS MUDANÇAS": O QUE SIGNIFICA "TERRA DA GENTE"?

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas. Área de concentração: Rural-Urbano: Cultura, Linguagem e Patrimônio.

Orientador: Gisafran Nazareno Mota Jucá.

**Fortaleza - Ceará
2005**

Universidade Estadual do Ceará
Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade

***Título do Trabalho:** As Modernidades no Brasil e o discurso do "governo das mudanças": o que significa "terra da gente"?*

Autor: Antônio Mendes Teixeira Júnior

Defesa em: 23/06/2005

Conceito obtido: Satisfatório

Banca Examinadora

Gisafran Nazareno Mota Jucá- Orientador, Prof. Dr.
Orientador

Inês Sílvia Vitorino Sampaio, Profª Dra.

José Borzacchiello da Silva, Prof. Dr.

Aos explorados e empobrecidos que tombaram nestes de 500 anos, tentando construir um mundo melhor, em especial meu pai (*in memoriam*), pelos seus desatinos e exemplo de luta.

Agradecimentos

Sou imensamente grato àqueles que em meu projeto de vida, de uma forma ou de outra, me proporcionaram chegar até aqui (Ebenézer).

Agradeço ao amigo prof. Domenico Batocchio, que ainda na graduação me fez perceber que a vida é maior que a ciência. E que o brilho da ciência está na aproximação desta à poesia.

A prof^a Inês pelas suas lúcidas observações e companhia desde a graduação. E é claro, ao meu orientador que não me deixou nas tormentas do caminho, prof. Gisafran.

A Fundação Cearense de Apóio a Pesquisa (FUNCAP), pela bolsa de pesquisa sem a qual não poderíamos realizar essas leituras e investigações.

A minha esposa que não me deixou esmorecer juntamente com os meus familiares, especialmente a minha querida mãe.

“Como realidade ou como metáfora, a viagem está sempre em muito do que é o imaginário das ciências sociais. Todo cientista social realiza algum tipo de viagem quando estuda, ensina ou pesquisa”(Octavio Ianni)

RESUMO

Este trabalho analisa o significado da construção da narrativa de nação e de identidade brasileira, no que se refere à “defesa” de um povo e de sua terra, ou, a elaboração e desenvolvimento de um novo Estado-nação, o Brasil. Ocorre que em face das comemorações dos 500 anos de (des)cobrimto do Brasil, a nação ainda procura o seu rumo. E o discurso político do chamado "governo das mudanças" no Ceará propaga que agora é “Ceará Terra da Gente”, fruto e resultado de uma visão política, de estratégia de desenvolvimento para o Estado do Ceará, que tem servido de paradigma não só para os demais Estados nordestinos e quiçá para toda a federação. O Ceará terra da gente deve ser contextualizado dentro de uma nova perspectiva histórica que vai além das fronteiras da nação, adentrando nos limites da globalização dos mercados. O estudo é um resgate da narrativa de nação e seu desenvolvimento vigente e (re)elaborado nos 500 anos. Procura entender o que significa a construção da nação e da identidade cultural brasileira amalgamada pelo Estado na confecção da história nacional, e finalmente, como se modificam o território e a territorialização no discurso do “governo das mudanças” em meio ao um mundo cada vez mais globalizado. Desterritorializando e reterritorializando a identidade dos cearenses, transformando as feições do Estado nordestino com um tipo de desenvolvimento econômico que (in)forma uma “terra” para gente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
------------	----

PARTE I

O ESTADO-NAÇÃO E AS IDENTIDADES CULTURAIS NA MODERNIDADE

<i>CAP. I - “O Brasil Moderno: um horizonte das modernizações e desenvolvimentos”</i>	<i>09</i>
CAP. II – “As Culturas e a Relativização dos desenvolvimentos: a modernização e os desvios diferenciais”	28
CAP. III – “A Modernidade (no Brasil): os agentes da modernização e a sociedade racional”	51
CAP. IV – “A Modernidade e as ‘Identidades Coletivas’: os espaços e lugares”	65

PARTE II

A IDENTIDADE CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

CAP. V – “(Des)envolver o Brasil: do ‘atraso’ ao ‘subdesenvolvimento’”	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
BIBLIOGRAFIA	128

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, queremos compreender como o discurso de *estado-nação*, elaborado por empresários-políticos em finais do século XX, no Ceará, dentre eles, o governador Tasso Jereissati, “costurou” um Ceará, imprimindo-lhe um *sentido* em seu desenvolvimento econômico e social. Os empresários na administração governamental produziram uma visão prospectiva do Estado, que viabilizou um projeto de *modernidade-modernização* no Nordeste brasileiro.

Queremos entender como a produção de um “novo” Ceará é imprescindível para legitimar a estratégia política das novas lideranças no Estado, que, com a implementação do seu “projeto de modernização”, tendem a modificar a relação da identidade cearense e seus possíveis lugares, quando os espaços são reordenados por uma geopolítica global (o que se evidencia particularmente nos rumos do desenvolvimento econômico no Ceará, desde 1987). E ainda, procurar entender o que acontece com a *identidade cultural*¹, a nível local, quando inserida em *processos de globalização* (dos mercados, culturas, costumes, valores).

Assim, este trabalho não pretende repisar em espaços já trilhados, mapeados, discutidos e analisados da “Era Tasso” por renomados pesquisadores, aqui e acolá, na história política recente do Ceará e do Nordeste. As abordagens, em geral, analisam o “governo das mudanças” em seus inúmeros aspectos tais como: as relações entre o público e privado e as mudanças no comportamento de se fazer política, levando em consideração o “clientelismo”, e o “patrimonialismo” tão arraigados na região (Gondim, 1998; 2002); o início do processo de “reforma do Estado”, o ajuste fiscal e enxugamento da máquina administrativa (Botelho, 1993); surgimento de um padrão midiático na política brasileira juntamente com “fabricação” de novas representações do Nordeste e dos

¹ Estamos interessados na identidade nacional, mas obviamente que as diversas identidades estão sendo remodeladas neste momento, “*nunca a história conheceu tantas fronteiras como nosso mundo contemporâneo e em nenhuma época houve tantas transgressões de fronteiras como hoje (...) Erigir e derrubar fronteiras ou limites está na ordem do dia (...) numa tensão dialética entre demarcação de identidades particulares – geográficas, nacionais, lingüísticas, culturais, étnicas, disciplinares, de gênero e assim por diante – (...) Se a consolidação de fronteiras é caracterizada como etnicidade, tribalismo, nacionalismo, a transgressão de fronteiras é conhecida como globalismo, multiculturalismo, transnacionalismo*” in: Felix Wilfred, “A arte de transpor fronteiras” in: *Revista Concilium*, nº 280, 1999, p.5. A respeito das transgressões atuais, de fronteiras, concordamos com Renato Ortiz quando defende que a globalização não significa o fim das fronteiras, mas a criação de novas fronteiras.

políticos(Carvalho,1999; Diógenes,2002); modernidade política e uma (nova) exclusão social(Barreira,1993; Teixeira,1999); configuração de um novo quadro administrativo na política cearense com o declínio de velhas oligarquias e ascensão de um grupo empresarial no governo do Estado(Parente,1989/90;2002); os discursos do (novo) Nordeste e sua relação com a globalização(Costa,2000); criação de complexo agroindustrial e a reforma agrária(Martins,2002). Não há trabalhos, salvo engano, sobre o Ceará que toquem de maneira incisiva na questão antropológica da *identificação cultural* cearense e seus novos enraizamentos, como consequência das recentes políticas de reordenação do espaço econômico no seu território, que no limite provocam *desterritorializações e retorritorializações*, de uma parcela considerável da população que é atingida diretamente pelo “projeto de mudanças”. Tentamos aqui iniciar este debate, dando uma pequena contribuição nesse diálogo e apontando algumas pistas neste labiríntico percurso.

A produção (de discursos) e a prática de um novo Nordeste, pelo chamado “governo das mudanças” no Estado do Ceará, são norteadas, dentre outras coisas, por uma política de industrialização que foi o mote da Era Tasso Jereissati, principalmente, no seu segundo mandato(1995-1998), com a política de implantação dos “projetos estruturantes”.

O projeto do “governo das mudanças” pode ser auscultado, significativamente, numa peça publicitária oficial que dizia: *Ceará terra da gente*², onde dispunha de imagens de um rumo novo na história do Ceará e seu desenvolvimento, cantado em verso e prosa, ao som da sanfona e do forró, num ritmo e sotaque característicos do povo nordestino.

Este projeto (discurso e prática política), “Ceará terra da gente” da Era Tasso Jereissati (1987-2002), é uma orientação política daqueles oriundos do Centro Industrial do Ceará(CIC), que conseguiram antecipar uma nova “agenda de modernização” no Brasil. Como, então, a identidade cearense é afetada por estas políticas (de industrialização) que reorganizam os espaços do Estado, num mundo cada vez mais globalizado? Esta é a questão chave de nosso empreendimento. E aqui propomo-nos entender a relação do *espaço* e a *identidade cultural* e as transformações que perpassam, quando se acirram processos de globalização³.

² O economista Fº Teixeira(1999) avaliou o projeto político do “governo das mudanças” e discorria ao final da sua pesquisa: “ao contrário do que diz esse governo, o Ceará mais do que nunca é terra dos outros”.

³ Queremos entender a “globalização” a partir da “desterritorialização”. “*Na época da globalização, o mundo começou a ser taquigrafado como ‘aldeia global’, ‘fábrica global’, ‘terrapátria’, ‘nave espacial’, ‘nova Babel’ e outras expressões. São metáforas razoavelmente originais (...) expressões descritivas e interpretativas fundamentadas (...) ‘economia-mundo’, ‘sistema-mundo’, shopping center global’, ‘Disneylândia global’, ‘nova visão internacional do trabalho’, ‘moeda global’, ‘capitalismo global’, ‘mundo sem fronteiras’, ‘tecnocosmo’, ‘planeta Terra’, ‘desterritorialização’, ‘miniaturização’, ‘hegemonia global’, ‘fim da geografia’, ‘fim da história’ e outras mais*” in: Octavio Ianni, *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 11ª edição, 2003,p.15-6.

A nossa hipótese é que o “governo das mudanças” pelo seu discurso político “terra da gente” está (re)descobrendo, e (re)desenhando o Ceará, sendo utilizado nesse momento pelas lideranças do país como discurso de Estado-nação para resolver os problemas seculares de desigualdades regionais. E esta prática política traduz uma “atualização histórica” no âmbito da região Nordeste, e requer uma “transfiguração por atualização” da população cearense, principalmente, no interior do Estado. Trata-se, contudo, de um “processo modernizador” global, decorrente de uma nova geopolítica no capitalismo que impõe, entre outras coisas, a reforma estatal⁴ (novas obrigações do Estado), bem como a reestruturação produtiva⁵.

Resumindo, os objetivos desta pesquisa são: - pontuar a re-invenção da *identidade cultural* cearense no “governo das mudanças” e seus *(des)enraizamentos* na enunciação de um “novo” Nordeste, e portanto, a importância de uma nova discursividade de região tendo que conciliar um desenvolvimento econômico e social; - analisar a eficácia do modelo de desenvolvimento econômico, implementado pelo “governo das mudanças”, no Ceará, quanto a capacidade de *enraizar* a população cearense, marcada por gritantes desafios sociais, tendo como pano de fundo as crises de autonomia e soberania do Estado brasileiro⁶.

O “governo das mudanças”, assim como todo governo, precisa atinar e elaborar uma produção de discurso, que se dispõe na origem de todo e qualquer empreendimento. Desse modo, o nosso estudo busca compreender o seu projeto de governo como um todo, contudo, esclarecemos que não há uma relação linear e direta entre o discurso e a realidade social.

E pela produção de discurso tentamos analisar os saberes e seus “efeitos de verdade” na “prática discursiva” e, pela análise de discurso, tentamos apreender as disputas de produção de “sentidos” na própria prática discursiva.

Obviamente, como estamos tratando de discursos, saberes e práticas, nossa intenção não é encontrar precursores de um determinado “pensamento” de Ceará (ou de Nordeste); aqui, não intentamos fazer uma “arqueologia” do “desenvolvimento” (do Estado brasileiro, Império-República), nem muito menos uma “epistemologia” do conceito de região (e práticas

⁴ O Estado do Ceará foi o primeiro a fazer o “ajuste” macroeconômico, entre os Estados da federação.

⁵ Leia-se quebra dos monopólios estatais e privatizações, ocasionando desmoronamento de cadeias produtivas inteiras, desindustrialização e desemprego, em regiões concentradas do país.

⁶ O Brasil, país de dimensões continentais, e relativamente industrializado, teria condições de posicionar-se ao quadro da “globalização financeira”, segundo critérios relativamente autônomos, mas não o fez com a implementação do Plano Real, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Diz Conceição Tavares: “o avanço da globalização vem implicando uma perda relativa da autonomia da maioria dos Estados nacionais. Isto não deve ser correlacionado, no entanto, com um suposto ocaso do Estado-nação enquanto tal. Pelo contrário, toda a lógica do movimento de globalização tem, desde a sua origem, um caráter de concorrência predatória e de especulação patrimonialista, que só podem ser contidas e reguladas por novas formas de renovação e reforço dos mecanismos de intervenção dos Estados nacionais” in: Conceição Tavares, *Destrução não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*, Rio de Janeiro: Record, 1999, p.24.

de regionalismos) no Brasil, embora, indispensável para entender os deslocamentos dos discursos de região e as desigualdades regionais no Brasil.

A disputa de sentido moderno/tradicional consubstancia, na verdade, uma estratégia de hegemonia no Ceará, ou se preferir de *nacionalidade*. Como indicamos no título do trabalho nossa intenção é inquirir pelo sentido de “terra da gente” no “governo das mudanças”, e é claro que há, em todo caso, um panorama de continuidades e descontinuidades no discurso de região, e de desenvolvimento do Estado.

Parafraseando Darcy Ribeiro quando escreve o seu, *O povo brasileiro*(1995), diz o autor, na tentativa de responder a pergunta: “Por que o Brasil ainda não deu certo?”, poderíamos indagar: como o Ceará dá certo no “governo das mudanças”? qual o “enraizamento” identitário deste “povo-nação”?

É intrigante que os discursos produzidos sobre o Brasil ainda no século XIX, assim podemos observar, desde que foram lançadas as bases de “fundação” da nação, de alguma forma, a favor ou contrariamente, “todos” se debatiam com a questão de construir um Brasil moderno.

Portanto, pensar a modernidade no Brasil é algo recorrente no contexto da história nacional, mas com uma complexidade sem igual na contemporaneidade, pelo que nos idos dos oitocentos o “Brasil” lutava pra existir como Estado-nação. Nestes tempos de 500, a luta é pra continuar a produzir sentido dentro do Estado-nação (regiões e Estados da federação). Veja, por exemplo, as lutas quase fratricidas dos Estados tendo como pivô o mecanismo da isenção fiscal, ou mesmo, as “guerras urbanas” nas grandes metrópoles brasileiras, deixando a mercê uma parcela considerável da população que é “assistida” por um “Estado paralelo”, fulcro de comércio ilegal de armas, narcotráfico, e lavagem de dinheiro nestes centros.

“O Estado perde centralidade, e o direito oficial desorganiza-se, passando a coexistir com o direito não oficial de múltiplos legisladores fáticos, os quais, pelo poder econômico que comandam, transformam a facticidade em norma, disputando com o Estado o monopólio da violência e do direito”(SANTOS,1999:41)

Tanto a legalidade da isenção fiscal - que serve como fator, preponderante, na reordenação dos territórios, lembrados e esquecidos ao sabor das disputas conjunturais - quanto a ilegalidade dos crimes, que rege os negócios do “Estado paralelo”, na atualidade, estão intrinsecamente relacionados ao mesmo processo de desterritorialização.

No turbilhão das lutas fiscais, como situar geograficamente o “Nordeste”(os Nordeste): onde fica a região-problema? E o Estado do Ceará, atrasado e agora um Estado-promissor, de castigado pelo sol no semi-árido, e toda uma “literatura regional” que alimentou a “indústria da seca”. Como o Ceará em pouco mais de uma década de administração empresarial tornou-se a “terra da luz”?

A transformação dos discursos, as metamorfoses no mundo do trabalho, da cultura, da filosofia, da ciência, da política, da economia, e da geografia, demonstram que entramos em uma nova fase da história, diz Boaventura Santos, “*a verdade é que nos encontramos num mundo pós-foucaultiano, o que, aliás, nos faz pensar retrospectivamente quão organizado era o mundo anarquista de Foucault*”(1999:41).

Sim, passamos por um momento difícil na teoria social, no qual a realidade mundial desnuda-se labiríntica, cheia de encruzilhadas, e nela constatamos forças centrífugas, centrípetas, opostas e, ao mesmo tempo, tão complementares, num mesmo território.

Concordamos com Ortiz(2000), quando afirma: a *modernidade* e a *nação* noutros tempos são pensadas juntas, a primeira como um vasto e intricado processo de racionalização, a segunda, seria a própria singularidade da modernidade em territorialidades distribuídas pelo globo. Mas já adentramos num cenário dessa “dissociabilidade”, instaurada por novas conexões de espaço e tempo, que interligam circuitos de gerenciamento, colocando em xeque os territórios dos países.

Trabalharemos com as categorias: de *transfiguração por atualização*, que possibilita pensar as modernizações ocorridas no Brasil, depois é claro, de termos entrando por via da *incorporação histórica* na modernidade; para abordar o “desenvolvimento” apegamo-nos a noção de *desvios diferenciais* em Lévi-Strauss; e finalmente a idéia de *identidade cultural*, incluindo a noção de “desterritorialização”, principalmente, em Giddens e Stuart Hall. E ainda, para embasar o conceito de *territorialidade*, no sentido antropológico, utilizamos a noção de *lugar antropológico* em Marc Augé.

Este trabalho está dividido em duas partes: a primeira tenta relacionar a criação das “identidades culturais” no perímetro do Estado-nação. O primeiro capítulo mostra que a idéia de Brasil moderno está posta desde a fundação da nação; encontra-se no decorrer da história nacional, com seus desenvolvimentos e modernizações. Procura ainda situar o “governo das mudanças” com o seu projeto de desenvolvimento industrial na contemporaneidade; em seguida, numa perspectiva mais ampla pensamos a formação das “identidades e alteridades” na modernidade, e aqui, discorreremos acerca da importância da preservação da diversidade de culturas, pelo exercício de formas específicas de seus desenvolvimentos (o desenvolvimento

enquanto forma de manifestação da cultura num determinado território), compreendendo que a imposição um tipo de desenvolvimento às demais culturas reflete simplesmente uma postura etnocêntrica (que foi praticada, inclusive, sob o crivo da ciência), e para isto utilizou-se de toda uma engenharia estatal e artifícios espúrios que apoiavam o “discurso colonialista”, que exacerbou ainda mais as desigualdades socioeconômicas entre as nações, e dentro dos Estados nacionais. Explicitamos, neste mesmo capítulo, como iremos analisar o discurso do “governo das mudanças”. O seu projeto de desenvolvimento, na implementação de uma nova identificação cearense, o que de fato, só realizaremos detalhadamente na segunda parte do trabalho.

No terceiro capítulo pensamos as inflexões da modernidade e sua expansão com o capitalismo. Aludimos os “descobrimientos” como momento primordial de gestação do espírito moderno, acompanhado pelo “ego” colonizador da alteridade. Instaurando modernizações no arco de alcance da cultura ocidental. A “autocertificação” da modernidade com “o princípio de subjetividade” (reflexividade). A “falácia desenvolvimentista” no Iluminismo. A modernidade e a racionalização, e os agentes de modernização no Estado-nação. Temos ainda o papel das “identidades culturais” na confecção das nações (mitos e invenções), e o porquê da acirrada política identitária, pelo Estado-nação, quando se intensificam a “radicalização” da modernidade, tomando como suporte algumas idéias de Ianni, Boaventura, Dussel, Hobsbawm e Touraine.

No último capítulo desta primeira parte temos um panorama das “conseqüências da modernidade” em Giddens, a perspectiva reflexiva das tradições produzida pelos desencaixes e encaixes de espaço e tempo. A posição de Roland Robertson a respeito da “globalização” e a favor da relativização das tradições. O “descentramento” da “identidade cultural” em Hall. O território como “lugar antropológico” e a experiência do não-lugar, em Augé. A crise do espaço e da alteridade em nossos dias. A transfiguração econômica no Ceará produz não-lugares? Culturas híbridas e territórios múltiplos. O estado-nação como instituição válida, legítima, e necessária na defesa das diversas identidades.

A segunda parte do trabalho trata a respeito da identificação do atraso e do subdesenvolvimento brasileiro, e como o “governo das mudanças” vai atualizar esse debate no Ceará. Discutimos a importância da mudança da identificação do cearense, quando se reorganizam os espaços e tempos, no projeto de desenvolvimento sustentável da Era Tasso.

O método que dispomos para compreender o “discurso das mudanças” é a análise de discurso em Eni Orlandi. Como material discursivo utilizamos as mensagens de governo à Assembléia Legislativa do Estado nos anos de 1999 e 2000.

Escolhemos tratar das mensagens governamentais, exclusivamente porque priorizamos um delineamento teórico da nossa pesquisa, tendo que construir um arcabouço que desse de alguma forma suporte para compreender as possíveis mutações no que se refere às identificações culturais, em especial a identidade nacional. Visto que queríamos debater conceitos mais amplos e noções complexas a respeito da modernidade, modernização, globalização, e a influência deles na construção dos novos espaços identitários.

Como o nosso intuito era entender a relação do espaço com a identificação, e não tendo condições para analisar empiricamente as transformações ocorridas no espaço cearense, no transcurso dos “governos mudancistas”. Trabalharemos, aqui, apenas as implicações da interferência no “espaço vivido” da população pelas políticas públicas no Ceará a partir de 1986, que modificaram a geopolítica do espaço cearense, real e imaginariamente.

“Terra da gente” é muito mais do que um simples plano de governo ou uma política de Estado, foi (é) a possibilidade encontrada pelo governo (do Ceará) para alimentar ainda o desenvolvimento do subdesenvolvimento, arraigada nas identificações regionais dos atrasos econômicos e culturais no Brasil. Assim, aquele que se dispor a percorrer o nosso trajeto nesta pesquisa observará que em perspectiva ampla este trabalho bem que poderia se adequar a outros momentos de nossa história nacional.

Mas esclarecemos de antemão que nossa análise objetivamente compreende apenas o Ceará nos discursos governamentais dos anos 1999 e 2000, inclusive porque eles já têm uma certa maturidade da forma de governo que foi implementada na “Era Tasso”, podendo retratar de maneira amadurecida o que significou, por exemplo os “projetos estruturantes” para o Ceará.

PARTE I

O “ESTADO-NAÇÃO” E AS “IDENTIDADES CULTURAIS” NA MODERNIDADE

Capítulo I

“O Brasil Moderno: um horizonte das modernizações e desenvolvimentos”

“Sobre o problema da identidade coletiva, pode-se dizer que entramos em plena fase, em pleno período ‘identitário’. Trata-se de uma constatação. Não se pode escapar disto. Um pouco incrédulos no início, assistimos às reivindicações de identidade nascerem e afirmarem-se, para finalmente crescerem a tal ponto que, hoje, não se lhes pode avaliar as dimensões”(Michel Vovelle em *Reflexões sobre o Saber Histórico*)

Neste sentido é salutar lembrar a observação feita por Laplantine(2003) sobre o trabalho antropológico, até que ponto deve o antropólogo engajar-se na mudança ou permanência da realidade social:

“O fato da diversidade das ideologias sucessivamente defendidas (a conversão religiosa, a ‘revolução’, a ajuda ao ‘Terceiro Mundo’, as estratégias daquilo que é hoje chamado ‘desenvolvimento’ ou ainda ‘mudança social’) não altera nada quanto ao âmago do problema, que é o seguinte: o antropólogo deve contribuir, enquanto antropólogo, para a transformação das sociedades que ele estuda?”(LAPLANTINE,2003:29)

Outrora a ideologia premente dos governos era transformar, “selvagens” e “bárbaros” em “civilizados”, dotando-os de um Estado, e fazendo-os respeitar as leis e a religião, imprimindo-lhes uma cultura (européia) e, portanto, mais “desenvolvida”. Hoje, os termos

mudaram, optamos preferencialmente por “subdesenvolvidos”, mas a conotação é mais ou menos a mesma, é possível fazê-los sair do “atraso” cultural e socioeconômico em que estão mergulhados em suas culturas? Melhor dizendo, é necessário, torná-los “ilustrados”⁶.

Lévi-Strauss(1976) tem uma opinião a respeito do assunto. Compreende que o padrão de cultura ocidental alarga seus horizontes em territórios distantes e influenciando culturas distintas da sua, isto é, a ação “difusionista” da cultura, o que não anula o papel desempenhado pela “aculturação”⁷.

Preocupado com as implicações e conseqüências da modernização das diversas culturas, que são atraídas e confrontadas com a civilização (ocidental), o antropólogo compreende que houve duas possibilidades para pensar o desenvolvimento das culturas envolvidas na modernidade, na “homogeneização”⁸ dos padrões de comportamento e valores, difundidos, inclusive pelas nações que apresentam técnicas mais desenvolvidas que outras, mantendo a diversidade cultural; para isto, imprimiu-se um “movimento ascendente” entre as diversas entidades culturais.

O tal do movimento ascendente nada mais é do que a tentativa de provocar na diversidade de cultura *desvios diferenciais* que, em geral, distinguem uns de outros. As desigualdades sociais são o exemplo mais flagrante desta solução dentro de uma nação. A segunda forma, condicionada pela primeira, consiste em introduzir na associação nações

⁶ Enrique Dussel mostra a perspectiva de Kant quanto ao sentido da Ilustração (Aufklärung): o filósofo alemão tinha em mente a ilustração como a “saída” de uma situação de “inocência” e “inferioridade” culpável para uma outra, de maturidade. O termo pressuposto do filósofo é “desenvolvimento”. Cf. Enrique Dussel, *1492: o Encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.

⁷ A “difusão”, segundo Roberto DaMatta, *“fala de um processo empírico: uma entidade cultural sai de um sistema, como as regras do Partido Comunista russo ou as Constituições inglesa ou norte-americana, e é adotada noutra lugar (sociedade). A aculturação se refere ao modo pelo qual um certo dado ou entidade cultural vindo de fora é reinterpretado pelo sistema. E, no processo, como seu significado pode mudar porque ele pode ser redefinido em termos da cultura local”* in: Roberto DaMatta, “Globalização e Identidade Nacional: considerações a partir de experiência brasileira” in: Candido Mendes(coor), *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*, Rio de Janeiro: Record,2001, p.170.

⁸ É importante ressaltar que as idéias expostas por Lévi-Strauss fazem, aqui, parte de *Raça e História*, considerado um clássico da antropologia. Neste pequeno livro, o antropólogo tematiza conceitos como os de “raça”, ‘evolução’, história e “cultura”. Ele é totalmente cético quanto a idéia de “raça” como explicação de alguma evolução histórica e social mesmo porque não tem a mínima consistência, biologicamente, todos os povos são misturados; não existindo um lugar onde resida a raça pura, e na maioria das vezes dão-se como raça alguns caracteres físicos; sobre “evolução”, diz não haver uma evolução, mas evoluções culturais, distintos progressos; a respeito de “história”, cada povo constrói a sua cultura em bases míticas, letrada ou oral, e todas apresentam graus complexidades; sobre “cultura”, compreende que ela tem um aspecto singular que estrutura o ser social específico. O livro foi escrito a pedido da Unesco e publicado em 1952. Portanto, numa realidade em que os Estados nacionais reinavam incólumes sem conhecer territórios que disputassem a identificação das identidades culturais à altura. Sobre a possível “homogeneização” no início da década de 50, aspectos empíricos denunciavam que as culturas não-ocidentais, segundo ele, são levadas a incorporar-se em etapas mais avançadas (de industrialização), são também afetadas pelos meios de comunicação de massa que propagam e disseminam valores e produtos ocidentais. Para muitos, Lévi-Strauss é um exemplar de um momento no qual a antropologia alcançou o outro extremo do “etnocentrismo”, seria o ápice do relativismo cultural.

menos desenvolvidas. Novos parceiros externos, cujos “capitais de entrada” são muito diferentes dos que caracterizam a associação inicial.

Esta solução foi igualmente tentada, diz Lévi-Strauss, e se o termo de “capitalismo” permite, *grosso modo*, identificar o primeiro movimento ascendente, os de “imperialismo” ou de “colonialismo” ajudarão a ilustrar o segundo.

Obviamente, a solução em manter, relativamente, a diversidade de culturas com movimentos ascendentes dentro e fora das nações, de uns e outros, criando desvios diferenciais encontra objetivamente seus limites nas desigualdades sociais e econômicas, levadas ao extremo entre o norte e o sul, e dentro dos Estados.

Se a modernidade vincula-se também ao processo de industrialização, não há dúvida de que ela pode ainda agregar outros parceiros externos no mundo globalizado e dentro do Brasil. Sendo assim, por que então o Ceará não poderia ser cogitado para tal projeto? Modernizar e industrializar, portanto, deve ser pensado como a solução de desfazer certos desvios diferenciais dentro do próprio território (criando outros), contanto que possamos diferenciar os espaços modernos e tradicionais. Dessa forma, o “governo das mudanças” tanto cria como tenta desfazer-se da imagem totalizante de “subdesenvolvimento” e de “atraso”, imposto à identificação do Ceará, pela pequena presença de indústrias, em relação aos centros mais avantajados do Brasil.

Mas a questão do desenvolvimento das culturas, da preservação da unidade e diversidade na modernidade não é tão simples como parece à primeira vista. É o que se pode deduzir quando diz Lévi-Strauss, relativizando o procedimento anterior, no qual demonstra que entre as culturas não há um único e exclusivo modelo de desenvolvimento:

“Porque, se tratarmos os diferentes estados em que se encontram as sociedades humanas, tanto antigas como longínquas, como ‘estádios’ ou ‘etapas’ de um desenvolvimento único que, partindo de um mesmo ponto, deve convergir para o mesmo fim, vemos bem que a diversidade é apenas aparente”(LÉVI-STRAUSS,1976:61)

No entanto, a modernidade tende a incorporar a todos, num sentido de desenvolvimento, um mesmo sistema de valores, uma forma própria de racionalização. É um fato a constatação de um maior contato entre povos e nações, comunicando-se no decorrer dos tempos modernos, em instituições criadas na/pela modernidade.

Para Wolfgang Sachs(2000), em seu *Dicionário do Desenvolvimento*, o debate sobre o desenvolvimento é um tipo específico de atitude mental:

“O desenvolvimento é muito mais que um simples empreendimento socioeconômico; é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões(...) ascendem e entram em declínio independentemente de dados empíricos e conclusões racionais; aparecem e desaparecem, não porque provou-se que estavam certos ou errados, mas sobretudo porque, em um determinado momento, estavam repletos de promessas e, em um outro, tinham se tornado irrelevantes”(SACHS,2000:12)

Sachs analisa, juntamente com outros, no seu trabalho, a re-significação da palavra “desenvolvimento”. Para os colaboradores do dicionário foi inaugurado, em meados do séc. XX, a “era do desenvolvimento” que está relacionada a Harry S. Truman, em seu discurso de posse, em 20 de janeiro de 1949, quando se referiu pela primeira vez ao hemisfério sul como “áreas subdesenvolvidas”⁹.

A busca pelo desenvolvimento, diz Sachs, chegou ao seu fim¹⁰, nestas últimas quatro décadas, pelo que esta ideologia não suporta mais crenças. A realidade dos países “subdesenvolvidos” que assimilaram tal discurso e colocaram-no em ação, com todas as medidas para repararem as debilidades e acelerar o processo de crescimento, a fim de tornarem-se também desenvolvidos - no caso da América Latina e Caribe a CEPAL elaborou os projetos para modificar a situação de dependência econômica do continente; alguns países conseguiram de alguma forma criar um aparato industrial, como o Brasil, alicerçado no processo de “substituição de importações”, mas mesmo assim não se configurou (e nem podia se configurar) a saída plena do subdesenvolvimento - a teoria (e ideologia) do desenvolvimento é desaprovada, não apenas pelos os resultados práticos de tais políticas de

⁹ Diz Truman em seu discurso: *“É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração para o lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática”* em verbete Desenvolvimento in: Wolfgang Sachs(ed), *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*.Rio de Janeiro: Vozes,2000, p. 59-60.

¹⁰ Segundo Sachs, *“a era do desenvolvimento entrou em declínio porque as quatro premissas que lhe serviram de base foram superadas pela história”*, em primeiro lugar, na visão do governo norte-americano eles *“estavam no cimo da escala de evolução social”*, mas a depredação da natureza mostra que a sua pretensa *“superioridade foi total e finalmente estilhaçada pela difícil situação ecológica”* de seu país e daqueles que se aventuraram nas promessas. Em segundo lugar não há mais sentido no confronto Leste-Oeste entre os USA e a URSS, com a desintegração desta última, *“o projeto de desenvolvimento global”* perdeu *“vapor e o combustível político”*; em terceiro, *“o desenvolvimento mudou a face da terra, mas não da forma que se esperava(...) um disparate de proporções planetárias”* entre Norte e Sul e mesmo *“polarização social”* dentro dos países nortistas. E por fim *“cresce a desconfiança de que o desenvolvimento, desde o início, já era um empreendimento mal concebido. Na verdade, não é o fracasso do desenvolvimento que deve causar medo, e sim, seu sucesso”*. O que sobrou destas quatro décadas de subdesenvolvimento foi *“uma perda tremenda de diversidade”* cultural in: id. Ib.,pp. 11 e ss.

desenvolvimento, e sim pelas expectativas que geraram, pelas promessas e necessidades criadas e que portanto são infundadas, ilegítimas e desnecessárias.

A voz de Sachs não tem nada que ver com o discurso político econômico neoliberal das últimas décadas, muito pelo contrário. Parece, por outro lado, fazer eco àqueles “desvios diferenciais” de que nos falava Lévi-Strauss, porém, denunciando-os. O discurso de desenvolvimento é estratégico e na verdade só lança noutra direção as injustiças do capitalismo, que tem por princípio a capacidade de concentrar sempre mais, subjugando os países que entraram mais recentemente na industrialização, e que sonham com o desenvolvimento alhures que nunca alcançarão¹¹.

Discursos de modernidade e desenvolvimento, como referimos anteriormente, podem ser auscultados em toda a história nacional, nos discursos históricos, políticos e geográficos, inclusive, sociológicos, percepções, preconceitos, mitos, e fantasias, próximas ou distantes. E mais recentemente no “governo das mudanças” - com a implementação do projeto político “Ceará terra da gente”¹², e que iremos analisar mais detalhadamente logo mais, através das mensagens de governo à Assembléia Legislativa do Estado.

Se a “idéia de progresso”, como bem frisou Lévi-Strauss no início da década de 50, é controvertida, pois não há um futuro necessário a trilhar e nem mesmo uma continuidade de uma etapa noutra, pois o progresso (se é que há) é feito por saltos. *“Estes saltos não consistem em ir sempre mais longe na mesma direção; são acompanhados por mudanças de orientação”*(Lévi-Strauss,1976:68). Dessa forma, de tempos em tempos nos encaminhamos (evoluímos) para uma direção não esperada. Sendo assim é importante indagar: quais os critérios que adotamos para referendar os “saltos” na nossa cultura que queremos ver na cultura do outro?

Como avaliar o desenvolvimento de uma região em relação à outra (o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil, por exemplo)? como pensar o progresso de uma área (rural e urbana)? e

¹¹ Diz Ivan Illich comentando o “sentido” do desenvolvimento: *“desenvolvimento é a palavra para uma promessa – para uma garantia de que o reino da necessidade será vencido, graças aos novos poderes da ciência, da tecnologia e da política. Sob a influência dessa promessa, os desejos também mudam sua posição. A esperança de fazer as coisas bem é substituída pela expectativa de que as necessidades serão definidas e satisfeitas(...) A esperança apela para o arbítrio de outra pessoa, seja essa humana ou divina. As expectativas se baseiam no funcionamento de sistemas impessoais que irão fornecer nutrição, serviços de saúde, educação, segurança e outras coisas a mais”* em verbete Necessidades in: id. Ib. pp. 158-9.

¹² *“É possível visualizar o desenvolvimento, diz Illich, como um processo através do qual as pessoas são retiradas de suas bases culturais tradicionais(...) basta observar as pessoas que foram recentemente transplantadas do campo para as megacidades do Terceiro Mundo – os laços culturais são dissolvidos. Podemos imaginar o desenvolvimento como uma lufada de vento que, violentamente, levanta as pessoas do solo e de seus espaços familiares, e as coloca em uma plataforma artificial, em uma nova estrutura social(...) Em seu conjunto, o processo vem normalmente encoberto pela linguagem técnica da engenharia – criação de infra-*

de uma civilização? os problemas de critérios de progresso são variados e depende em muito dos valores da cultura *local*, do seu povo e do tipo de civilização (os critérios, por vezes são estabelecidos¹³, mas que os estabelece e com qual critério? Para não dizer com qual legitimidade). Quais os critérios de modernidade e desenvolvimento no Brasil como um todo, e da região Nordeste, e particularmente do Ceará?

Se como afirma Pierre Lévi em *Cibercultura*(1999) da impossibilidade de desvincular o homem do seu contexto sociocultural, não haveríamos de nos preocupar com a suposta “ameaça” estrangeira visto que:

“É impossível separar o humano de seu ambiente material, assim como dos signos e das imagens por meio dos quais ele atribui sentido à vida(...) não podemos separar o mundo material(...) das idéias por meio das quais os objetos técnicos são concebidos e utilizados, nem dos humanos que os inventam, produzem e utilizam(...) as imagens, as palavras, as construções de linguagem entranham-se nas almas humanas, fornecem meios e razões de viver aos homens e suas instituições”(LÉVI,1999:22)

Sendo assim, podemos dizer, consonante ao que foi dito acima, que a cultura¹⁴ é o lugar de *diferença e identidade*, pois, cada sociedade produz um espaço, o seu.

Defende Pierre Lévi que seria um erro quando se fala por aí do impacto das tecnologias sobre a cultura produzindo a ulterior mudança de seu espaço, pois as tecnologias são produto de uma sociedade e cultura. Ainda mais quando se sabe que:

estruturas, construção e coordenação de sistemas, vários estágios de crescimento, ascensores sociais. O próprio desenvolvimento rural é expresso nessa linguagem urbana”, id. Ib.,pp.166-7.

¹³ Tanto o IDH quanto o IES estão atrelados às necessidades sugeridas no contexto do discurso moderno de desenvolvimento, diz o mesmo Illich, *“as necessidades que a dança da chuva do desenvolvimento alimentaram não só justificaram a espoliação e o envenenamento da terra, mas atuaram também em um outro nível mais profundo. Metamorfosearam a natureza humana. Reformularam a mente e os sentidos do **homo sapiens** tornando-as mente e sentidos do **homo miserabilis**. ‘Necessidades básicas’ talvez seja o legado mais traiçoeiro que o desenvolvimento nos deixou”, id. Ib.,155. E ainda: “a nova moralidade, baseada na imputação de necessidades básicas, vem tendo um sucesso bastante maior que sua antecessora histórica, a atribuição da necessidade premente de obter a salvação eterna(...) A expansão das necessidades forjadas pelo desenvolvimento moderno não será freada com o fim do discurso sobre desenvolvimento”*p.157.

¹⁴ Cultura é um termo muito impreciso nas ciências sociais, queremos apenas pontuar que ela não se confunde com os “produtos materiais” de uma dada coletividade, nem muito menos se restringe à parte “imaterial” da vida social, ela é tudo isso em “processo” de fazimento na/pela coletividade, que é antes a realidade concreta da própria lógica tão aparentemente natural e tão complexa da vida social. Compartilho também com o pensamento de cultura em Clifford Geertz, *“de qualquer forma, o conceito de cultura ao qual eu me atenho não possui referentes múltiplos nem qualquer ambigüidades fora do comum, segundo me parece: ele denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, por meios das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida”* in Carlos Rodrigues Brandão, *“A Arca de Noé (apontamentos sobre sentidos e diferenças a respeito da idéia de cultura)”* in: José Oscar Beozzo (org), op. Cit.,p.45.

“As técnicas carregam consigo projetos, esquemas imaginários, implicações sociais e culturais bastante variados. Sua presença e uso em lugar e época determinados cristalizam relações de força sempre diferentes entre seres humanos”(Id. Ib.,23)

E se as tecnologias e o universo simbólico que as acompanham são impostas¹⁵ como o foram às colônias em diferentes épocas e lugares, não seria absurdo pensar que a adesão à forma de vida, dos colonizadores aos colonizados, resultou antes de uma ausência de escolha do que propriamente de uma decisão livre?(Lévi-Strauss,1976). E que o Estado foi (e continua sendo) senão um poderoso instrumento “facilitador” deste consentimento.

Ora, os Estados nacionais são invenções modernas que atualizam a modernidade nos limites do território do país, cada povo-nação tem a sua própria modernidade:

“A modernidade, como fenômeno universal, não é uma cultura. Ela não caracteriza a especificidade de um povo ou de uma sociedade. A modernidade gera estruturas, valores, comportamentos que atravessam as culturas locais e as obrigam a mudanças históricas, sem fazer desta modernidade sua cultura”(SUESS,1992:216)

A esse respeito é importante indagar, como faz Laplantine(2003), há uma possibilidade em minha sociedade - qualquer que seja - permitindo-lhe o acesso a um estágio de sociedade industrial - ou pós-industrial com a utilização de suas técnicas - sem conflito dramático, sem risco de despersonalização? Cremos que sim, e isto depende em muito de como é feito esse contato intercultural, se por “incorporação” (ou atualização histórica), ou por processos de transfigurações étnicas, que como afirmamos anteriormente, podem ser deculturativos, porém aculturados pela cultura local¹⁶.

¹⁵ A própria “imposição” também deve ser relativizada, segundo diz Serge Gruzinski, analisando a colonização do imaginário ameríndio no México, nos séculos XVI a XVIII, pelo que: *“A ocidentalização não pode ser reduzida aos caminhos da cristianização e à imposição do sistema colonial, pois rege processos mais profundos e mais determinantes, como a evolução da representação da pessoa e das relações entre os seres, a transformação dos códigos figurativos e gráficos, dos meios de expressão e transmissão do saber, a mutação da temporalidade e da crença e, finalmente, a redefinição do imaginário e do real, no qual os índios deviam expressar-se e sobreviver, entre a obrigação e o fascínio. Ao lado das manifestações brutais e autoritárias da dominação colonial, e talvez mais do que elas, o fascínio do Ocidente – escrita, livros, imagens, técnicas, santos, cidades também ajudam a entender seu irresistível poder”* in: Serge Gruzinski, *A Colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Século XVI – XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003,p.410.

¹⁶ Não há como deixar de mencionar o tratamento dispensado aos povos ameríndios e os desencontros que houve (e ainda há, com menor intensidade) nestes 500 anos, que, aliás, segundo Rodolfo de Roux, o que de fato ocorreu, foi uma “trombada” ou um choque: *“o ‘encontro’ é o face-a-face entre duas pessoas, no reconhecimento do outro como outro e no mútuo respeito de sua liberdade e dignidade. Se um dos que se aproximam vai constituir o outro como ‘ser possível de exploração’, já não se pode falar de ‘encontro’ e sim de ‘enfrentamento’: chocar-se de frente, mas também afrontar, humilhar, agravar”* in: Oscar Beozzo, *“Uma perspectiva para compreender os 500 anos”* in: Oscar Beozzo et al., *Vida, Clamor e Esperança: reflexões para*

O antropólogo mais do que nunca deve procurar entender o que são as “identidades culturais” a fim de que seu esforço de consciência da “preservação” dos patrimônios culturais “ameaçados”, na contemporaneidade, não surja como no passado recente, apenas um mero romantismo ideológico, e ao mesmo tempo, precisando analisar, de uma forma mais consistente as atuais mutações culturais¹⁷ que delinea, a possível, “crise” das identidades culturais¹⁸, ou ainda, da “pluralidade de culturas”, diante de um desenvolvimento industrial-urbano de escopo mundial.

A este desenvolvimento Lévi-Strauss (na década de 50) parece compreender como surgimento de uma espécie de “civilização mundial” que interliga todas as culturas:

“Consideramos a noção de civilização mundial como uma espécie de conceito limite(...) Porque, se a nossa demonstração é válida, não existe nem pode existir uma civilização mundial no sentido absoluto(...) uma vez que a civilização implica na coexistência de culturas que oferecem entre si a máxima diversidade e consiste mesmo nessa coexistência. A civilização mundial só poderia ser coligação(...) de culturas que preservassem cada uma a sua originalidade”(LÉVI-STRAUSS,1976:90)

Há nesta visão um pouco do ranço de romantismo antropológico – a preservação da identidade (originalidade) – de que nos falava Otávio Velho a pouco, e ao mesmo tempo uma aproximação ou vislumbre daquilo que Ianni chamaria de formação da “sociedade global”. Unidade e diversidade, particularismo e universalismo, globalização e multiculturalismo,

os 500 anos de evangelização a partir da América Latina, São Paulo: Edições Loyola,1992,p.20. Que nem toda transfiguração precisa ser assim, pois há possibilidade de ser diferente, divergindo até dos “Outros 500”.

¹⁷ O antropólogo, em geral, está mais atento à permanência assim como o sociólogo para a mudança, porém como afirmamos anteriormente, houve um “descentramento” do olhar que estava circunscrito ao nativo das sociedades arcaicas, mas agora busca na figura do sertanejo, por exemplo, as implicações e desfigurações do seu “mundo simbólico” decorrentes da “invasão” industrial. A análise do fenômeno atual (globalização) precisa mudar significativamente, diz Velho: “a percepção da globalização como um evento histórico susceptível de ser tratado como objeto de investigação encontra entre antropólogos grande resistência. Resistência análoga justamente à que apresentaram as posições que nos anos 40-60, retomando tendências anteriores que atravessaram o espectro político-ideológico(...), acentuavam a centralidade e inevitabilidade dos processos de desenvolvimento e modernização. Pode-se dizer que a antropologia tendeu a filiar-se ao pólo romântico dos grandes debates ocidentais, especializando-se numa espécie de contradiscurso em nome dos **seus** nativos e suas culturas. Desse ponto de vista, as discussões sobre globalização seriam percebidas como não acrescentando basicamente nada de particularmente dramático às polêmicas anteriores” in: Otavio Velho, “Globalização: objeto, perspectiva, horizonte” in: Candido Mendes(coor), op. Cit., p.103.

¹⁸ Qual a crise? É uma crise se pensarmos que as “identidades culturais” são intocáveis em seus territórios, no caso das “identidades nacionais”, o Estado-nação como uma fronteira irremovível mas se analisarmos pelo aspecto da velocidade das trocas simbólicas creio que possamos falar de crise de um padrão de contato das diversas “entidades culturais”: “sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas(...) escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de

cultura local e civilização¹⁹, a bem da verdade os dois pólos co-existem e continuaram a existir antagonicamente.

O “governo das mudanças” sinaliza aos estudiosos do desenvolvimento regional, especificamente do que se convencionou chamar de “Questão Nordeste” (que de fato, não há a “questão Nordeste”, trata-se de uma “questão nacional” e secular, do descompasso da estrutura social arcaica em meio a modernizações da economia e de alguns setores sociais que se estende a todas as regiões do país, apresentando-se mais concentrada em umas que em outras), que está antenado ao jogo dialético das “identificações culturais”, no caso, as contradições se dão entre região e nação, identidades da nação como um todo e do povo nordestino em particular (o sertanejo).

Ora, para pensarmos a alteridade na *modernidade* é preciso entender como se deram os processos de construção de identidades e de fronteiras nacionais, posto que os limites vigentes dos Estados-nação são frutos e reflexos das nações e suas economias - a produção se concretiza sobre uma base territorial, e assume uma forma característica -, pois *teria sido um acaso histórico o fato de a era clássica do liberalismo do livre-comércio ter coincido com a ‘formação de nações’?* (Hobsbawm,2002).

Há portanto, uma política do espaço, que não é inocente, orquestrada pelas relações sociais que ocorrem sobre uma base territorial concreta, na qual o *território* é um condicionante inescapável dessas relações e das inovações que elas (im)põem.

“Por território entende-se geralmente e extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra ‘territorialidade’ como sinônimo de ‘pertencer àquilo que nos pertence’... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado(...) a territorialidade humana pressupõe(...) a preocupação com o destino, a construção do futuro(...) Num sentido mais restrito, o território é um ‘nome político’ para o espaço de um ‘país’” (SANTOS,2001:19,grifos nosso)

temporalidades em constante processo de transformação(...) identidades são, pois, identificações em curso” in: Boaventura Santos, *Pela mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez,1997,p.135.

¹⁹ “É útil distinguir, diz Suess, entre civilização e cultura. A civilização é algo mais abrangente. A civilização não fornece identidade. Você tem identidade junto ao seu grupo social. Não somos cidadãos da modernidade, somos cidadãos do nosso bairro, da nossa comunidade, da nossa família. Por isso distinguimos entre civilização e inculturação em determinada microestrutura, e apropriação civilizatória. A civilização é uma caixa comum dos projetos de prata dessa civilização e testar a sua utilidade no interior das nossas culturas. As pessoas não se inculturam na modernidade; apropriam-se de elementos da modernidade que são importantes. As conquistas civilizatórias ora ajudam, ora conturbam o estilo de vida dos diferentes povos. O caminhão que entra numa aldeia indígena não precisa destruí-la e uma emissora de rádio, nas mãos dos sem-terra, pode ser politicamente muito importante. Não é a civilização que destrói as culturas, mas a barbárie que nasce da desapropriação política” in: Paulo Suess, “Culturas e Evangelho” in: José Oscar Beozzo (org), op. Cit., p123.

Se é verdade que o Estado-nação desempenhou (e desempenha) uma função específica no processo de desenvolvimento capitalista, e vem sendo colocado em xeque pelas “transformações aceleradas”, no âmbito das tecnologias, que ampliam e (diminuem) as noções de *espaço* e *tempo*, que não se limitam às fronteiras territoriais e, ao mesmo tempo, surgem como um questionamento das “identidades nacionais” (das territorialidades) inventadas em seu território, é porque agora podemos ver com mais clareza a construção simbólica de ambos (que é o Estado-nação? O que significa as identificações culturais?), bem como as disputas de territorialidades:

Uma “identidade cultural” é sempre uma construção simbólica, que se faz em relação a um referente (podendo ser a cultura, etnia, nação, cor, gênero). Se toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é, portanto, uma diferença. Renato Ortiz(1994;2000), argumenta que a procura da “identidade brasileira” e a insistência de forjá-la, para se contrapor ao estrangeiro, é uma necessidade de reconhecimento daqueles que se consideram pertencentes ao “terceiro mundo”. A problemática da cultura brasileira é, nestes termos, uma questão política, e mais especificamente quando pensamos o desenvolvimento nacional:

“A procura de uma ‘identidade nacional’(...) é na verdade um falso problema. A questão que se coloca não é de se saber a identidade ou a memória nacional apreendem ou não os verdadeiros ‘valores’ brasileiros. A pergunta fundamental seria: quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? A que grupos sociais elas se vinculam e a que interesses elas servem?”(Ortiz,1994:139)

Colocada desta forma, a identidade (ou identificação), nos discursos construídos ao longo dos séculos XIX e XX, no Brasil, sobre o “caráter nacional”, e sua posterior desconstrução para forjar, em outro plano, os da “identidade brasileira”, são na verdade importantes, não porque apontem o que é peculiar ao “ser”, alma do homem brasileiro (no caso do caráter), nem muito menos, porque digam a diferença que nós temos em relação aos outros (a identidade), mas, inclusive, porque eles conseguem arregimentar um espaço social próprio no qual legitimam um processo histórico de desenvolvimento²⁰.

²⁰ A história é influenciada, também, pelo aspecto psicológico, por aquilo que se acredita ser, assim, entendemos melhor o porquê das palavras de Lucien Febvre, em 1920, quando alertava: “em seu espírito a história, afinal, ela (nossa história) é idealista. (...) Pois os fatos econômicos são, como todos os outros fatos de crença e de opinião” em verbete Mentalidades in: Burguière André (org), *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993, p.529.

Assim é que podemos compreender melhor a investida de construção simbólica de uma nova identificação cearense, atrelada à desconstrução do “coronelismo”, ao “atraso” cultural, à “pobreza” econômica, à “seca” na região, e a tantos outros estigmas que o “governo das mudanças” lutou para desfazer-se na tentativa de criar um outro panorama de desenvolvimento para o Estado. Veja o que diz Tasso Jereissati, em campanha ao governo do Estado, em manchetes na grande imprensa: *“miséria é fundamental para os coronéis(...) estamos iniciando esta luta para mudar a condição de vocês e quero ser cobrado a cada dia”* (*O Povo* 05 jul.1986). E noutro veículo: *“a era que queremos iniciar é a de exterminação da miséria em nosso Estado. Não só a miséria material, mas a miséria humana, em que se encontra em nosso povo”* (*Diário do Nordeste* 27 jul.1986).

É natural que haja polarização das forças políticas que almejam os cargos eletivos, mas não foi somente isto que se deu na disputa que ocorreu no Estado do Ceará naquele momento. Tasso e seus correligionários foram além, quiseram dar um novo tom na identificação do Estado no quadro econômico bem como no aspecto cultural dos cearenses.

As identidades culturais desejam e precisam de *enraizamentos* que permitam ter uma identidade relacional com o lugar de seus mitos fundacionais, suas construções, materiais e simbólicas. Podemos mesmo dizer que os grupos e coletividades, povos e nações, tribos e clãs, como *estratégia* de sobrevivência, produzem os saberes e discursividades que legitimam seu espaço social:

*“Apesar da agilidade e mobilidade do indivíduo e das facilidades e induções ao deslocamento, provocadas pelas imposições da necessidade de reprodução(...) do capital, as facilidades de mudança não devem mascarar a norma relativa, mas real, de fixidez, segundo a qual os grupos e as massas humanas estão **enraizadas** no solo: um grupo só se **desenraiza** pelo **impulso irresistível de uma crise de morte, de miséria ou fome, ou em conseqüência de medidas políticas**”* (CASTRO,1992:31,grifos nosso)

Ora, a chamada “globalização econômica” não acaba com os espaços, na verdade quando se tergiversa sobre as “entidades” culturais ela recria novos e inusitados rearranjos territoriais. É neste sentido que precisamos entender o que representa o discurso da globalização na conjuntura recente, senão como mais uma estratégia de reorganização das “antigas” identidades culturais a fim de que os negócios continuem, mesmo porque há todo um alarde contra os Estados-nação como se fossem instituições superadas. O que fazer então

com a identidade cultural nacional (regional); como atualizar a dominação que por ela se estabelecia?

Como lembra Rodrigues Brandão retomando idéias de Bourdieu, “*há toda uma abordagem do processo cultural que parece desconhecer as relações de poder e de interesses entre classes, e através de diferentes categorias de agentes sociais*” (1998:46). As identificações culturais fazem parte do “processo cultural” que se pretendem totalizantes, assim, podemos dizer, participam também dos “sistemas simbólicos”²¹ da cultura, compreendendo a cultura como “estrutura estruturante”²² e não apenas como “estrutura estruturada” entre os antropólogos funcionalistas e estruturalistas, como alertava Sergio Miceli interpretando Bourdieu.

Nestor Garcia Canclini parece corroborar com a assertiva acima quando afirma:

“O relativismo cultural naufraga(...) numa concepção atomizada e ingênua de poder: imagina que cada cultura existe sem saber nada das demais, como se o mundo fosse um vasto museu habitado por economias auto-suficientes(...) A pouca utilidade do relativismo cultural torna-se evidente quando se percebe que ele reproduziu uma nova atitude diante das culturas remotas, mas que improdutivo quando os ‘primitivos’ são os setores ‘atrasados’ da sua própria sociedade, quando são os costumes e crenças que existem nas periferias da nossa cidade que sentimos como estranhos” (apud BRANDÃO,1998:50-1)

As interpretações dos autores acima nos levam a avaliar quão nostálgicas (quer dizer essencialistas), mas sempre pretensiosas, eram as visões de um Freyre (sobre o “ser” nacional”) ou um Darcy (sobre a alienação da cultura brasileira frente a “invasão” estrangeira). Podemos ver que eles refletem em suas épocas os percalços e contradições da modernização no Brasil. Creio que poderiam dizer, sem ser infiel a ambos: que no Brasil “proletarizou-se, urbanizando forçadamente milhões de trabalhadores”.

²¹ Em linhas gerais as teorias da “razão simbólica” se dividem em três correntes: aquela que considera a cultura como um “sistema cognitivo”, como em Ward Goodenough, fundando os princípios da “etnociência”, que analisam os modelos lógicos de classificação; aqueles que percebem a cultura como “conjunto de sistemas estruturais”, como em Lévi-Strauss, tendo a mente como foco da produção das estruturas inconscientes; e por fim aqueles que consideram a cultura como “sistema simbólico”, como em Clifford Geertz, a partir da construção dos símbolos que são “públicos” e “sociais” podemos perceber as tramas, as redes de interação de como os homens pensam o seu mundo. In: Carlos Rodrigues Brandão, op. Cit.,p.49.

²² Segundo Sergio Miceli há em Bourdieu uma crítica velada aos estruturalistas, “*a limitação mais grave da... tendência reside no fato de privilegiar a cultura como estrutura estruturada em lugar de enxergá-la enquanto estrutura estruturante, relegando, portanto, as funções econômicas e políticas dos sistemas simbólicos e enfatizando a análise interna dos bens e mensagens de natureza simbólica*” in: Carlos Rodrigues, op. Cit.,p.48.

Diz Darcy Ribeiro sobre o brasileiro, “*não estando atados a um conservadorismo camponês, nem valores tradicionais de caráter tribal ou folclórico, nada os apega às formas arcaicas de vida, senão as condições sociais que os atam*”(1995:249). E mais a frente complementa o seu dissabor com as elites brasileiras, “*a resistência às forças inovadoras(...) e a causa fundamental de sua lentidão não se encontram, portanto, no povo ou no caráter arcaico de sua cultura, mas na resistência das classes dominantes*”(1995:250).E ainda, “*o efetivo fator causal do atraso, é a ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população*”(1995:452).

Freyre (discípulo do culturalismo de Franz Boas), em linhas gerais prioriza aspectos de nossa “plasticidade”, a “miscigenação”, a “mobilidade”, enquanto Darcy (arredio do marxismo) fala do simbólico, do lúdico e criativo espírito brasileiro, ambos, porém, concordam que o problema do “atraso” no Brasil não é cultural, aliás é no aspecto cultural que a América Latina é riquíssima. Há versatilidade, criatividade, bricolagem.

Freyre com os olhos fitos na cultura, tradição e região (e portanto, na permanência) e Darcy nos aspectos estruturais da mudança (modernização), com posicionamentos tão distintos e ao mesmo tempo semelhantes, pois não cessam de falar do caráter transformador da modernidade. Para Darcy a cultura brasileira é “*remarcadamente espúria*”(1995:262) o que contrasta com a nossa “criatividade”, “*nós que sempre fomos criativos(...) nos vemos hoje mais ameaçados do que nunca de perder essa criatividade em benefício de uma universalização de qualidade duvidosa*”(1995:263). Nesse aspecto Gilberto se reportaria a uma centralização de poder e autoritarismo que esfacela com os regionalismos. Enquanto Freyre flerta com a “democracia cultural”, Darcy diz que não temos problemas de identidades em disputa, “*não abrigam nenhum contingente reivindicativo de autonomia, nem se apegam a nenhum passado. Estamos abertos é para o futuro*”(1995:454), “*nós, brasileiros(...) somos um povo em ser, impedidos de sê-lo*”(1995:453).

A identidade brasileira parece-nos, claramente, em voga desde a “fundação da nação” e sua formação, quando o assunto é a modernização do Brasil. O problema do “atraso” e da modernidade ainda está em aberto, principalmente agora em meio a uma nova modernização tecnológica²³, com o palco armado e os “agentes da modernização” em disputa.

²³ Diz Carlos Rodrigues Brandão em oposição às teorias estruturalistas: “*não tomar o contexto histórico concreto de sua realização, assim como as suas evidentes implicações, acaba resultando em um conhecimento sempre limitado, sempre incompleto da realidade vivida de uma cultura e da vida concreta de seus atores sociais. No fim das contas, conhecer tão a fundo a sua trama interna de símbolos pode ser a outra face do desconhecer o jogo político das tramas que a fazem ser como é, em um momento da história social de sua própria realização*”in: Carlos Rodrigues Brandão, op. Cit., p.51.

Concordamos com Ortiz(1994) quando diz que o discurso de “modernização” do Estado entre os diferentes grupos sociais em disputa assemelham-se ao discurso das “religiões modernas” que bricolam “*o material tradicional das práticas mágico-religiosas*” de diferentes “corpus discursivos” e “*procuram soldar os elementos de um pensamento tradicional no interior de uma ideologia de mercado*”. Configurando-se assim um sincretismo truncado.

Para compreendermos o “discurso de desenvolvimento” no entorno da prática política da “era Jereissati”, que atualizou entre nós o discurso do “subdesenvolvimento”²⁴, com suas promessas, expectativas e necessidades, nos apoiamos na análise de discurso na perspectiva de Eni Orlandi(1990;2003).

Michel Foucault, em sua *arqueologia do saber* (e *genealogia do poder*), afirma que na Europa em oposição ao Oriente, nos processos de criação, produção e reprodução do saber, primou-se pela comunicação universal do conhecimento, a troca indefinida e livre dos *discursos* (científicos, filosóficos, estéticos e políticos). Para ele, o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar²⁵.

Daí inferirmos que na “era moderna” a racionalidade desenvolvida na civilização Ocidental transformou a vontade de poder e de desejos (políticos e irracionais) num saber - a busca da verdade - universalizante, que produz e engloba todos os discursos, sobretudo da identidade/alteridade, inclusive acerca da cultura e da identidade cultural correspondente a cada sociedade/comunidade.

Desta forma compreendemos o porquê da “invenção” discursiva da América, e principalmente, das narrativas *sobre* o Brasil, visto que “*houve dúvidas e controvérsias sobre o que se encontrava, onde se localizava o achado, quais eram as características do descobrimento e como realizar não só a conquista mas a sua incorporação na geografia, história e imaginário*”(Octavio Ianni,2000:23).

Ora, Foucault havia percebido em seu trajeto arqueológico sobre o “poder-saber-prazer” – a coexistência de dois grandes modos de exercício de poder na modernidade: o “poder

²⁴ “Ninguém parece suspeitar que o conceito (subdesenvolvimento) não se refere a um fenômeno real. Ninguém parece compreender que ‘subdesenvolvido’ é um adjetivo comparativo cuja base de apoio é a premissa, muito ocidental, mas inaceitável e não demonstrável, da unicidade, homogeneidade e linearidade da evolução do mundo. Ela exhibe uma falsificação da realidade produzida através de um desmembramento da totalidade de processos interligados que compõem a realidade mundial e a subsequente utilização de um dos fragmentos resultantes deste desmembramento, isolado dos demais, como ponto de referência geral” em Gustavo Esteva, verbete Desenvolvimento, op. Cit., p.66.

disciplinar”, dominante, centrado nas ciências, e o “poder jurídico”, supostamente em declínio hoje, centrado no Estado e no direito – ambos produziram saberes, constituídos, a fim de disciplinar os sujeitos que se dispusessem a entrar na ordem do discurso, pelo que, a partir de então, os “discursos” são “administrados”, não estão à deriva. E neste aspecto, a discussão sobre a verdade se deslocou do eixo das oposições mito-ciência; realidade-representação; verdadeiro-falso, para o campo dos “efeitos de verdade” produzidos a partir de protocolos e técnicas que, em determinados contextos históricos - e de poder - se consagram como adequados. Não é à toa que os discursos são organizados por certas instituições sociais como intuiu Foucault:

“Em toda sociedade a produção do discurso é(...) controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade(...) ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”(FOUCAULT,1996:7-8 e 37)

Quem produz o discurso do desenvolvimento hoje? Quais as instituições que incitam a fazê-lo? Quais os “agentes da modernização” na contemporaneidade? E qual o discurso “autorizado” de desenvolvimento? Assim entendemos que:

“A análise de discurso nos permite compreender como determinados grupos agenciam suas idéias(...) No entanto é necessário perceber que todo discurso se estrutura a partir de uma posição determinada, as pessoas falam sempre de algum lugar. Essas situações concretas que dão base material à linguagem não são exteriores ao discurso, mas se insinuam em seu interior e passam muitas vezes a estruturá-lo e constituí-lo. As mesmas falas, em situações distintas, possuem significados diferentes”(ORTIZ,1994:67)

Através da análise de discurso, sobre os discursos produzidos pelo “governo das mudanças” e seu projeto desenvolvimentista “Ceará terra da gente”, procuramos compreender os “efeitos de sentido entre locutores”(Eni Orlandi,2003; Soto,s/d), que podem ser percebidos na relação entre língua-discurso-ideologia pois, segundo este método, não há discurso sem sujeito como também não há sujeito sem ideologia. Portanto, é de um novo olhar sobre as

²⁵ Michel Foucault, *A Ordem do Discurso*, São Paulo, edições Loyola, 1996. Cf. ainda “prefácio” de *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. 6ª Edição, São Paulo: Martins Fontes, 1992; pp

Ciências Sociais e a Lingüística que percebemos, que inclui um descentramento da noção de sujeito e uma relativização da autonomia da língua, pelo que, ao invés de se preocupar pelo conteúdo: O que quer dizer “terra da gente”? Indagamos: O que significa este discurso no “governo das mudanças”? A análise de conteúdo esbarra exatamente na ilusão discursiva produzida pelo fato de linguagem e pergunta: o ‘que’ o texto diz? Mas pela proposta da análise de discurso aprendemos que é mais importante perguntar: ao dizer ‘isto’, o que estão fazendo? Assim o princípio basilar de contraponto deste método é que:

“Pela análise de discurso deslocamos a observação do produto para o processo(...) passamos do relato para a prática discursiva que ele é, vendo-o então não como memória mas como lugar de constituição da memória”(ORLANDI,1990:124)

Como sabemos, não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos, a língua não é um sistema fechado, como pretendia a Lingüística e muito menos transparente, donde se fincavam as bases das Ciências Sociais. A própria linguagem está carregada de sentidos que estão imbricados com o político. A materialidade da ideologia se apresenta no discurso e a materialidade do discurso na língua.

Sem pretender adentrar ao mérito da Hermenêutica, a análise de Discurso coloca a interpretação em questão, e distanciando-se daquela:

“Visa fazer compreender como objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação(...) pois eles intervêm no real do sentido(...) não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro de uma ‘chave’ de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto, há gestos de interpretação que o constituem”(ORLANDI,2003:25-6)

Logo a intenção aqui é entender os contornos e limites de sentidos de “terra da gente” (na política de desenvolvimento econômico do Estado), podendo suscitar novas práticas de leituras, que não tínhamos atinado até o momento. Como diz Orlandi, não temos como não interpretar, porém a análise de discurso nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem.

Queremos salientar que a análise de discurso se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares: a Lingüística, a Teoria Marxista e a Psicanálise. Os pressupostos deste método assimilam os apanágios daqueles saberes, não ficando preso a nenhum deles, pretende ir além, interrogando a Lingüística pela historicidade, questionando o materialismo pelo simbólico e demarcando-se da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materializada no discurso sem ser engolfada pelo inconsciente.

A importância dos discursos – de modernização do Ceará e da identidade cultural cearense – está na própria discursividade. Os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem.

Os discursos para estabelecer o que é a “cultura brasileira” e a “identidade nacional”, em geral, fazem parte duma mesma “formação discursiva”, eles são provenientes da mesma idéia de fazer o Brasil um país moderno.

A relevância dos discursos produzidos em meio aos 500 anos, portanto, devem ser atribuídos aos:

“Efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com a sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi”(ORLANDI,2003:30)

A análise do discurso “*significa a construção de uma abordagem dos processos ideológicos*” (William Soto ,s/d,167).O discurso “terra da gente” no “governo das mudanças”, pelos efeitos de sentidos que produz podem ser entendidos, conforme William Soto, como um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidades numa mesma formação discursiva. No entanto:

“É preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (ORLANDI, 2003:44).

No caso, por exemplo, quando Tasso Jereissati teoriza sobre a formação de um novo Estado brasileiro, não se trata de examinar suas teses como se tivessem sido produzidas por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como correlata de uma certa posição sócio-histórica, na qual os enunciadores se revelam substituíveis.

Mas é forçoso reconhecer que, dentre os autores, há alguns que podem ser entendidos como “fundadores de discursividades”. *“Esses autores têm isto de particular: não são apenas autores de suas obras, dos seus livros. Produziram alguma coisa mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos”*(Foucault apud. Carvalho,1997:8).

Os textos produzidos por Tasso são catalisados dentro de instituições (organismos multilaterais e financeiros, estados-nações, blocos comerciais, administrações governamentais e secretarias, centros industriais e empresariais, partidos políticos, pactos de cooperação), que limitam a enunciação, nos quais se cristalizam os conflitos histórico-sociais, e que delimitam um espaço próprio no exterior de interdiscurso limitado. Por enquanto, esclarecemos que o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Fazem parte da constituição mesma do discurso na sua formulação, para que palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentido (a formulação do discurso sempre se reporta à uma memória discursiva), e não podemos confundir o interdiscurso com o intertexto, embora ambos mobilizem relações de sentido, apenas o interdiscurso participa da formulação do discurso pela memória discursiva que é afetada pelo esquecimento, enquanto o intertexto restringe-se à relação de um texto com outros textos(Orlandi,2003).

Para a análise de discurso trabalhamos com as “Mensagens à Assembléia Legislativa”, anos de 1999 e 2000 (daqui para frente iremos nos referir a elas como “MAL-1999” e “MAL-2000” respectivamente), onde o “governo das mudanças” teve a oportunidade de expor aquilo que viria a ser a realização de seu governo “Ceará terra da gente”, as promessas cumpridas, as expectativas definidas e alcançadas, e suas implicações nas identificações culturais do Ceará e seus desdobramentos num projeto de desenvolvimento nacional no contexto dos “500 anos de descobrimento do Brasil”:

*“A natureza estrutural das restrições econômicas, sociais e climáticas exigiu um processo gradual e contínuo de superação do **subdesenvolvimento** com a intervenção de políticas inovadoras e de impacto. No papel de indutor(...) priorizamos o **desenvolvimento** e a **interiorização industrial**”*(pronunciamento de Tasso na abertura dos trabalhos legislativos,MAL-1999, grifos nosso)

O que interessa não é o texto como documento histórico, programa detalhado da ação do poder executivo em si, mas a sua relação com a história como “fato” discursivo que permite ter acesso a outros discursos. Um texto é só uma peça de linguagem de um processo discursivo.

E como questão de método não utilizamos os textos como “documentos” mas como discursos:

“A possibilidade de deslocar o estatuto dos textos(...) categorizados como ‘documentos’ aqui tomados como discursos: lugar de significação, de confronto de sentidos, de estabelecimentos de identidades, de argumentação etc. como uma das finalidades, sair do já nomeado, do interpretado e procurar entender esses textos como discursos que produziram e produzem efeitos de sentidos”(ORLANDI,1990:18)

Todo discurso se efetiva a partir das “formações discursivas”, que consistem de enunciados, que, em Foucault, apresentam quatro características constitutivas, que são chaves para o seu entendimento. A primeira, é a relação do enunciado com o seu referencial, com aquilo que enuncia, que possibilita o aparecimento, diferenciação e desaparecimento dos objetos e relações que são designados pela frase.

A segunda tem a ver com a relação sujeito e enunciado, descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre autor e o que ele diz, mas em determinar qual é a posição que pode ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito.

A outra característica refere-se à existência de um “campo colateral”, associado ao enunciado, integrando-o a um conjunto de enunciados (é a isto que Orlandi chama de interdiscurso) e por último, é aquela que faz emergir o enunciado como objeto, como naturalidade, aqui, faz-se uma distinção entre enunciado e enunciação. A enunciação é singular, pois nunca se repete, enquanto o enunciado pode ser repetido.

Para a análise do discurso o dizer está imbricado com o não-dizer, isto é, pode-se dizer muita coisa, simplesmente, silenciando outras. Se o não-dizer, como estamos alertando, significa, então, o analista pode tomar “tudo” o que não foi dito como relativo ao dito em análise e aprender a escutar o não-dito no dito(Orlandi,2003). O que Orlandi(1990) havia chamado a atenção, para a “*política do silêncio*”.

Ressaltamos mais uma vez que é exatamente na produção dos “efeitos de sentidos” onde se travam os embates sociais, que se fabricam os “mitos de fundação”, pois a luta é

material e cultural ao mesmo tempo: logo é política (Bosi,1992). E a política nada mais é do que “*a guerra continuada por outros meios*” (Foucault,2002:22).

A partir da arqueologia de Foucault, como observamos anteriormente, não se analisa a veracidade ou falsidade de um discurso, mas se está interessado no “fato discursivo”:

“Trata-se de determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre(...) ou seja “quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o fato discursivo global” (FOUCAULT,1984:16)

O fato discursivo global compreende todo discurso desenvolvimentista do Estado-nação, ou ainda, a alteridade em discussão dentro e nos limites da nação.

Mas é certo, como veremos, que os caminhos propostos para o Ceará não estavam traçados no “governo das mudanças”, ainda que para “Tasso Jereissati” tivessem modelos de desenvolvimento, histórias e cartografias. A tentativa de reinventar a identificação cearense é a possibilidade de trilhar caminho novo.

Na “metáfora da viagem”, diz Ianni(2000), a rigor, cada viajante abre o seu caminho, não só quando desbrava o desconhecido, mas inclusive quando redesenha o conhecido:

“No limite, o viajante despoja-se, liberta-se e abre-se, como no alvorecer(...) ainda assim se agarra ao que era, foi e continua a ser. Isto porque muitas vezes o viajante está à procura de si mesmo. No curso da travessia, a despeito de despojar-se, libertar-se e abrir-se, afirma seu modo de ser, observar, sentir, agir, pensar ou imaginar” (IANNI,2000:30)

É possível entender o “fato discursivo global” de “terra da gente”? Acreditamos que sim. E não como quem procura algo escondido no “projeto mudancista” que de alguma forma, propiciou uma redescoberta do Ceará e, portanto, uma releitura da história do Brasil (do caráter e da identidade brasileira), no semi-árido nordestino.

A reelaboração do mito “desenvolvimentista” em novas bases territoriais, de modernização do Estado (transfiguração econômica), quer dizer, de fragilidade das políticas de Estado, conduz a uma reforma estatal (fiscal) e reestruturação produtiva. Induz novos desenvolvimentos e modernizações concentrando territorialidades (desigualdades regionais) no intuito de remanejar os “desvios diferenciais”, no território nacional numa nova direção, realizada no “governo das mudanças”, no Ceará.

O “discurso de desenvolvimento” é pretensioso, se não vejamos, transformar a estrutura social arcaica do Ceará e uma cultura sertaneja de subsistência no semi-árido nordestino, com a ampliação do consumo interno. As promessas do discurso político das novas lideranças no Estado e as expectativas das leis de mercado conseguiram a legitimação necessária para o ensejo do “projeto de desenvolvimento”.

Desenvolver neste discurso é aceitar a industrialização como modernidade, o que não tem nada de novo. Envolver-se com a identificação do atraso cultural da região tem sido algo problemático, realimentando ainda mais a sobrecarregada margem do interdiscurso identitário nordestino, mesmo que a luta contra o subdesenvolvimento seja, entre outras coisas, para distanciar a visão etnocêntrica da cultura e do desenvolvimento da região.

A identificação cultural surge aí também como explicação do atraso econômico. Dessa forma, a defesa da cultura é contraditória, inclusive porque o grupo que representa a região neste discurso, fala do atraso como consequência política ou ausência de uma política de desenvolvimento regional. O atraso, portanto, ora é cultural , ora é econômico, ora é político.

A “nova” identificação do Ceará está relacionada à modernidade econômica industrial vis-à-vis com a identidade do subdesenvolvimento da região. A novidade trás consigo avanços e retrocessos.

Capítulo III

A Modernidade (no Brasil): os agentes da modernização e a sociedade racional

“A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais. As relações rígidas e enferrujadas, com as suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem. Tudo que é sólido se desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado”(Karl Marx e Friedrich Engels em seu Manifesto do Partido Comunista)

Boaventura Santos em *Pela mão de Alice*(1997), diz que modernidade trata-se de um processo inovador, num plano global, não apenas epistemológico mas societal, que se estabelece como um verdadeiro “*processo civilizatório*”¹. De outra forma, poderíamos dizer também que “*o trajeto histórico da modernidade está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais*”(1997:34).

Karl Marx foi um dos primeiros a referir-se aos “tempos modernos” como a “época da burguesia”, mesmo sem precisar conceitualmente a “modernidade”, contudo, parece-nos que conseguiu detectar algumas peculiaridades dos novos tempos: “*a transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social(...) as concepções tradicionais são dissolvidas*; para ele, a modernidade e capitalismo estão intimamente imbricados e, tal relação, desencadeou mudanças de sociabilidade inerentes a este período histórico.

Ora, não há dúvidas de que:

“Sempre que o capitalismo teve de confrontar-se com crises endêmicas de acumulação, fê-lo ampliando a mercadorização da vida, estendendo-a novos bens e serviços e a novas relações sociais e fazendo-a chegar a pontos do globo até então não integrados na economia mundial”(SANTOS,1997:34)

¹ A modernidade, modernismo e modernização são aspectos diversos de um mesmo projeto sociocultural, inaugurado no que veio a se chamar “mundo moderno”. O raciocínio é de que este processo pode ser historicamente acompanhado, por nuances conceituais paralelas à semântica das palavras: racionalidade, racionalismo e racionalização. A modernidade está, em geral, ligada a racionalidade enquanto postura filosófica e defesa de uma nova estruturação social a partir da razão; o modernismo tem a ver com movimento estético e artístico, a modernização é a possibilidade de utilização da racionalização como agente de transformação da realidade social. Estes três se sobrepõem uns aos outros.

A modernidade, diz Ortiz(1997), no seu trajeto “expansivo” pelo globo não é processo uniforme, não atinge a todos os países da mesma maneira e não atinge a todos os que vivem no mesmo país do mesmo modo, e ainda, não se restringe apenas à esfera econômica mas inclui a cultural, a política, a história, a geografia. A modernidade é toda uma configuração histórico-social de vida, trabalho e cultura:

“Simultaneamente ao início da formação do capitalismo, à gênese do Estado-nação e à organização das monarquias universais, inicia-se a modernidade, como modo de ser, pensar, sentir, agir, compreender, explicar, imaginar e fabular(...) assinalam a emergência de outras e novas formas de sociabilidade”(IANNI,2000:39-40)

Os *descobrimientos* trouxeram à baila, na atualidade, com as comemorações de seus 500 anos, a discussão sobre o momento em que veio à tona a emergência de um novo *modo de ser, pensar, sentir, agir, compreender, explicar, imaginar e fabular*, nestas paragens. Eles seriam ou não um determinante constitutivo da modernidade. O que sabemos é que as descobertas e conquistas foram marcadas por intensas “transfigurações étnicas”, sempre acompanhadas de racismos.

Enrique Dussel(1993) defende que a modernidade é realmente um fato europeu, mas em relação dialética com o não-europeu, como conteúdo último de tal fenômeno:

“O ano de 1492(...) é a data do ‘nascimento’ da Modernidade(...) A modernidade originou-se nas cidades européias medievais(...) Mas ‘nasceu’ quando a Europa pôde se confrontar com o seu ‘Outro’ e controlá-lo, vencê-lo violentá-lo: quando pôde se definir como ‘ego’ descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade” (DUSSEL,1993:8)

A modernidade, segundo Dussel, instaura-se com as (des)cobertas das “novas terras”. É interessante observar como fez Buarque de Holanda(2000) ao abordar o que seria as novas terras, no imaginário dos navegantes e dos primeiros conquistadores, uma “nova” terra (como paraíso virgem e intocado) e “outra” (nunca vista antes e sem igual no mundo conhecido pelos ibéricos, cf. O’Gorman, “*esse é o momento em que o homem ocidental concebe a si próprio como o senhor nato do cosmos*”(apud. Ianni,2000). Aquelas viagens representam mudanças que transformariam os destinos não só da Europa, mas das “novas gentes”. O *descobrimento* e a *conquista* são ao mesmo tempo deslumbramento e desencantamento, de uns e outros.

Ianni assim como Dussel compreende que a descoberta é o “nascimento” da modernidade. Para ele “*o Novo Mundo é bem um produto e uma condição de uma ruptura histórica excepcional*”. Se por um lado essa nova cartografia é surpreendente, inquietante, e fascinante, chegando ao deslumbramento, por outro, é o início do desencanto. “*Sim, participa decisivamente do processo de desencantamento do mundo, como um momento primordial e seminal da modernidade*”. (Ianni,2000:39).

A descoberta, a conquista, e posterior colonização, são fundamentais para a implementação do “ego descobridor, conquistador, colonizador da alteridade”. E não é à toa que as palavras, cultura, culto e colonização, como bem frisou Alfredo Bosi em *Dialética da Colonização*, derivam do mesmo verbo latino. *Colo* é a matriz de colônia enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar ou sujeitar. Ele se reporta à colonização como um processo ao mesmo tempo material e simbólico visto que “*as práticas econômicas dos seus agentes estão vinculadas aos seus meios de sobrevivência, à sua memória, aos seus modos de representação de si e dos outros*”, e conclui o seu raciocínio afirmando que “*não há condição colonial sem um enlace de trabalhos, de culto, de ideologias e de culturas*”(Bosi,1992:377).

Eric Hobsbawm, em *Sobre História*(1998), também corrobora com a assertiva de Dussel e de Ianni quando afirma:

“É evidente que as forças que transformaram o mundo desde o século XV eram geograficamente européias(...) o importante é que a história consiste da interação de entidades sociais diversamente estruturadas (e geograficamente distribuídas), que mutuamente se remodelam”(HOBSBAWM,1998:186-187)

É preciso reconhecer, segundo eles, que a descoberta e a conquista do Novo Mundo ocorrem em uma época em que estão em curso a Renascença, a Reforma, a Contra-Reforma e a Revolução Científica, pois do contrário, os séc. XV, XVI e início do séc. XVII hispano-lusitano estariam fora da modernidade. O que seria, conforme Dussel, cair na falácia “eurocêntrica” dos pensadores do “centro”². E neste sentido, a América Latina entre outros, considerados “periferia” e, não-modernos, estariam silenciados e fora deste debate³.

²É interessante notar como as generalizações e peculiaridades tendem a delimitar espaços e fronteiras, que com o passar do tempo tornam-se, de certa forma, intransponíveis, demarcando fronteiras de noções e conceitos como “centro”, “periferia”, “terceiro mundo”, “primeiro mundo”, é preciso então ter cuidado quanto à utilização de palavras, porquanto “terceiro mundo”, por exemplo é uma convenção francesa recente, data da década de 50 pra cá. Renato Ortiz, ao nosso ver, não se configura como pensador do “centro” nem muito menos da “periferia”, nem ainda aquele tipo de intelectual “flutuante” e organizado a maneira de Gramsci ou qualquer outro, no entanto crer que a “modernidade” também se instaura no séc. XVIII, queríamos apenas pontuar que foi um latino e não um europeu que defendeu essa posição, mesmo porque como afirmou Octavio Ianni, talvez não faça mais

Se como defendia Hegel e mais recentemente Habermas, em detrimento dos autores acima, a modernidade “foi elevada, desde os fins do séc. XVIII, a tema filosófico”, para Habermas, Hegel foi o primeiro filósofo que desenvolveu um conceito claro de modernidade, “em razão disso é necessário retornar a Hegel se quisermos entender o que significou a relação ‘interna’ entre modernidade e racionalidade, que permaneceu evidente até Max Weber e hoje é posta em questão”(Habermas,2002:8). O autor se refere aqui mais precisamente a *teoria da modernização* e as versões da teoria da pós-modernidade.

Para aquilo que nos interessa aqui, queremos apenas pontuar, que, Habermas entre outros, entende que a modernidade começa o seu trajeto e, inicia seu percurso somente no momento em que se sabe de si:

“Hegel foi o primeiro a tomar como problema filosófico o processo pelo qual a modernidade se desliga das sugestões normativas do passado que lhe são estranhas. Certamente, na linha de uma crítica da tradição que inclui as experiências da Reforma e do Renascimento e reage aos começos da ciência natural moderna, a filosofia dos novos tempos, da escolástica tardia até Kant, já expressa a autocompreensão da modernidade. Porém apenas no final do séc. XVIII o problema da ‘autocertificação da modernidade’ se aguçou a tal ponto que Hegel pôde perceber essa questão ‘como’ problema filosófico e, com efeito, como ‘o problema fundamental’ de sua filosofia”(HABERMAS,2002:24)

Segundo Habermas, o que Hegel percebe nestes “novos tempos” é exatamente a criação do “princípio da subjetividade”, e aí sim, os acontecimentos-chave históricos são: a Reforma, o Iluminismo e a Revolução Francesa. A reflexividade da modernidade pode ser vislumbrada em Lutero. E logo após, com a Declaração dos Direitos do Homem e o Código Napoleônico é realçado o princípio de liberdade da vontade como fundamento substancial do Estado. Além

sentido os conceitos de “centro” e “periferia” quando a realidade é trans-nacional ou mesmo global, mas isto de modo algum anula ou invalida a capacidade de refletir e atualizar o caráter “hegemônico” das soberanias, das identidades culturais, dos poderes em ação, como o faz Ernesto Laclau e Chantal Mouffe: “o poder não deveria ser concebido como uma relação **externa** ocorrendo entre duas identidades pré-constituídas, mas sim como constitutivas das próprias identidades. Isto é realmente decisivo” em Chantal Mouffe, “Identidade democrática e Política pluralista” in: Candido Mendes(coor), *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*, Rio de Janeiro: Record,2001,p.414. E diríamos mais o que está em “crise” não são as “identidades culturais” enquanto construções históricas mas sim um pensamento social, uma epistemè, se preferirem, que passou por cima dos conceitos estruturantes da teoria social com uma pecha generalizante de sociedade e cultura (e subcultura) supostamente neutros e não perscrutou o que de fato eram as nações, raças, gêneros, ou outras categorias, e como eram construídas as mesmas inclusive dentro e fora dos nacionalismos de Estado.

³ Diz Marianne Gronemeyer: “O historiador cultural E. Friedell ousa identificar a data do advento da modernidade de forma precisa: ‘O ano da concepção do ser moderno foi 1348, o ano da Morte negra’. Para ele, portanto, a modernidade se inicia quando a humanidade europeia está seriamente enferma”, em verbete Ajuda

disso, foi o princípio da subjetividade, conforme o filósofo, que determinou as manifestações da cultura moderna, tanto na ciência, quanto nos conceitos morais e a arte⁴.

Parece-nos, que neste sentido, Habermas têm fortes argumentos para determinar filosoficamente o começo da modernidade, do seu “princípio da subjetividade” e, de uma estrutura de auto-relação:

“O princípio do mundo moderno é em geral a liberdade da subjetividade, princípio segundo o qual todos os aspectos essenciais presentes na totalidade espiritual se desenvolvem para alcançar o seu direito(...) a grandeza de nosso tempo é reconhecimento da liberdade, a propriedade do espírito pela qual este está em si consigo mesmo”(HEGEL apud. HABERMAS,2002:25)

Não temos, aqui, a pretensão de adentrar a problemática filosófica levantada pela *teoria da modernização* qual seja, a de desvencilhar o *social* do *cultural*, desvencilhar a racionalidade da “modernidade”, no sentido weberiano, deslocando (a racionalidade) dos lugares de origem, pelo que o conceito de “modernização” refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho, ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas. De tal modo, que os processos de

in: Wolfgang Sachs(ed), *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*.Rio de Janeiro: Vozes,2000, p.26.

⁴ A modernidade está imbricada com a modernização, não apenas como instante primevo de seu desenrolar, mas é participante de todo o seu desenvolvimento, segundo Manfredo Oliveira, a “*modernização é, portanto, um processo de diferenciação provocado pela própria racionalização da vida concreta dos homens, ou seja, pela liberação do potencial crítico imanente à linguagem do homem. Isto vai ter efeitos enormes em sua existência: não só vai provocar a fragmentação dos sentidos, o pluralismo dos universos simbólicos, mas vai tornar possível que certas esferas da vida humana deixem de se reger por normas (a partir do ético) e passem a ser coordenadas por mecanismos funcionais (a partir do técnico), independentes da consciência e da vontade dos homens. Estes mecanismos podem ser chamados de ‘sistêmicos’(...) auto-regulados. A coordenação das ações, neste nível, se refere a recompensas ou vantagens de tipo empírico: trata-se de respostas às necessidades de reprodução material e às demandas dos serviços públicos. A modernidade gerou dois mecanismos sistêmicos (...) o ‘dinheiro’ e o ‘poder’, criando, assim, as duas esferas fundamentais (...) a ‘economia’ e a ‘administração estatal’. O que caracteriza a passagem das sociedades tradicionais para a sociedade moderna é não só o desligamento destas esferas do mundo simbólico de natureza ético-religioso, mas a mudança básica do quadro fundante da vida social como um todo (...). A modernidade se caracteriza, então, pela invasão do mundo sistêmico em todas as esferas da vida, impondo uma razão que é puramente instrumental como quadro de referência da vida humana”* in: Manfredo Oliveira: “A modernidade na América Latina” in: Oscar Beozzo et al., *Vida, Clamor e Esperança: reflexões para os 500 anos de evangelização a partir da América Latina*, São Paulo: Edições Loyola,1992,pp.81-2.

modernização social podem ser pensados e colocados em jogo independente dos pressupostos da modernidade cultural (a reflexividade como princípio estruturante).

Como se admitisse que as premissas do “esclarecimento” (iluminismo) estivessem mortas mas continuam em curso suas conseqüências, as modernizações, como pretendia Arnold Gehlen e outros pós-modernos. Tais como a idéia de história, com os seus corolários, a noção de progresso e a de superação(cf. Vattimo,1996).

A versão de pós-modernidade de Gehlen, a qual Habermas intitula de “neo-conservadora”, se despede da modernidade não pela dinâmica desenfreada da “modernização social”, mas por uma “modernidade cultural”, uma autocompreensão aparente do fenômeno cultural contemporâneo.

Para ele, outros teóricos não separam a modernidade da racionalidade, porém, tentam desmascarar a “verdadeira” face da razão moderna. Tomam a razão como subjetividade subjugadora e, ao mesmo tempo, subjugada, como vontade de dominação instrumental. Habermas chama-os de “anarquistas”, que pretendem despedir-se da modernidade como um todo, sem antes averiguar se chegamos mesmo ao fim do esclarecimento (dos princípios da racionalidade moderna).

E conclui na I lição de suas XII lições sobre o *Discurso Filosófico da Modernidade*, dizendo exatamente o seguinte: “*temos que reexaminar o conceito hegeliano de modernidade para podermos julgar se é legítima a pretensão daqueles que estabelecem suas análises sobre outras premissas*”(Habermas,2002:8).

Para Dussel não tem sentido perguntar pela modernidade como o faz Habermas, ou como argumentam os pós-modernos, sem colocarmos os descobrimentos no centro das discussões, pois, segundo ele, o diagnóstico seria parcial, provinciano, e a tentativa de crítica ou plena realização seria igualmente unilateral e parcialmente falsa. Isto porque afirmaria, mais uma vez, a posição eurocêntrica e, concomitantemente, esconderia que a modernidade inaugurou um discurso da alteridade que precisa ser desvelado:

“Trata-se de ir à origem do ‘Mito da Modernidade’. A modernidade tem um ‘conceito’ emancipador racional que afirmaremos(...) Mas, ao mesmo tempo, desenvolve um ‘mito’ irracional, de justificação da violência, que devemos negar, superar. Os pós-modernos criticam a razão moderna porque é uma razão do terror; nós criticaremos a razão moderna por encobrir um mito irracional”(DUSSEL1993:8)

A superação da irracionalidade desse mito “sacrificial”, somente pôde acontecer, quando a “outra face” negada e vitimada da “modernidade”, descobriu-se como “inocente”:

*“É a ‘vitima inocente’ do sacrifício ritual, que ao se descobrir como inocente julga a ‘Modernidade’ como culpada da violência sacrificadora, conquistadora originária, constitutiva essencial. Ao negar a inocência da ‘Modernidade’ e ao afirmar a Alteridade do ‘Outro’, negado antes como vítima culpada, permite ‘des-cobrir’ pela primeira vez a outra face oculta e essencial à ‘Modernidade’: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, e a criança e a **cultura popular alienadas**(...) como vítimas de um ato irracional” (Id. Ib.,186,grifos nosso)*

Notemos que Dussel negando a irracionalidade (do desenvolvimento) imposto pela modernidade tergiversa sobre o caráter destrutivo da modernidade empreendida às “culturas oprimidas”⁵ ou repõe a reflexão da “irracionalidade” por uma modernidade que seja mais inclusiva, que possa coadunar-se o tradicional com o moderno em uma “visão essencialista” da cultura (latino-americana).

O eurocentrismo e seu apanágio, a “falácia desenvolvimentista”, trata-se na verdade, conforme Enrique Dussel, de uma posição ontológica pela qual se pensa o “desenvolvimento”(desenvolvimentismo) que a Europa seguiu e deverá ser seguido unilinearmente por toda outra cultura. Por isso a “necessidade” do desenvolvimento (falácia desenvolvimentista) não é apenas uma categoria sociológica ou econômica, mas uma categoria filosófica fundamental.

Sem a intenção de elucidar, aqui, a questão do início da modernidade, compreendemos que o mérito de Habermas, parece-nos, está em não se envolver em demasia com empirismo nos fenômenos culturais da contemporaneidade que tergiversam o fim de tudo e a impossibilidade de racionalização do social (mesmo sabendo que Habermas também esteja preso a uma visão essencialista das culturas quando formula a sua maneira a questão da modernidade), quanto à argumentação de Dussel é por fazer fluir uma visão de cultura no seu todo em que aspectos culturais (e políticos) influenciam a forma de ser e de pensar de uma “entidade cultural” qualquer.

⁵ Cf. Paulo Suess: “A rigor, não existem culturas oprimidas(...) Nenhum povo organiza sua vida para a destruição dos demais. Existem pessoas oprimidas e opressores(...) A cultura permite a cada povo resistir contra as forças da morte, construir e reconstruir permanentemente sua identidade e expressar as aspirações de seu projeto de vida(...) Falar em ‘culturas oprimidas’ permitiria analogamente, ao tratar das culturas dos pobres, falar em ‘culturas pobres” em “Evangelização a partir das culturas” in: Oscar Beozzo et al., *Vida,*

Na concepção de Hegel, o “movimento necessário” do Ser, seu “desenvolvimento” inevitável (a encarnação do espírito Absoluto), portanto do eurocentrismo (de viés étnico alemão e seu desenvolvimento cultural) são aspectos do “si-mesmo”, ou simplesmente, o culto da própria cultura e sua colonização no âmbito europeu. O “desenvolvimentismo” em pauta como idéia e prática de “movimento necessário” corrobora com uma consequência inevitável da expansão do processo de modernidade.

Alain Touraine(1994) afirma que a modernidade (e a racionalização) impõe a destruição dos laços sociais, dos sentimentos, dos costumes e das crenças, como aqueles provocados na Revolução Francesa⁶. Alerta-nos, para o fato de que, se uma sociedade está atrás de sua essência identitária num certo passado não deveria a mesma ser pensada como moderna. E sugere que:

*“A particularidade do pensamento ocidental, no momento da sua mais forte identificação com a modernidade, é que ele quis passar do **papel essencial** reconhecido à **racionalização** para a idéia mais ampla de uma **sociedade racional**, na qual a razão não comanda apenas a atividade científica e técnica, mas o **governo dos homens** tanto quanto a **administração das coisas**. (...) É preciso inicialmente descrever esta concepção de modernidade e da modernização como criação de uma sociedade racional”*(TOURAINÉ,1994:18, grifos nosso)

O “agente” da modernização, como era entendido, por aqueles que participavam da modernidade, não se identificava com nenhuma categoria particular ou classe social, mas a própria “razão” e a “necessidade” histórica preparam o solo e a perspectiva de seu triunfo:

Clamor e Esperança: reflexões para os 500 anos de evangelização a partir da América Latina, São Paulo: Edições Loyola,1992,pp.214-5.

⁶ A partir da Revolução Francesa travaram-se, talvez, os maiores embates históricos sobre a definição do que seria uma “nação” no sentido moderno do termo. Acaso ela se prenderá a sua etimologia latina *nacor*(nascido), ou ao *Volksgeist* (ao espírito nacional), as tradições como pretendia Herder em *Une autre philosophie de l’histoire*(1774)? Ou, ainda ao “Viva a nação!” que os revolucionários bradaram contra o *Ancien Regime*? Discursos e mesmo práticas políticas, diria Foucault, que se cristalizaram em discursos históricos elaborados pela monarquia absolutista, entre a nobreza e também pelos poderes do “terceiro estado”. Ernest Renan em sua famosa preleção (“Que é uma nação?”), em 1882, já dizia que o “erro histórico” fazia parte da formação da nação: “esquecer, eu diria até mesmo um erro histórico, é fator crucial na criação de uma nação(...) De fato, a investigação histórica ilumina atos de violência que aconteceram na origem de todas as formações políticas(...) A unidade é sempre alcançada por meio da brutalidade” citado por Craig Calhoun, em “Multiculturalismo e Nacionalismo, ou por que sentir-se em casa não substitui o espaço público” in: Candido Mendes, op. Cit.,p.219. Alain Finkielkraut é da opinião de que. “a nação revolucionária desenraizava os indivíduos e os definia antes por sua humanidade que por seu nascimento. Não se tratava de reconstituir uma identidade coletiva a seres sem baliza ou sem pontos de referência. Tratava-se, ao contrário ao livrá-los de toda dependência definitiva, de afirmar radicalmente sua autonomia”, em *A derrota do pensamento*, Rio de Janeiro, Paz e Terra,1988, p.22. Nas discussões até o presente momento não precisamos bem o que compreendemos por nação, apenas indicamos o que possivelmente contribuiu para a sua “fundação” e construção, ou seja, os mitos de origem, ou se preferirem, os mitos do nacionalismo.

*“Esta idéia pode parecer banal, mas não o é, já que a grande maioria dos países do mundo se empenhou em modernizações bem diferentes, onde a vontade de independência nacional, as lutas religiosas e sociais, as convicções de novas elites dirigentes, portanto de **agentes** sociais, políticos e culturais, **desempenharam um papel mais importante que a própria racionalização**, paralisada pela resistência das tradições e dos interesses particulares” (Id. Ib.,19)*

Talvez fosse interessante indagar a Touraine se na França revolucionária a racionalização não se cristalizou em alguns agentes de modernidade⁷? Acaso foi um turbilhão de “idéias” (iluministas) que povoou o imaginário da “nação” (a lá Hegel) e daí então, todos assimilaram sem restrições as possíveis conseqüências? Ou estas tais idéias foram levadas a cabo por grupos que entendiam mais ou menos o que estava em questão?

No vasto e complicado cenário histórico que é o séc. XIX brasileiro os “agentes da modernização” aqui têm que pensar, a independência do país, sem romper com interesses e tradições das oligarquias comprometidas com o “modelo” primário-exportador, vinculado aos imperialismos e colonialismos europeus. A “nação” naquele momento era apenas um “artefato”, um projeto político, e não era unívoco⁸.

É no séc. XX, que os *projetos nacionais* são disputados de tal sorte que, a “questão nacional” ganha virulência, pois aquele artefato, tornara-se, no Brasil de “70 milhões em ação”, vinculados à modernidade (e a modernização) que deu uma guinada, rumo a industrialização-urbanização, mas os projetos de desenvolvimento nacionalistas não se formulam nem se impõem sem muitas negociações - lutas, conflitos, frustrações e realizações -, levando a efeito, como por exemplo, a industrialização substitutiva de importações, modificando as estruturas sociais anteriores, de interesses dentro e fora da nação.

O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial, obra-prima da história, para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, se não há um passado

⁷ Diz Ernesto Laclau concordando em parte com Touraine, “em seu ápice, a modernidade foi, em grande parte, a tentativa de interromper a lógica da encarnação”, quer dizer de alguém ou alguns que assimilam a ordem de um ser-agente (Deus) na história dos homens, a transcendência (a-histórica) ditando a pauta de reivindicação de encarnações, o que de certa forma a modernidade rompeu com essa filosofia cristã da história, mas não é certo que, de todo essa lógica de uma “classe universal” não seja, também, uma herança do próprio eurocentrismo? Segundo Laclau, “o eurocentrismo foi o resultado de um discurso que não diferencia os valores universais que o Ocidente estava defendendo e os agentes sociais concretos que os encarnavam” e mais a frente diz, “se a democracia é possível é porque o universal não tem nem um corpo nem um conteúdo necessário; grupos diferentes, ao invés, competem entre si para dar temporariamente a seus particularismos uma função de representação universal” em “Universalismo, particularismo e a questão da Identidade” in: Candido Mendes, op. Cit., p.247-249.

⁸ Cf. Paulo Eduardo Arantes diz que Márcia Regina Berbel(1999) faz um inventário sistemático das diferentes acepções da palavra “nação” nos debates entre deputados do Brasil nas cortes portuguesas destinados justamente

satisfatório, sempre é possível inventá-lo. E o que foi a história dos países chamados “atrasados”, nos séculos XIX e XX se não a tentativa de alcançar o mundo mais “avançado” por meio de sua imitação?⁹.

E nessas ideologias e “invenções” de “tradições”, “nações”, “nacionalismos” e de “identidades nacionais”, os historiadores, afirma Hobsbawm(1984;1998;2002), se vêem no inesperado papel de atores sociais, como “agentes da modernização” em especial na fabricação das “identidades culturais”¹⁰, fundidas em “erros históricos” é claro, mas como não é possível construir histórias sem espaços, lugares, territórios, foi praticado também “alguns” erros geográficos; é por isso que, “*uma das características das identidades territoriais(...) é a possibilidade delas serem construídas justamente através de símbolos deslocados no tempo e até mesmo no espaço*”(Haesbaert,2002a:411).

Nations and Nationalism(Oxford,1983), é um excelente trabalho de Ernest Gellner, que contribui para explicar a construção das nações¹¹ e seus particularismos. Mas Gellner falhou

a “constituir a nação portuguesa” no Brasil. É dela a noção de artefato político em “Nação e imaginação” in: *Sexta-feira*, Rio de Janeiro, Editora 34, Utopia, nº 6.

⁹ Cf. Eric Hobsbawm, *Sobre História*, São Paulo: Companhia das Letras,1998,pp. 15-17,passim. Afirma Craig Calhoun: “*assim como o individualismo postula identidades pessoais integrais e separadas, com suas trajetórias biográficas únicas, o nacionalismo pressupõe nações internamente unificadas e claramente ligadas a suas histórias únicas. Se apareceu primeiro nas reivindicações latino-americanas, ao afirmarem suas semelhanças internas e realçarem suas diferenças em relação aos conquistadores ibéricos, ou na retórica de Oliver Cromwell, ‘o inglês escolhido por Deus’, ou nas performances públicas de nacionalidade implícitas na ação coletiva da Revolução Francesa, o nacionalismo se tornou uma formação retórica internacional. Na realidade, um dos paradoxos centrais da modernidade é que essa retórica internacional de identidade nacional tenha se tornado o modo predileto, quase universal, de reivindicação de identidades culturais locais autônomas. Os países afirmam sua unicidade ou particularidade local reivindicando sua participação em uma categoria mais universal: a de nações*” em Craig Calhoun,op. Cit., p.205.

¹⁰ É interessante notar que há em nossos dias todo um movimento de fixação das identidades culturais: “*É irônico, diz Calhoun, que tenha sido no final do século XIX, no exato momento em que a globalização da organização política e econômica e os fluxos globais de cultura atingiam níveis sem precedentes, que a necessidade de organizar a vida social em termos de fronteiras bem definidas, identidades nacionais e categorias culturais essencialistas alcançou o seu ápice(...) Nenhuma outra era enfatizou mais a autonomia dos Estados existentes ou a capacidade de a idéia de nação definir as identidades coletivas em grande escala. E essa ênfase ocorreu exatamente quando o mundo estava se tornando bem mais internacional e, em parte, precisamente por essa razão. Aqui pode esta uma lição, para o momento atual, na qual a aceleração dos processos globais de acumulação de capital, a rápida transferência global de tecnologia, a divulgação quase instantânea dos produtos culturais e as enormes ondas de migração podem induzir algumas pessoas a acreditarem que o Estado-nação está prestes a desaparecer nas sombras da História*”, id. Ib.pp.209-210.

¹¹ Eduardo Arantes elogia o trabalho de Gellner na desmistificação que ele faz da nação: “*o ponto de honra de sua demonstração reside, portanto, na capacidade de reconstituir a cristalização das ‘nações’ sem evocar qualquer dos estereótipos consagrados pela auto-imagem do sentimento nacional: territorialidade, consangüinidade, patriotismo, aversão ao domínio estrangeiro, cultura vernacular ou qualquer outro ativismo do gênero*”, op. Cit.,p. 228. Mas o que define, então, uma a nação? Para os enciclopedistas a nação é uma “*palavra coletiva que se usa para exprimir uma quantidade considerável de povo, que habita certa área de país, encerrada em certos limites e que obedece ao mesmo governo*”. Foucault analisa esta definição como uma disputa de sentidos em voga de um conceito mais amplo e outro mais restrito de nação: “*eu creio que essa é uma definição polêmica que visa, se não refutar, pelo menos excluir a definição ampla que reinava naquele momento, que encontramos tanto nos textos oriundos da nobreza quanto naqueles oriundos da burguesia, e que fazia dizer que a nobreza era nação, que a burguesia também era uma nação. Tudo isto terá importância capital sob a Revolução, em especial no texto de Sieyès sobre o terceiro estado*”(2002:168-9), e mais adiante continua

num ponto, diz Hobsbawm, quando tentou explicar a nação por “cima”, numa preferência a perspectiva de modernização pelo alto, sem levar em consideração que os nacionalismos não se sustentam sem o apóio da população:

“As nações(...) são fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas”(HOBSBAWM,2002:20)

Guilherme Merquior foi um dos primeiros a pensar a incongruência dessa “modernização pelo alto” e os movimentos nacionalistas da América Latina, diz Eduardo Arantes(s/d:228), se a independência mesmo circunscrita em seus aspectos políticos tivesse ocorrido apenas “pelo alto”, não teria tido adesão de outros setores da sociedade.

Neste sentido Eric Hobsbawm parece mesmo ter razão sobre o papel e importância das lutas travadas ao nível das representações sociais na confecção dos mitos de fundação das nações e de seus projetos nacionais, que de uma forma ou de outra, para serem implementados precisam mesclar as “esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns”, com os interesses dominantes.

Ainda mais quando sabemos que é muito recente a “invenção” histórica da nação (Hobsbawm,1998), entendida como Estado-nação, definido pela independência ou soberania política e pela unidade territorial e legal, estas construções são historicamente datadas. E nelas, os discursos convencionais sobre a ‘identidade nacional’ ou sobre o ‘caráter nacional’ têm sido construídos a partir de um *genius loci* mitificado abstrato e mitificador(2002). E aqueles que trabalham com as histórias são os produtores básicos dos mitos nacionais, e nesta empreitada:

“a propósito da nação(...) a tese da monarquia absolutista era a de que a nação não existia, ou de que pelo menos, se existia, ela só podia existir na medida em que encontrava sua condição de possibilidade, e sua unidade substancial, na pessoa do rei(...) É o corpo do rei, em sua relação físico-jurídica com cada um de seus súditos, que faz o corpo da nação(...) E é dessa nação(...) que a reação nobiliária havia tirado uma multiplicidade de ‘nações’ (ao menos duas, em todo caso); e , a partir daí, ela havia estabelecido, entre essas nações, relações de guerra e de dominação”. Com Sieyès defendendo os direitos do terceiro estado, esta definição toma outro rumo: *“para que haja nação, não é necessário que haja um rei. Nem sequer é necessário que haja um governo. Antes mesmo da formação de qualquer governo, antes do nascimento do soberano, antes da delegação do poder, a nação existe, conquanto que ela se tenha atribuído uma lei comum, por meio de uma instância que ela qualificou para atribuir as leis e que é precisamente a legislatura”* (pp.259-261,passim). Em linhas gerais o debate era em torno das condições “jurídico-formais” da nação como também das condições “histórico-funcionais” que suportavam, e pendia, para uns e outros como móvel e constituição do poder no discurso histórico político. Ver com mais detalhes Michel Foucault, *Em defesa da sociedade*, São Paulo: Martins Fontes,2002,p.168-9.

“Mito e invenção são essenciais à política de identidade pela qual grupos de pessoas, ao se definirem hoje por etnia, religião ou fronteiras nacionais passadas ou presentes, tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável”(HOBSBAWM,1998:19)

Se o estado nacional cuja principal característica é a territorialidade (os componentes principais de territorialidade são: a base produtiva, a moeda, a legislação, a balança de pagamentos, a poupança nacional, a taxa de investimentos que estabelecem ‘diferenciais econômicos, políticos, tecnológicos entre os estados que induzem o movimento, direção geográfica e acréscimo/decrécimo de valor dos fluxos financeiros), sobre a qual consegue regular a vida de cidadãos deixa de ser uma unidade privilegiada de interação, pelo que, as relações sociais desterritorializam-se na medida em que passam a cruzar fronteiras (Boaventura Santos,1997). Mais do que, em outras modernizações, a política de modernização do Estado-nação, nesse momento, precisa suscitar e desenvolver políticas identitárias e nacionalistas, inclusive, para resguardar minimamente a sua atuação soberana, dentro e fora da nação.

Nunca é demais lembrar que nem nossa sociedade nem as demais foram exclusivamente nacionais, tendo sido desde sempre atingidas por processos de longínqua data e permeadas por relações que atravessaram as fronteiras. Sempre se difundiram transnacionalmente populações, capitais, bens e movimentos culturais. Mas agora está em curso um novo ciclo do capital no qual os organismos internacionais, as agências de financiamento e corporações transnacionais tomam a dianteira e pressionam os Estados nacionais a promover reformas políticas, econômicas e socioculturais, rumo a liberação dos mercados impulsionados por um novo “sistema financeiro”, conhecido como sistema financeiro global que tem tido:

“A “tendência de se liberar de enquadramentos ‘regulatórios’ de base territorial como aqueles do estado-nação”. Tal processo, denominado de globalização, tem feito com que uma parcela considerável do poder de decisão sobre o crédito tenha se deslocado das instituições fazendárias dos Estados nacionais para os bancos internacionais de investimento e mercados globais de capital”(MACHADO,2002:38)

É comum ouvir falar do suplante de estados-nações, por “forças” globais, débeis em suas soberanias, contudo existem, aqueles que se utilizam desse discurso e conseguem tirar proveito desta reorganização financeira, utilizando-se de territorialidades esquecidas e

lembradas ao sabor do momento, se porventura possam ter alguma funcionalidade, dentro da própria jurisdição política do estado-nação, não seriam os “desvios diferenciais” postos em prática, nos países “centrais” e “periféricos” do sistema global?

“De um lado, o sistema de estados-nações mantém, do ponto de vista jurídico, as prerrogativas de soberania; de outro, o poder fixado pelas fronteiras do estado nacional é cada vez mais limitado pela política de poder das grandes corporações e das altas finanças. Tal situação levou a um desdobramento peculiar, nos últimos anos, instituindo um ‘campo de manobras’ onde um governo pode manipular os limites territoriais (fronteiras) sob sua jurisdição, de modo a criar ‘territorialidades’ específicas e funcionais a esse estado de coisas”(Id. Ib.,39)

Do que foi dito acima, dá pra supor que o discurso histórico¹² político da conjuntura atual no Ceará, de modernização do Estado, considerado a “periferia” do sistema econômico nacional, para uma re-adequação do Estado ao mercado global e ampliação de consumo interno, é de fato uma manobra de territorialidades dentro do espaço nacional.

É neste contexto de adequações de territorialidades que se verifica, na América Latina e mais especificamente no Brasil, uma crescente e generalizada dissociação entre o Estado e a sociedade civil, em primeiro lugar, limita-se os direitos e conquistas dos concidadãos, em segundo, a sociedade civil não quer mais arcar com interesses escusos de um Estado:

“Talvez se possa mesmo afirmar que a dissociação(...) seja algo(...) inerente à questão nacional, já que a nação sempre foi(...) um processo histórico-social problemático. A novidade, na época da globalização(...) é que essa dissociação adquire profundidade e extensão sem precedentes, transformando amplos setores da sociedade civil em deserdados(...) de soberanias e hegemônias(...) de bases sociais”(IANNI,2000:60)

¹² Cf. Foucault “tomar a palavra na área da história, contar uma história, não é simplesmente descrever uma relação de força, não é simplesmente reutilizar, em proveito(...) um cálculo de inteligibilidade que era, até então, o do governo. Trata-se de modificar, com isso mesmo, em seu próprio dispositivo e em seu equilíbrio atual, as relações de força. A história não é simplesmente um analisador ou um decifrador das forças, é um modificador. Em conseqüência, o controle, o fato de ter razão na ordem do saber histórico, em resumo, dizer a verdade da história, é por isso mesmo ocupar uma posição estratégica decisiva”, op. Cit., p.204.

O discurso “terra da gente” através do governo das mudanças no Ceará¹³, serve como ponta de lança, para novas e velhas modernizações no Brasil. A “questão nacional” que outrora era disputada, entre a esquerda e a direita, novamente é repisada, mas agora em nossas bases, sem subterfúgios de capitalismo e/ou socialismo, e cujos resultados são indistintos, sem dúvida ficamos com a civilização e a barbárie. Mas o desenvolvimento de nosso subdesenvolvimento no Estado do Ceará continua encantando, tentando manter o Estado no circuito financeiro global, com um discurso que mistura aspectos nacionalistas e globalizantes, e com isto consegue modificar as feições da economia do território mas concomitantemente aumenta o fosso entre os seus com velhas e novas desigualdades sociais.

¹³ A partir de Foucault dá pra se compreender que o “discurso de desenvolvimento” ou mesmo do “subdesenvolvimento” é *“uma espécie de arma discursiva utilizável, exibível por todos os adversários do campo político” o desenvolvimento não deve ser tomado como ideologia ou produto ideológico(...) de uma posição de classe, e que não é de ideologia que se trata; trata-se de outra coisa, que tento justamente identificar, e que seria, se vocês quiserem, a tática discursiva, um dispositivo de saber e de poder que precisamente, enquanto tática, pode ser transferível e se tornar finalmente a lei de formação de um saber e, ao mesmo tempo, a forma comum à batalha política”* id. ib.,p.226.

Capítulo IV

A Modernidade e as “Identidades Coletivas”: os espaços e lugares

“Quando descobrimos que há diversas culturas ao invés de apenas uma e conseqüentemente na hora em que reconhecemos o fim de um tipo de monopólio cultural, seja ele ilusório ou real, somos ameaçados com a destruição de nossa própria descoberta, subitamente torna-se possível que só existam ‘outros’, que nós próprios somos um ‘outro’ entre outros. Tendo desaparecido todos os significados e todas as metas, torna-se possível vagar pelas civilizações como através de vestígios e ruínas. Toda a espécie humana se torna um museu de imaginários: aonde vamos este fim de semana – visitar as ruínas de Angkor ou dar uma volta no Tivoli de Copenhagen?” (Paul Ricoeur em seu História e Verdade)

Com essa paisagem do “espaço” com imbricação direta na *alteridade* ou se preferir sobre a imagem das culturas (identidades coletivas) descrita por Paul Ricoeur, Anthony Giddens(1991), abre o em seu ensaio *As Conseqüências da Modernidade*. Giddens pensa a modernidade na contemporaneidade, como ele mesmo diz, não a partir de implicações da “epistemologia e filosofia”, como o faz Lyotard ou mesmo Habermas, mas das “injunções institucionais, com ênfase cultural e epistemológica”.

Enquanto Lyotard discute o fim da *grand narrative*, e mais especificamente da nulidade de qualquer conhecimento pretender exercer domínio sobre os demais, tendo em vista um ataque declarado a pretensão da ciência. Habermas, por outro lado, contrapõe que, a racionalidade ainda é possível, e é ela que tem condições de delinear o desenvolvimento social, e dar prosseguimento ao programa de emancipação da modernidade, que foi “traído”, mas não “dissolvido”, pelas novas condições de existência da sociedade industrial tardia.

Giddens eximido-se das questões filosóficas, afirma que, na modernidade nos encontramos num jogo com chances de ter autonomia, mas também, heteronomia. Se por um lado, podemos obter segurança, oportunidade e confiança, de outro, nos deparamos com os

perigos e riscos do sistema. Compreende que de fato estamos vivenciando uma “radicalização da modernidade” que pode ser percebida na aparente desorientação dos sentidos, com o distanciamento tempo-espaço, que modificam a relação dos indivíduos com seu contexto social:

“A desorientação que se expressa na sensação de que não se pode obter conhecimento sistemático sobre a organização social(...), resulta(...) de que muitos de nós temos sido apanhados num universo de eventos que não compreendemos plenamente, e que parecem estar fora de nosso controle(...) Ao invés disso, temos que olhar novamente para a natureza da própria modernidade(...) Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Além da modernidade(...), podemos perceber os contornos de uma ordem nova e diferente, que é ‘pós-moderna’”(GIDDENS,1991:12-3)

É o próprio Giddens que diz estarmos numa *etapa* da modernidade atravessada por suas *conseqüências*, melhor dizendo, sua radicalização, e além disto, já começamos a perceber, um anuviar de uma ordem pós-modernidade.

Se em Marx a modernidade foi pensada como movimento intenso de transformação e quebra das estruturas anteriores do laço social, como ficou conhecido em sua célebre frase “*tudo que é sólido se desmancha no ar*”. Giddens que em muito diverge do pensador revolucionário neste ponto parece então concordar, ou seja, as “sociedades modernas” são sociedades que apresentam mudanças constantes, rápidas e permanentes:

“Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes”(Id. Ib.,37-8)

Além da mudança em si, afirma Giddens, que a diferença das sociedades “tradicionais” e “modernas” está calcada, dentre outras coisas, no *ritmo de mudança*; em todas as sociedades há mudanças, obviamente, mas não se comparadas com àquelas inauguradas com a burguesia. Acresce-se ao seu argumento, não apenas, uma quantidade significativa (de mudança), e sim, o entendimento de que a mudança é de um tipo qualitativamente diferente, ela é uma forma altamente reflexiva:

“As práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter” (apud. HALL,1997:16)

Há outras características da “novidade” da modernidade, segundo Giddens, as sociedades “modernas” são também conhecidas por suas “descontinuidades” com o passado, portanto com o “tradicional”. Mas é o *escopo da mudança* que causa tamanha admiração, vivenciamos um mundo onde está presente uma interconexão social de todas as áreas do globo, ligadas em tempo real, se preferir virtualmente. Temos também, o fato da *natureza intrínseca das instituições modernas*, que não existiam em outros momentos históricos e que passam a ter relevância em todos os quadrantes tais como: o sistema político do Estado-nação, a dependência por atacado da produção de fontes de energia inanimadas, ou a completa transformação em mercadorias de produtos e trabalho assalariado, entre outras.

Conforme Giddens, ao explicar a natureza das sociedades modernas, precisamos capturar as características específicas do Estado-nação. Sua perspectiva é que nas sociedades pré-modernas tempo e espaço estavam organizados de forma a reconhecer-se sua indissociação, em termo giddensiano, *encaixados*. No entanto, nas sociedades modernas, há um distanciamento entre tempo e espaço, vive-se num tempo-espaço *desencaixados*. Para ele *“por desencaixe me refiro ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço”*(1991:29), que induzem ao que ele chama de *desalojamento do sistema social*, isto é, a possibilidade do indivíduo compartilhar, através do “alongamento” do espaço, de outros sistemas sociais.

O distanciamento de espaço do tempo é um aspecto da modernidade e se outrora contribuiu para a formação dos Estados-nação, com suas fronteiras bem “situadas”, em relação ao seu padrão de “zoneamento” (onde reinava incólume à territorialidade do Estado-nação), agora a ampliação daquele distanciamento encontra nele um obstáculo:

“O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais ‘fantasmagórico’: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles”(GIDDENS,1991:27)

A idéia de que com modernidade surgiu uma nova relação de tempo-espaço, insuspeito nas sociedades tradicionais; destruindo ritmos de outras cosmologias e implantando o ritmo da vida regrado pelo relógio, e marcando a jornada de trabalho, é a celebração do tempo “vazio”, ou ainda, do “esvaziamento do tempo”, que corrobora diretamente com o “esvaziamento do espaço”. O espaço “vazio” é a separação entre espaço e lugar “nas sociedades pré-modernas, o espaço e o lugar eram amplamente coincidentes”, porém, “a modernidade separa, cada vez mais o espaço do lugar” (lugar entendido em seu sentido de localidade). A separação de tempo e espaço é tão importante, pois esta possibilita o dinamismo da modernidade. As instituições modernas se *desencaixam* criando múltiplas formas de reorganização de tempo-espaço, organizando-os pela racionalidade dos sistemas¹. As organizações modernas são infinitamente capazes de conectar e desconectar o local e o global:

“Enquanto Giddens fala de um distanciamento ou ‘alongamento’ espaço-temporal em relação aos contextos locais de interação, Harvey reporta-se a uma ‘compressão tempo-espaço’ para referir a um encolhimento do espaço pelo tempo (ou pela velocidade). É como se tivéssemos duas perspectivas distintas de um mesmo fenômeno: no primeiro caso, o local se ‘alonga’ ou se ‘desencaixa’ para atingir o global; no segundo, o global se estreita ou se encolhe, comprime-se, para se realizar no local”(HAESBAERT,2002b:33)

Giddens fala de “descontinuidades e desalojamentos”, enquanto David Harvey, de “*rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior*”, o mundo moderno é lugar das “fragmentações”, já Ernest Laclau prefere utilizar o termo “deslocamentos” para conceituar uma situação na qual temos uma estrutura “*cujo centro é deslocado, não sendo substituído por outro, mas por ‘uma pluralidade de centros de poder’*”(Stuart Hall,1997:17).

É neste contexto de conexões e desconexões surpreendentes do espaço e tempo (e também espaço e lugar) que Jean-Luc Boilleau refere-se ao “fim da história”, de um tipo social da realidade levada a efeito pelo ocidente, em que os registros de socialização modificaram-se drasticamente, pelo que a “sociabilidade”, que imperava no registro primário, relacionamentos pessoa a pessoa e a “societividade”, que havia suplantado o registro anterior, dentro de fronteiras nacionais, se desvanecem em detrimento do terceiro registro de socialização, a “socialidade puramente abstrata”:

¹ Conjugação de mecanismos como as “fichas simbólicas” e os “sistemas peritos”.

“Chegamos ao fim do processo de extensão planetária de um certo tipo de intercâmbio social completamente abstrato; um intercâmbio comandado, ou melhor, mediatizado pela relação impessoal a uma lei abstrata para a qual o mercado, o Estado-nação e a ciência são encarnações por excelência”(apud. LEFORT,1994:9)

O “intercâmbio social abstrato” é induzido e mesmo possibilitado pelas “interconexões globais”, que radicalizam modalidades de reorganização de tempo e espaço, sendo um desafio às tradições das sociedades/comunidades e seus espaços/lugares, às nações e suas subdivisões, à diversidade de culturas e costumes, principalmente quando pensamos a alteridade e identidade nos limites da “identidade nacional”.

As novas tecnologias e suas aplicações tendem a diminuir o tempo das comunicações, informações, trabalho, conhecimento, capital, encurtando o espaço planetário provocando uma espécie de “desterritorialização” de espaços fixos e consagrados por fronteiras territoriais nacionais, um certo “despertencimento” do cidadão de seu território de origem, com a criação e disputa de novas e velhas territorialidades.

Giddens parece mesmo poder explicar a “sensação de desorientação dos sentidos” com sua teorização da “modernidade radicalizada”, porém tem pouco a nos dizer sobre a formação de tradições, das nações e culturas, e principalmente a relação da proliferação das tradições e a diversidade de culturas, inclusive o que se passa entre as mesmas em processos de globalização, tomando as suas palavras, as conseqüências da modernidade tardia ou radicalizada causam a “destraditionalização”, tendo em vista, que a *“tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço”*. A atual noção de destraditionalização é promovida por Beck, Giddens e Lash².

O que está em questão na atualidade, ao nosso ver, é indubitavelmente o jogo político das identidades culturais³, ou se preferir, as distintas tradições (invenções) criadas na modernidade mas quanto aos processos sociais atuais que denotam estarmos cada vez mais se “desterritorializando” de nossos referenciais, na perspectiva de Giddens, não conseguem explicar a contento o porquê de tanta celeuma entorno da suposta globalização, na verdade o que estamos percebendo é que as disputas de territorialidades colocam à prova às supostas

² Em 1993, uma grande conferencia intitulada “Des-traditionalização: Autoridade e Individualidade na Idade da Incerteza Cultural” foi realizada na Universidade de Lancaster, Inglaterra. Parcialmente organizada por S. Lash, contava com a proeminente participação de A. Giddens e Ulrich Beck.

³ Stuart Hall aborda esta questão do “jogo de identidades” como a passagem de *“uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença”* in: *Identidades culturais na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997,p.22. O livro é de 1992.

antigas construções identitárias que pareciam intocáveis, e desvinculadas agora das condições locais, mais concretas. Parece-nos que Roland Robertson(2001), consegue explicar melhor o porquê da profusão das tradições na “globalização”:

*“Trato a globalização multidimensionalmente, não como um fenômeno primordialmente econômico; em segundo lugar, não a vejo como uma espécie de maremoto varrendo o mundo como um todo, destruindo valores sociais e comunais; em terceiro, certamente não considero a globalização uma consequência da modernidade(...), preferindo tratá-la como **uma condição que facilita** a modernização e que promove modernidades **divergentes**”*(ROBERTSON,2001:78)

De saída o autor já inverte o argumento de Giddens. Aquilo que no pensamento giddensiano acreditara ser as consequências são, na sua argumentação, as possibilidades ou as condições de possibilidade criadas na modernidade, que veremos mais adiante.

Diz Robertson, concordando com Wallerstein, se os Estados-nação foram, de fato, gestados e instituídos na/pela modernidade, isto não quer dizer que eles carregam em si a realidade “central” do mundo moderno⁴, contra a qual a noção de “comunidade” era, em grande parte, oposta, como costumávamos a aprender em Toennies, ou Durkheim, além disso:

“O lamento e ou alarme que muitos intelectuais da época tendiam a expressar a respeito da morte do sentido de comunidade eram coerentes com as ações ‘intencionalmente nostálgicas’ das elites dominantes em boa parte do mundo naquela época. Pois essa era uma época na qual havia uma verdadeira explosão da chamada invenção da tradição”(Id. Ib.,79)

Enquanto uns “diagnosticaram” com pesar o soterramento da “comunidade”, do esfacelamento da forma de vida comunal, logo outros “politicamente poderosos” conseguiram capitalizar esse tal “declínio da comunidade” e expressaram como triunfo de um tipo de sociedade sobre a tal comunidade do passado.

⁴ Para Wallerstein, o capitalismo “foi desde o início, um elemento da economia mundial e não dos estados-nação. O capital nunca permitiu que suas aspirações fossem determinadas por fronteiras nacionais” In: Stuart Hall, op. cit.,p.72. Enquanto uns preferem falar de “industrialismo” à semelhança de Durkheim, como vetor mais importante da modernidade, em Giddens creio que poderemos perceber a preponderância do industrialismo mesmo que logo explicito que a modernidade não se resume: a industrialização; e sim, compartilhe com outras tendências igualmente importantes como a urbanização, o individualismo, os aparelhos de estado e a gestão estatal, a máquina de guerra. Outros preferem falar de capitalismo (e racionalização) como em Marx e em Weber.

Ora o que se chama de processo de globalização no presente, para utilizar a expressão por demais cara à “nova história”, principalmente quando se refere àquela primeira corrente dos annales, diríamos que por globalização⁵ entendemos não algo conjuntural mas um tempo de “longa duração”, de um modo de ser e pensar que foi inaugurado ainda no século XVIII, e acirrou-se no séc. XIX na tentativa de demarcar se possível for a diferença das “identidades coletivas”, e que se espria de forma semelhante quando pensamos a busca de identidade em os nossos dias. De acordo com Robertson no final do séc. XIX:

“A preocupação com o aspecto comunal da vida humana foi, em grande parte, uma reação ao rápido processo de globalização. Mas, deve-se logo dizer que seria enganoso afirmar que a ênfase comunal do período em questão foi meramente reativa, uma proteção contra a onda de globalização(...) Seria mais apropriado dizer que a ênfase comunal foi também um modo de estabelecer um sentido de identidade dentro da arena global”(Id. Ib.,80)

Hoje apesar do “falatório” sobre a “homogeneização”, diz Robertson, o que se vê na modernidade é, desde séc. XIX, a ocorrência de uma *institucionalização global* de construção da identidade coletiva, ou ainda *“um aumento no sentido e na expectativa normativa da diferença”*(2001:80). Para Craig Calhoun *“está na moda caracterizar a modernidade como pressupondo a padronização, a rotinização e a eliminação de diferenças”*. A modernidade dessa forma, *“estaria em oposição tanto às heterogeneidades locais anteriores(...) como às celebrações pós-modernas das diferenças”*, mas conclui Calhoun *“a modernidade carrega em si mais contradições”*(2001:206).

Robertson lembra das palavras de Hannah Arendt nos idos dos cinquenta quando chamava a atenção para o fato de que temos “um presente global sem passado comum”, inclusive porque no imbróglio de tradições pensadas dessa forma ameaçam “tornar todas as tradições e todas as histórias individuais do passado irrelevantes”. Mas isto não quer dizer, *ipso facto*, que não haja ou não possa haver uma tradição da globalidade comum. Conforme Robertson há uma pequena tradição de globalidade com respeito às leis naturais e

⁵ Segundo Roland Robertson, *“a globalização moderna – isto é, a globalização que vem ocorrendo desde meados do século XVIII – tem uma forma (que certamente não foi fixada) baseada em quatro componentes principais: nações-Estados; os eus individuais; o sistema internacional de sociedades; e a humanidade”* in: “Valores e Globalização: comunitarismo e globalidade” in: Candido Mendes(coor), *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*, Rio de Janeiro: Record,2001, p.91. É claro que em Giddens *“a modernidade é inerentemente globalizante”* mas a “globalização” é a generalização globalizante das suas conseqüências.

internacionais. Em situações de globalização a tradição “*é elaborada reflexivamente nas condições da relativização de todas as tradições*”(2001:82).

A idéia da “modernização reflexiva” está conceitualmente relacionada à destradicionalização e à individualização tal como é apresentada por Beck e Giddens, e ela surge como algo inerente à modernidade “chegando ao seu auto-entendimento”. Segundo Robertson, “*trata-se, seguramente de um conceito bem vago. Pode-se em todo caso, encontrar uma idéia similar nos escritos tardios de Parsons sobre modernização e individualismo, sem falar em Eisenstadt*”(2002:86).

Quanto ao conceito de “destradicionalização” é claramente um eco da idéia defendida por Marx de que o capitalismo libertaria a humanidade do “pesadelo da tradição”.

Diz Robertson mais enfaticamente como pensa a respeito da modernidade e seus aspectos atuais e sobre a tradição:

“Rejeito a visão de que é simplesmente algo dentro da modernidade (capitalista) que produz a circunstância da ‘modernidade chegando ao auto-entendimento’(...) insisto que a reflexividade é em grande parte produzida pela relativização das tradições. É a consciência de que nossa própria tradição, ou nosso modo de vida assentado, é apenas um entre vários padrões de crença e de valor que competem entre si que intensifica a condição da reflexividade. De fato, é precisamente essa situação que produz a própria idéia de tradição”(id. Ib., 87)

O que percebemos na leitura feita por Roland Robertson no discurso da globalização e da modernidade em Anthony Giddens, parece-nos mais coerente assemelhar-se com o que se vê nas disputas e proliferação das tradições, e do acirramento das “políticas de identidade e diferença”, como também uma tentativa de desmistificação do suposto entrave das tradições na perspectiva das atuais correntes modernizadoras, talvez “as conseqüências da modernidade”, com a “modernização reflexiva” e sua libertação das garras da “tradição” como tal, indiretamente dêem o arcabouço necessário a uma certa visão política mais do que sociológica do fenômeno atual da “relativização das tradições”.

Com Ernest Gellner(1983) aprendemos a ver como as diversas “tradições” foram subordinadas e centralizadas crucialmente no universo simbólico das nacionalidades a partir da construção da instituição moderna de nações-Estados:

“A idéia e um homem sem uma nação parece impor uma (grande) tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade(...) Tudo isso parece óbvio, embora, sinto, não seja verdade. Mas que isso viesse a parecer tão obviamente verdadeiro é, de fato, um aspecto, talvez o mais central, do problema do nacionalismo. Ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas aparece, agora, como tal”(apud. HALL,1997:52-3)

Ora, com a implementação e desenvolvimento de novas coordenadas de tempo e espaço sobre os antigos, ou se preferir, ao impacto da globalização sobre todos os sistemas de *representação*, inclusive, as “identidades nacionais”. O que restará da representação da nação e sua suposta “fragmentação” e “ruptura”, sua “descontinuidade” e “desalojamento”, e até “deslocamento”? talvez o impacto maior seja, não em relação à representação da nação em si, mas a generalização de sua relativização facilitada pelo meio técnico-científico-informacional que tende a imprimir e modificar o que *poderia* ser o “tradicional” e o “moderno” quando expõe os graus diferenciados de utilização das técnicas em todas as coletivas.

Costumávamos a ver, segundo Stuart Hall(1997), a “nação” como uma “identidade coletividade” una e indivisa, assim como o indivíduo⁶, mas agora com a relativização de tradições:

“A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”(Id. Ib.,14)

O argumento de Hall é que as “identidades nacionais” são representações simbólicas eminentemente políticas, como em Gellner, visto que o sujeito nasce desprovido delas, porém soldam os indivíduos em um “sistema de representação” que é peculiar a cada cultura, importante aqui é então perceber que o significado político entra em cena conjuntamente a outros significantes representados na própria cultura e dessa forma sustentam as nações:

⁶ Segundo Stuart Hall aprendemos a ver a “identidade” a partir da concepção de três sujeitos: o “sujeito do Iluminismo”; o “sujeito sociológico” e o “sujeito pós-moderno”. Com relação a este último perdeu-se completamente a idéia de unicidade e indivisibilidade própria da subjetividade cartesiana moderna com os “descentramentos” ocorridos no século XX, advindos principalmente do estruturalismo marxista de Louis Althusser; da leitura de Jacques Lacan à obra de Freud; do trabalho do lingüista estrutural Ferdinand Saussure; da obra do filósofo e historiador Michel Foucault e do impacto do feminismo na defesa da “política da diferença”.

“As culturas nacionais são uma forma distintiva moderna. A lealdade e a identificação que(...) eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas(...) nas sociedades ocidentais, à cultura ‘nacional’. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de ‘teto político’ do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas”(Id. Ib.,53-4)

A “nação” não é apenas uma “entidade política” mas algo que produz *sentidos*, um *sistema de representação cultural*, que na modernidade assumiu a expressão maior sobre as demais identificações (não importa quão diferentes seus membros possam ser, em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional, busca unificá-los numa identidade cultural), dotando as pessoas de identidade, visto que, os indivíduos dentro da nação não são apenas cidadãos, no que se refere à condição legal, eles além disso, participam da *idéia* de nação tal como representada em sua cultura nacional.

Uma “identidade nacional” é, segundo Benedict Anderson(1983), uma “comunidade imaginada”, contada de diversos modos e compartilhada em inúmeras ocasiões mas sempre sob um mesmo “teto político” (da nação) que internamente pode está fraturada por territórios diferenciados, por isso:

*“Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um **dispositivo discursivo** que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural”(HALL,1997:67)*

Com esta *idéia* de “dispositivo discursivo” podemos vislumbrar que a “cultura nacional” criada em uma nação não é simplesmente um feixe de “lealdades” arregimentadas em torno de uma unificação “consentida” no ideal de uma identidade simbólica comum, é antes de tudo uma “estrutura de poder cultural”.

Por tudo isso que foi dito precisamos saber o que é contado neste momento da nossa história. A “narrativa” da cultura nacional, as instituições culturais, os símbolos e as representações culturais, são importantes para refletirmos nos rumos tomados até aqui na política macro-econômica do país, na construção do seu projeto de desenvolvimento nacional. Porque toda história, como observou Croce, *é história contemporânea*:

“As exigências práticas que suportam todo o julgamento histórico dá a toda história o caráter de ‘história contemporânea’, porque, mesmo que os eventos assim recontados possam parecer remotos no tempo, a história na verdade refere-se a necessidades presentes e situações atuais, onde aqueles acontecimentos vibram”(apud. CARR, 1982:22)

Há uma inseparabilidade da historiografia nacional em relação à ideologia e à política correntes. O discurso político “terra da gente” do governo das mudanças, nestes termos utiliza-se dos discursos passados e presentes da nação, do sistema de representação cultural, e tenta produzir um discurso identitário, para implementar a sua gestão de governo. Neste contexto como é descrita a cearensidade? Que estratégias representacionais são acionadas para construir nosso senso comum sobre o pertencimento ou sobre a identidade nacional-local?

Como temos refletido até aqui a dimensão cultural sempre esteve presente nos processos de territorialização, de consagração de identidades e de fronteiras. Porque ela aparece hoje com uma ênfase raramente vista? Não seria exatamente porque começam a ser inventados novos territórios para novas lealdades? Sim, novas possibilidades começam a rivalizar com o Estado-nação.

No caso brasileiro, as disputas identitárias, em geral, estão circunscritas a negociações e interesses econômicos de abastecimento e consumo do mercado global, que consegue arregimentar regiões inteiras dentro do país, vinculando-as, seu destino, progresso, crescimento, urbanização, e gerenciamento a esta finalidade.

Daí que a recriação do Ceará “moderno” é (ou tenta ser) ao mesmo tempo um movimento “desterritorializador” e “reterritorializador”, política e culturalmente falando. Até a aproximação dos 500 anos contribuíram para animar notícias alvissareiras sobre o futuro, foi sem dúvida o tempo oportuno de narrar o discurso da nação, cuja narrativa, conforme Homi Bhabha, perde-se nos mitos de origem.

Assim como há narrativas de nação, há também muitas de Ceará e de vários nordestes que são acionadas para dá sentido a sua identificação no governo das mudanças, seus primórdios, na continuidade, na tradição, na intemporalidade. Há “re-invenção da tradição”, atualização ou re-significação do *mito fundacional*, calcado na unidade cultural, na mestiçagem e no atraso em face dos rumos da política de desenvolvimento brasileira:

“O discurso da cultura nacional não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Ele se equilibra

entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade”(HALL,1997:60-1)

O discurso “terra da gente” não é inocente. Na realidade trata-se de uma estratégia política poderosa que retrabalha aspectos deste *sistema de representação cultural*, amalgamando os anseios, as esperanças, os medos, e os mitos de origem da população cearense. “A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político(...) é nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro”(Murilo de Carvalho,1998:10). O “governo das mudanças” conseguiu dessa forma produzir (e vender) a idéia de um Ceará moderno.

Se as identidades culturais sempre estiveram em contacto umas e outras, operando trocas culturais ininterruptas por que então entramos numa etapa sem precedentes na história do mundo moderno, em âmbito global? Instaura-se em vários territórios incorporações, atualizações e novas transfigurações numa escala planetária, é a (radicalização) da modernidade que liberou potencial tecnológico insuspeito?

A “sensação de desorientação” nos mundos simbólicos com o excesso de informações, trata-se na verdade de lutas incrustadas nas disputas por territórios, embates cruentos e desiguais que no afã da conquista por mercados, promovem até genocídios pra impor territorialidades políticas e culturais estabelecidas, principalmente, por instituições financeiras, bolsas de valores, fundos de pensão, entre outros, que fomentam seus dividendos, e investem seus negócios em qualquer parte do globo, assim possam lhe trazer maior lucro. Para isto aliam-se, contudo, aos Estados, aos blocos econômicos, às empresas nacionais (se é que há algum sentido, nesse contexto, em falar de empresas “nacionais” e “multinacionais”, se a realidade é cada vez mais transnacional, ou melhor, global), mas também se apóiam em partidos políticos, sindicatos, igrejas, e até ong’s, e tantas outras organizações.

Nesta contemporaneidade de transfigurações, contínuas e sucessivas, o cidadão é visto mais pela possibilidade de consumo do que até recentemente quando podíamos vê-lo como um “sujeito de direitos”. Assim a idéia de *sujeito* que imaginávamos ser fundado sempre na relação com “outros”, e num diálogo contínuo com a entidade cultural a qual pertencia, e que, em alguns casos, tinha como referencial maior, a nação. E forjado na societalidade, se esvai.

O argumento de que as “antigas” identificações estão sendo “descentradas” com a reorganização dos espaços geopolíticos, e que as identidades culturais se fragmentam quando passam a cruzar fronteiras só em parte é correto, porque precisamos entender que desde

sempre as identidades foram fragmentadas ou do contrário acreditamos que existam com as tradições uma “essência” da cultura nacional, e mais espinhoso ainda dentro de uma visão de “indivíduo soberano”, fruto do cartesianismo somado com o jusnaturalismo:

“A intensificação da interdependência transnacional e das interações globais, já referida, faz com que as relações sociais pareçam hoje cada vez mais desterritorializadas, ultrapassando as fronteiras até agora policiadas pelos costumes, o nacionalismo, a língua, a ideologia e, muitas vezes, por tudo isto ao mesmo tempo. Contudo, e aparentemente em contradição com esta tendência, assiste-se a um desabrochar de novas identidades regionais e locais alicerçadas numa revalorização do direito às raízes (em contraposição com o direito à escolhas)”(SANTOS,1997:22)

A proliferação dos contactos através das “interconexões globais” acarreta na criação do “discurso multiculturalista” que vacila quando se restringe a uma visão nostálgica de uma suposta “comunidade tradicional”, segundo Robertson, Joas ao falar sobre “comunitarismo” consegue fazer uma crítica contundente ao “individualismo utilitário” ainda em voga. Mais do que um retorno à tradição, retomando idéias de Geertz, estamos é presenciando *“questões morais que tem origem na diversidade cultural (...) que surgiam (...) principalmente entre sociedades (...) surgem, agora, cada vez mais dentro delas”*(apud. Robertson,2001:83). Se Robertson realiza uma crítica certa ao caráter conservador do “multiculturalismo” não é correto que consiga explicar o porquê de tais questões morais serem postas em pauta nesse contexto de “aldeia global”.

Temos por suposto que o desaparecimento do “sujeito” (do iluminismo juntamente com o sujeito sociológico), talvez, deva-se ao fato de que estejamos passando não apenas por uma mutação no “sistema de representação cultural”, como descrita em Stuart Hall, quando florescem novos referenciais territoriais, mas inclusive porque inauguramos uma outra relação com o lugar, o *lugar antropológico*. Se o entendimento for verdadeiro, ao argumento da “descentralização” do sujeito em Hall, acrescentamo-lhe, também o “descentramento” do “lugar antropológico” como descrito em Marc Augé(1994;1998;1999), e que logo passamos a analisar:

“O termo ‘lugar antropológico’ (é) àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja.(...) o lugar antropológico, é

simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa. O lugar antropológico tem escala variável" (AUGÉ,1994:51).

O “lugar antropológico” é fluido, porém muito perceptível pela demarcação de limites e fronteiras, de uns e outros, mas por certo há especificidades que o singulariza, qual é então a concepção deste “lugar”?

Há, pelo menos, três características que definem o lugar antropológico, são elas: a *identidade*, a *relação* e a *história*. Segundo Augé a “identidade” se estabelece a partir do nascimento do indivíduo; a “relação” é o vínculo que o sujeito construiu em suas experiências subjetivas e objetivas com o lugar, com as pessoas e os objetos deste lugar; e a “história” é o reflexo dos marcos históricos a partir do “lugar de origem”, que fogem da análise cronológica do conhecimento histórico:

"O lugar antropológico é ambíguo. Ele é apenas a idéia, parcialmente materializada, que têm aqueles que o habitam de sua relação com o território, com seus próximos e com os outros. Essa idéia pode ser parcial ou mitificada. Ela varia com o lugar e o ponto de vista que cada um ocupa. Não importa: ele propõe e impõe uma série de marcas que(...) quando desaparecem, não se preenche com facilidade"(Id. Ib.,54-55)

Marc Augé teoriza o “lugar antropológico” e suas mutações com o fim da modernidade, considerando o que pensa a respeito das *imbricações* do “espaço” e a “alteridade” quando analisa os “excessos” de: tempo, espaço, e individualismo⁷, e que no nosso entender são reflexos das disputas de territorialidades provocadas inclusive pelas “transfigurações” em grandes escalas. Mas os “excessos” são de fato, como diria Habermas, apenas fenômenos

⁷ Segundo Marc Augé em *Não-Lugares*(1994), vivenciamos um momento de exacerbação de “novos” espaços, produzidos nas encruzilhadas das mutações de tempo e espaço. Augé nesse sentido é extremamente original quando pensa essas mutações, e não há dúvida de que sua teoria à semelhança de Giddens (e outros) reflete sobre a “tradição” quando ocorre o desvencilhamento do “espaço” e o “lugar”. Nas palavras de Augé o excesso de tempo pode ser descrito assim: *“se a história não parece ter sentido para nós, é porque ela se acelera e se aproxima. Nosso próprio passado individual se inscreve, apenas vivido, na história. Acontecimentos como os que vivemos cada dia têm responsabilidade nesse sentimento. Mas também (...) nossa visão do passado imediato. Nessa superabundância de fatos mediatizados que concernem ao mesmo tempo à nossa história e à outros (...) nos é tanto mais difícil de achar um fio condutor, porque é o sentido de nossa vida individual que ela coloca simultaneamente em questão”*(1999:141-2). Instaure-se uma nova relação com o espaço vindo do “estritamento do planeta”, o mundo abre-se para nós pelos meios de comunicação. Quanto ao excesso de individualismo, *“no mundo mediático, que é o nosso, todo o indivíduo é diretamente tomado como testemunha (...) suscitam o que poderia chamar de tendência à individualização dos procedimentos (...) Eu creio ‘à minha maneira’; voto ‘à minha maneira’ (...) A publicidade, a imagem do corpo que aí é difundida (...) tira de antemão toda credibilidade aos que invocam o alibi da cultura ou dos valores coletivos para justificar os atentados à liberdade individual”*(1999:142). Ver principalmente os capítulos: “Conhecimento e reconhecimento: sentido e finalidade da antropologia” e “A conquista do espaço” in: *Atualidade da antropologia: o sentido dos outros*, Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes,1999.

culturais aparentes que pretendem instaurar uma ordem pós-moderna? Augé chama-a de supermodernidade⁸.

Creemos que não saímos da modernidade, porque continuamos com o tempo da “conciliação da contradição”, temos ainda a presença do passado no presente que o ultrapassa e o reivindica. A ambiência e a mentalidade que caracterizavam um tempo que se viveu convive juntamente, com novas formas e novos valores do mundo moderno mas não podemos perder de vista que os “lugares” e “não-lugares” estão (e talvez, sempre estiveram) em disputa na modernidade, mas vem à baila agora, inclusive por que falar de *espaço*, como diz Augé, é pensar em *alteridade*, ora “*é das relações entre espaço e alteridade que é preciso tratar hoje em dia para pôr em evidência as contradições da nossa modernidade*”(1999:133).

Resta saber se a proliferação de “não-lugares” é suficiente, para suplantar a nossa ambiência e relação com os “lugares antropológicos”. Alimentar a sociabilidade humana de outro tipo, ou será simplesmente o fulcro de um processo de modernização global que desestabiliza antigas territorialidades produzidas no capitalismo tardio?

“Se a supermodernidade pode ter por efeito dissolver ou abstrair a figura do outro (o que é o melhor modo de quebrar a dinâmica do binômio identidade/alteridade), as reações que ela provoca e intermedia podem ser igualmente totalizantes, excludentes ou alienantes.”(AUGÉ,1998:32)

Totalizantes no que se refere à unificação do mundo naquilo que se convencionou chamar de “aldeia global”; excludentes porque se acirram as desigualdades econômicas entre as nações-Estados, regiões, e dentro delas (aqueles que estão à margem) e alienantes por tenderem a destruir “identidades coletivas”, “descentrando” ou “dissolvendo” o “lugar antropológico” e puxando de roldão as “identidades individuais”.

⁸ Segundo Marc Augé: “*a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que ao contrário à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos*” in: op. Cit.,1994,p.73. E mais ainda noutro lugar: “*a noção de não-lugar pode ajudar-nos a caracterizar a situação que eu sugeri chamar de supermodernidade. A supermodernidade surge quando a história se torna atualidade, o espaço torna-se imagem e o indivíduo, olhar. Por oposição a uma pós-modernidade concebida como adição arbitrária de traços aleatórios, a supermodernidade dependeria de três imagens do excesso*” in: op. Cit.,1999, p.141. Creemos que o trabalho de Augé é a tentativa de racionalização da realidade atual, os fatos, e as instituições, os modos de reagrupamento e circulação contemporâneos. dialogando inclusive com pós-modernos à semelhança de um Vattimo quando diz no prefácio de seu livro: “*A modernidade pode caracterizar-se, de fato, por ser dominada pela idéia da história do pensamento como ‘iluminação’ progressiva, que se desenvolve com base na apropriação e na reapropriação cada vez mais plena dos ‘fundamentos’, que freqüentemente são pensados também como as ‘origens’, de modo que as revoluções teóricas e práticas da história ocidental se apresentam e se legitimam na maioria das vezes como ‘recuperações’, renascimentos, retornos*” in: *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*, São Paulo: Martins Fontes,1996,p.VI.

Por ora o que sabemos é que a dissolução de territórios é a possibilidade de criação de outras identidades coletivas que se sobrepõem umas e outras. Mas a cisão do “lugar antropológico” em Augé, é acompanhada por uma clivagem do sentido de alteridade (externa e interna) que era pensada a partir do espaço como “totalidade”, ou se preferir o “descentramento” da identidade de seu lugar:

“A totalidade do lugar, um lugar que denominei lugar antropológico porque a identidade, as relações e a história daqueles que o habitam estão inscritas no espaço; a totalidade do não-lugar, entendendo-se por isso os espaços da circulação, da distribuição e da comunicação, onde nem a identidade, nem a relação, nem a história se deixam apreender e que me parecem específicos da época contemporânea”(AUGÉ,1999:134)

Conforme Augé o lugar antropológico é definido primeiramente como o lugar do “em casa”. Mas indubitavelmente o “em casa” pode esconder a “tentação culturalista” (presente no em Marcel Mauss nos primórdios da etnologia mas perceptível também em Clifford Geertz na atualidade) a partir de “dois indícios” velados em “uma metáfora e um emprego gramatical”: a metáfora da leitura que se pretende fazer da cultura e de seus códigos sociais e mesmo individuais. E por outro lado, o emprego do artigo definido singular: o brasileiro, o cearense, o nordestino (o melanésio de tal e tal ilha), acresce também de um tempo pra cá “o brasileiro subdesenvolvido”, “o cearense em desenvolvimento”.

Uma abordagem “culturalista” tende a encobrir não só um “romantismo antropológico” mas uma particularidade estanque de segmentação cultural insustentável:

“Além do fato de que, substantivando e condensando indevidamente as noções, ela desvia a atenção dos aspectos problemáticos, instáveis ou dialéticos da cultura, das diferenças e das tensões internas do social, do caráter instável, relacional e dinâmico da personalidade individual. Ela privilegia uma linguagem(...) que pode conduzir a uma visão segregacionista do mundo ou de sociedades complexas: o respeito pelas diferenças, o direito à diferença, a noção de sociedade pluricultural podem fornecer a linguagem nobre e o alibi de uma ideologia do gueto e da exclusão”(Id. Ib.,135-6)

Se por um lado, a busca de um espaço único e singular é uma utopia das sucessivas escavações etnológicas, etnográficas e antropológicas mas também históricas e políticas⁹, por outro é a possibilidade mesma do trabalho e saber do etnólogo que pretende estabelecer a “totalidade do lugar”, as simbolizações pelas quais as culturas denominam-se e definem-se em relação às demais a partir do espaço:

“Todas as sociedades(...) têm simbolizado, marcado, regulado o espaço que entendiam ocupar – assim como simbolizaram o tempo(...) Essa atividade de simbolização remete de maneira primordial à urgência de sentido evocada por Lévi-Strauss(...) a simbolização, e especialmente a simbolização do espaço, é o meio e não necessariamente a expressão da unidade”(Id. Ib.,136)

É próprio então das culturas humanas estabelecer territorialidades¹⁰ em coordenadas espaciais e temporais, “*se a tradição antropológica ligou a questão da alteridade (ou da identidade) à do espaço, é porque o processo de simbolização levado a efeito pelos grupos sociais devia compreender e dominar o espaço a fim de eles mesmos se compreenderem e se organizarem*”(Augé,1999:137). É interessante perceber como as culturas precisam e cultivam um espaço vital, e como a etnologia partindo do entendimento dele, lança luz a concepção de lugar donde podemos vislumbrar a separação entre o limiar interior e exterior da “casa”, entre a identidade e a alteridade.

Augé coloca em questão o espaço como territorialidade, melhor dizendo, o lugar como meio social de situar os indivíduos, as identidades e culturas. Com a “supermodernidade”, o autor tenta apreender a representação do “lugar” para o gênero humano e os vínculos que mantemos com ele e que nos fazem sentir-se “em casa” sempre em interação com os outros. Mas procura também com a perspectiva da mudança de simbólica no espaço pelas novas tecnologias, mostrar que as transformações interferem diretamente na construção das

⁹ As chamadas “áreas subdesenvolvidas” que mencionamos em capítulos anteriores foram alvos privilegiados de uma política agressiva de desenvolvimento iniciada algumas décadas atrás: “*o desenvolvimento econômico autônomo de um povo subdesenvolvido não é compatível com a manutenção de seus costumes e códigos morais. O rompimento com esses últimos é um pré-requisito para o progresso econômico. O que é necessário é uma revolução em todas as instituições e costumes sociais, culturais e religiosos, e, conseqüentemente, em suas atitudes psicológicas, em sua filosofia e sem sua maneira de viver. Em termos práticos, o que exige é uma desorganização social. A infelicidade e insatisfação, no sentido de querer-se mais do que é possível obter em um momento determinado, terão que ser geradas. O sofrimento e o transtorno que possivelmente resultarão desse processo são passíveis de questionamento, porém esse parece ser o preço que terá que ser pago, obrigatoriamente, pelo desenvolvimento econômico; a condição para o progresso econômico*” em verbete Mercado in: Wolfgang Sachs(ed), *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*.Rio de Janeiro: Vozes,2000, p.135-6.

identidades em relação ao espaço social. E as imagens do que ele chama de supermodernidade:

“Dão forma a um paradoxo e uma contradição: num sentido, abrem cada indivíduo para a presença dos outros; correspondem a uma circulação mais fácil dos seres, das coisas e das imagens. Mas num outro sentido elas reduzem o indivíduo a ele mesmo, convertendo-o mais em testemunha do que em ator (...) Essa contradição exprime-se exemplarmente nos(...) não-lugares”(Id. Ib.,144)

No não-lugar *“a história reduz à informação”*, informação esta que não nos leva a um “conhecimento”¹¹ e mais ainda, a um “reconhecimento”¹², nestes espaços de trânsito e circulação (como os aeroportos, supermercados e tantos outros), o usuário é *“reduzido à sua função de passageiro, de consumidor ou de utilizador, experimenta uma forma particular de solidão”*. O paradoxo da totalidade do não-lugar *“acha-se no auge: nos não-lugares a pessoa não se sente em casa, mas não se está nunca com os outros”*(Augé,1999:144).

O não-lugar é espaço de relações sociais que só existem por sua finalidade intrínseca, por isso, que é profundamente marcado pela solidão (espaços “públicos” de rápida circulação):

“Por ‘não-lugar’ designamos duas realidades complementares, porém, distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços. Se as duas relações se correspondem de maneira bastante ampla e, em todo caso, oficialmente (os indivíduos viajam, compram, repousam), não se confundem, mesmo assim, pois os não-lugares medeiam todo um conjunto de relações consigo e com os outros que só diz respeito indiretamente a seus fins: assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não-lugares criam tensão solitária.” (AUGÉ,1994:87)

¹⁰ O que é importante ressaltar a respeito das territorialidades é que nelas *“a alteridade e a identidade não são concebíveis uma sem a outra não somente nos sistemas sociais (...) mas também na definição instituída dos indivíduos que correspondem a elas”* in: Marc Augé, op. Cit., 1999,p.140.

¹¹ Segundo Baccega, podemos distinguir “informação” e “conhecimento”: a primeira é fragmentada, o segundo, implica uma análise crítica. A “cultura da mídia”, é “construtora de significados”, em um território que articula e põem juntos e em ação emissor e receptor, e para entender essas “práticas comunicativas”, somente fazendo uso de um conhecimento “transdisciplinar” in: Maria Aparecida Baccega, “Comunicação/ Educação: aproximações”; in: Eugênio Bucci(org), *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*, São Paulo: Perseu Abramo,2000, pp. 104-105.

¹² Ver a concepção de “universo de reconhecimento” em “Conhecimento e reconhecimento: sentido e finalidade da antropologia” in: Augé, op.cit.

No não-lugar a mediação entre os indivíduos acontece por palavras ou até por textos (vire a direita; siga em frente). A palavra nesse contexto cria imagens, produz mitos e, ao mesmo tempo, o faz funcionar. Enquanto no lugar antropológico a identidade de uns e de outros é que o constituía o espaço. No não-lugar há uma inversão; é o espaço que cria a identidade partilhada (passageiros, clientes, ouvintes, telespectadores) sendo esta (identidade) sempre lembrada no início ou no fim do percurso (entrada-saída) o usuário do não-lugar mantém com este uma relação contratual. Não há identidade singular, nem relação (como no lugar antropológico) mas sim solidão e similitude.

Uma última precisão da supermodernidade de Augé: “lugar antropológico” e “não-lugar” são concepções limites, *“há não-lugar em todo lugar e em todos os não-lugares os lugares podem se recompor(...) lugares e não-lugares correspondem aos espaços muito concretos mas também a atitudes, a posturas, à relação que indivíduos entretêm com os espaços onde elas vivem ou que percorrem (...) o não-lugar é constituído em espetáculo”*(1999:145). Mas poderíamos objetar: o que faz este recente “espetáculo” (da supermodernidade) diferenciar-se de outros “shows” da modernidade? Ou, se preferir, o que tem esta solidão (supermoderna) que a faz nuançar e divergir de outras solidões do passado?

Neste íterim vale ressaltar que no Brasil, nas décadas de 60 e 70, passou-se por uma profunda urbanização “acelerada” e conseqüentemente, um “desenraizamento” do homem do campo, exigindo-o uma rápida formação e incorporação de novos hábitos, uma espécie de “reeducação” e refazimento do conhecimento em um novo “universo de reconhecimento”. Esse processo traumático da perda de sentido, da permanência, da pertinência, causou uma também profunda solidão (solidão compartilhada de algum modo por todas as experiências coloniais). Talvez o diferencial seja que neste período que mencionamos, foi sentida uma solidão em “cadeia nacional” na qual, segundo Rita Kehl(1986), no vácuo nascia a Rede Globo de Televisão, exatamente nesse período de “desamparo nacional” foi que ela deu os primeiros passos e conseguiu dirimir esta instabilidade simbólica a um público que, justamente por não ter estabilidade quase nenhuma no que o atinge concretamente. Visto assim a experiência de brasileiros que perderam seus “mundos simbólicos”, passam a gozar através das telenovelas, o consolo da festa Global:

“A solidão do homem moderno num país modernizado as pressas e pela metade. Ele não tem mais segurança de seu lugar no mundo, não sabe mais a que pertence nem como pertença a este meio físico e social tão mutante em que os signos que lhe permitiriam reconhecimento de sua historia são destruídas diariamente”(KEHL,1986:287)

Dessa forma podemos concordar com Augé quando diz que o não-lugar é eminentemente o coroamento da “*perda do vínculo social*”. Mas o não-lugar não está (e nem pode ser na sua argumentação) circunscrito a tal supermodernidade¹³, “*o importante não é, então, saber se os lugares se recompõem nesses não-lugares, se as solidariedades e a sociabilidade aí se recriam: é evidente que sim – a sobrevivência tem seu preço (...) é necessário sobretudo atentar para o fato que, nesse domínio ainda mais que alhures, o provisório é vivido como definitivo*” (Augé, 1999:147).

Enquanto o planeta vive essa aceleração de tempo e espaço, ao ponto, de alguns apocalípticos, decretarem a morte da geografia, a história, ou ainda de todo conhecimento racional, com a “globalização do capital” e a “mundialização das culturas”, o que predomina nesse complexo jogo é uma luta acirrada para demarcar espaços a partir de identificações políticas, e não é à toa que se afirmam os particularismos, fundamentalismos, nacionalismos, esses fenômenos díspares, são lados opostos da mesma moeda de sentido dos outros e reconhecimento do seu espaço social.

O viés da “crise” dos territórios políticos, vem demonstrando mais uma vez que as identificações culturais, sobretudo, as que pretendem ser “nacionais”, são instáveis, provisórias e mais do que nunca problemáticas, mas não indica *ipso facto*, que este novo panorama represente somente *desenraizamento, despertencimento ou desterritorialização*, pelo que, os “encaixes” (e “desencaixes”) de espaço-tempo ampliam conexões, possibilitam por exemplo, a rede mundial de computadores que tem estimulado, a criação de novas “territorialidades virtuais” (Cf. Pierre Lévi), alimentando a organização de uma espécie de “comunidade civil” global.

No Brasil como um todo ou mesmo no Nordeste brasileiro, talvez o problema seja menos a modernização, e mais, que condições serão estabelecidas para efetuar as novas transfigurações. Em toda transfiguração há seus entraves, perdas e ganhos, segundo Boaventura Santos (1997), a modernização, em geral, é realizada com a segregação de

¹³ Em alguns momentos Augé deixa transparecer que o não-lugar provoca o rompimento da modernidade, mas ao mesmo tempo se resguarda em afirmar que nem mesmo no Ocidente pode-se dizer que se vive na pós-modernidade: “*a extensão de não-lugares à terra inteira, em proporções ainda desiguais, o enfraquecimento paralelo das cosmologias ou das retóricas intermediárias, que repousavam sobre a perenidade e a simbolização do lugar, e a dissolução consecutiva dos vínculos sociais que lhe correspondiam, afinal uma certa relação solitária com o mundo, caracterizam assim a modernidade contemporânea. Mas numerosos fenômenos estudados pela etnologia clássica, mais especificamente os fenômenos ditos de ‘contato social’, prefiguram essa ‘deslocalização’ do social*”, in: Augé, op. Cit., p.158. A nossa compreensão é que tanto houve (como há) não-lugar como lugar antropológico em toda história humana e não só na modernidade, mas é a partir da modernidade que vamos refletir com maior precisão sobre o cruzamento destas experiências, aliás propomos que somente podemos ver as mutações e transfigurações históricas quando os mesmos encontram-se em disputa.

contingentes populacionais inteiros, e portanto de territorialidades por outras, tem chegado mesmo às raias do absurdo, ficando a imigração intolerável, crescimento da xenofobia, a não aceitação do outro cria a “estrangeirice” que aflora numa geopolítica insustentável por mais tempo.

O vetor resultante de tudo isto é que *“hoje a categoria do outro está embaralhada”*. No “lugar antropológico” apreendemos o “outro” como relacional ao “si-mesmo”, e até mesmo como possibilidade de pensar o “si mesmo”, porém no “não-lugar”, por não haver referenciais ou indistinção deles, não há como ter a simbolização do outro, visto que não se cria um espaço para relação, cria-se então a “figura” do estrangeiro, *“por não pensar o outro, constrói-se o estrangeiro”*, não o “fora da Lei” que existe em todo lugar mas o “fora de lugar”, o outro sem *um* sentido¹⁴, cria-se também o “eu” sem lugar, melhor dizendo, o “si-mesmo” sem identidade porque mesmo o “si” não se sustenta sem a contraparte, a alteridade:

“Não é surpreendente que(...) tenhamos hoje dificuldades em pensar o espaço e a alteridade(...) Nós vivemos uma época onde se criam grandes espaços econômicos, se esboçam grandes conjuntos políticos, onde as multinacionais e o capital transpõem as fronteiras com uma alegria que deixa pensativo mais de um marxista(...) simultaneamente, impérios desmoronam, nacionalismos se exacerbam(...) multiplicam-se os museus locais(...) Fala-se às vezes(...) de crise de identidade(...) Mas ela é(...) uma crise de espaço(...) e uma crise de alteridade. Era a estabilidade do outro que tornava a identidade concebível e fácil” (AUGÉ,1999:148-9)

E é exatamente os meios de comunicação que tem exemplarmente conduzido e possibilitado os “alongamentos” e “estreitamentos” do espaço e imprimido uma espécie de “aldeia global”, com seu movimento têm criado os não-lugares pelos “desencaixes” do mundo da vida, do homem e seu entorno. Por outro lado, não há socialização no limite sem o mínimo de “encaixe”, de espaços humanizados. Parece-nos que a exacerbação de não-lugares pode até certo ponto ser visível mas a contabilidade dos resultados que produzem, invariavelmente está

¹⁴ *“Toda a reflexão sobre o sentido dos outros passa (...) por um estudo de sua atividade ritual da maneira em que eles conseguem conjugar, de sua parte, as necessidades pertencentes ao sistema de diferenças que constitui o social (...) e a necessidade não menos evidente mas sempre problemática de pensar o indivíduo na sua relação íntima com o que não é ainda ou já não é mais ele (em termos de alteridade). Toda a falha no par identidade/alteridade corresponde a um enfraquecimento da lógica simbólica que torna possíveis e efetivas as relações entre uns e outros. É um enfraquecimento deste gênero que nós assistimos quando as situações de ‘contato cultural’, de colonização ou de modernização abalam as estruturas internas das cosmologias locais”* in: Augé, op. Cit.,p.46.

sendo propalado com um valor a mais do que o devido¹⁵, pelo menos é leitura que fazemos na maior parte do Brasil, e especialmente no Ceará:

“É evidente que não vivemos um mundo desterritorializado(...) Condensados ou estendido, o espaço recompõe-se em suas territorialidades(...) É de uma nova concepção de território, então, que se trata. Um território múltiplo, onde devemos implementar não uma identidade una e pouco permeável ou, ao contrário, a diluição de todas as identidades, mas o convívio entre várias construções identitárias, inclusive aquela que envolve a opção de compartilhar múltiplos territórios.”(HAESBAERT,2002b:49)

A questão das disputas de territorialidades e multiplicidade de identidades passa obrigatoriamente pelos não-lugares, como possibilidade desligamento dos contextos sociais mas também de novas relações, é um fato que deve ser considerado em auto-estima, algo premente de discussões amplas e abertas e nelas buscar equacionar as sobrevivências das coletividades e alteridades. Mas não cremos que o espaço defina por completo como iremos atuar, entrar e sair, ou seja, vivê-lo. Talvez tenha melhor lucidez neste sentido Roberto DaMatta quando diz:

“Em vez de focalizarmos o global como um fenômeno novo(...) devemos investigar com cuidado os pontos de encontro – ou relações – entre as representações(...) globais e a constituição dos valores locais. Pois nem o global, com sua força normativa e sua aura como agente do progresso, nem o local, cercado de estigmas e lido como fonte de atraso, podem ser subestimados em suas representações”(DAMATTA,2001:174-5)

Os governantes do Estado-nação brasileiro, alicerçados ainda no discurso desenvolvimentista, afirmam que precisamos galgar o tal do desenvolvimento¹⁶ e pelo que

¹⁵ Só pra exemplificar nosso argumento lembramos a pergunta feita por Roberto DaMatta, quanto aos efeitos da “globalização” no Brasil: “O que ocorre com itens globais e/ou modernos quando eles entram (por força da colonização ou de projetos modernizadores padronizados pelas elites e pelo Estado) num outro sistema?”. Com isto queremos dizer que não é necessário ocorrer os mesmos resultados e destino em todas as localidades e culturas. E pra sermos mais diretos a definição de não-lugar de Augé, “é justamente na incomoda desorientação e impessoalidade do espaço de um aeroporto que tenho a inquietante sensação de ser brasileiro”. E de ser um brasileiro carente precisamente de ‘gente’, de ‘calor humano’, de ‘pessoas com quem conversar” in: Roberto DaMatta, “Globalização e Identidade Nacional: considerações a partir de experiência brasileira” in: Candido Mendes(coor), *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*, Rio de Janeiro: Record,2001, p.170 e p.177, respectivamente.

¹⁶ Diz Rubem César Fernandes: “O mundo dos ‘projetos’ e da ‘cooperação internacional’ compartilhou das expectativas apressadas que caracterizaram os anos 60. Pretendia-se alcançar ‘o desenvolvimento’ global ainda nessa geração. Deve-se agora, nos anos 90, constatar que os problemas em pauta envolvem processos de muito mais longa duração. Também ele, assim como os agentes locais, necessitam repensar os seus ritmos.

temos sugerido até aqui, parece ser impensável um retorno às mesmas práticas desse tipo de discurso tendo em vista também os percalços de seus resultados. Paira, em geral, um quadro desfavorável ao crescimento autônomo do Estado-nação, seja por forças da globalização e/ou da mundialização.

Estamos acompanhando um desnudamento de identidades nacionais (um efeito positivo, ao nosso ver, que tem possibilitado inclusive um enquadramento da soberania/autoritarismo do Estado-nação mas tem levado a muitos nacionalistas ao desespero, pelo menos o seu discurso de “capitalismo de Estado”) e concomitantemente, assistimos uma politização da cultura, “*geografização de uma concepção étnica*” e “*eticização de uma noção geográfica*”(Haesbaert,2002b). O que comprova algumas das sugestões de Augé.

E no engodo de tudo isto é notório, o fascínio que ressentimos desde os primórdios da história nacional, agarrados aos modelos da civilização “superior”, e a seu modo de pensar o desenvolvimento social, assim foi desde sempre definida a nossa identificação cultural. O discurso político “terra da gente” é estratégico, é prática atualizada de investimento simbólico mas é também fascínio, deslumbramento, encanto, de um desenvolvimento alhures, que pode tirar-nos da tradição com referência ao atraso (o que não é em hipótese alguma pré-modernidade), colocar-nos na modernidade industrial. Auxiliado por Renato Ortiz, podemos perceber que o Ceará é um lugar investido de sentido:

“O ‘lugar antropológico’ um território geográfico investido de sentido(...) Nele se enraizariam os homens e as mulheres, sua espacialidade constituindo os limites míticos e identitários dos grupos sociais que o compõem. Instaura-se assim a existência de um ‘nós’ fonte de suas fronteiras, distante, distinto. A memória coletiva de cada ‘lugar’ é sempre singular, os mitos, narrativas, monumentos, relembram sua história específica, dizem respeito à sua modalidade socioespacial. Recordar é espacializar as lembranças”(ORTIZ,2000:137)

Poderíamos com justeza falar que houve algumas transformações estruturais no território cearense mas simbolicamente importantes, antes mesmo da atual implementação da política do “governo das mudanças”. A pergunta que não quer calar é: “A modernização advinda com o projeto “Ceará terra da gente” promoveu não-lugares antropológicos na

Encontrar razões e critérios para investimentos cujos retornos se perdem no tempo” in: Vocabulário de idéias passadas: ensaios sobre o fim do socialismo, Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER,1993,p.230. O velho argumento de que “a sociedade industrial é o modo de vida mais exitoso que a humanidade já conheceu” carece de credibilidade, ou ainda “para todos os que alcançam desenvolvimento econômico, é inevitável a mudança cultural. Mas as recompensas são consideráveis” não surte o mesmo efeito de antes. Ver verbete Progresso in: Wolfgang Sachs, op. Cit.,p.287.

concepção de Augé?” É possível que sim, embora bem circunscritos numa determinada localidade diretamente afetada pela política em pauta, como ocorreu em Jaguaribara onde, a comunidade como um todo, foi literalmente deslocada do seu lugar para um novo lugar (assemelhando-se a uma imigração de refugiados quando pensamos que sua população foi levada por força maior a tal sorte). Mas para a população do Estado representou apenas mais uma “transfiguração histórica” na condução da situação econômica do Ceará na liderança de novas forças políticas.

Para o antropólogo uma política de intervenção num território é algo que precisa ser analisada “como num jogo duplo” entre a pretensão daqueles que querem intervir e aqueles outros que recebem tal intervenção. É preciso definir-se num nível de conhecimento de onde possam se examinar sem complacência os efeitos de reconhecimento e desconhecimento:

“Em toda situação de ‘desenvolvimento’ e de ‘modernização’: enquanto objeto do olhar antropológico(...) ela inclui tanto os desenvolvedores quanto os desenvolvidos, os modernizadores como aqueles cujos comportamentos se pretendem modernizar, e mais ainda o conjunto das relações recíprocas que uns entretêm com os outros, tanto no plano dos fatos como no plano das representações e da imaginação” (AUGÉ, 1999:126)

Quando falamos em transfiguração logo nos lembramos de Lévi-Strauss quando afirmava: “o problema não consiste, aliás, em saber se uma sociedade pode ou não tirar proveito do estilo de vida dos seus vizinhos, mas se, e em que medida, é capaz de os compreender e mesmo até de os conhecer” (Lévi-Strauss, 1976). Não é desse tipo de transfiguração que estamos experimentando no Ceará, e sim de um afunilamento para um patamar mais generalizado de processos que já vinham ocorrendo algum tempo. É claro que não parou de haver deslocamentos no processo de urbanização do meio rural, e nem muito menos está equacionado o problema da favelização, do inchaço dos centros urbanos altamente concentrados desigualmente.

Há transfigurações com o poder de arrancar culturas do seu *lugar antropológico* e é comum a “desterritorialização” na contemporaneidade. Há irrevogavelmente (como sempre houve) culturas híbridas, *traduzidas*, pois é uma necessidade de sobrevivência das identidades culturais se adaptarem à “tradição” e/ou “tradução” (Cf. Homi Bharbha).

É necessário criar novas territorialidades para que possamos romper com o obstáculo/fronteira do Estado-nação, se assim for preferido, nesse sentido Nestor G. Canclini,

propõe a profusão das “*comunidades transnacionais desterritorializadas de consumidores*”. Na tentativa de “*combinar o enraizamento territorial de bairros ou grupos com a participação solidária na informação e com o desenvolvimento cultural proporcionado pelos meios de comunicação de massa, na medida em que estes tornem presentes os interesses públicos*”(apud. Haesbaert,2002b:43).

E mesmo assistindo a uma emergência de novas “identidades coletivas” como consequência do acirramento de “desterritorializações” de uns e outros, pela erosão de sociabilidades, e desempenho de novas. E também, queremos crer, pela disseminação de saberes que desnudam o conhecimento da organização do poder na instituição estatal e seus mecanismos de produção de “verdade”, não é certo ainda, que o Estado-nação desaparecerá por completo em nossos dias, como diz Benedict Anderson:

“Creio que o Estado-nação ainda permanecerá, por um bom tempo, como a unidade política legítima básica do século XXI(...) O Estado-nação se torna o mediador necessário entre os movimentos irresponsáveis da economia mundial e as populações reais. Ainda não temos sérios competidores para a ‘nação’, enquanto objeto de identificação, ainda que os Estados-nação sejam hoje bem mais fracos do que eram antes”(ANDERSON,1999:169)

Neste imbróglio mais uma vez bebemos da fonte da antropologia e utilizamos o conhecimento do etnólogo visto que ainda é o mais arguto nos assuntos da norma, da lei, e dos costumes:

“É necessário enfim ter consciência de dois limites essenciais: se é impossível pensar o indivíduo sem a relação, quer dizer, o social (...) não é menos impossível pensar o social sem o mínimo de autoridade institucional que o torna gerenciável. Não há solução de continuidade da identidade singular de cada uma aos diferentes tipos de identidades coletivas, mas essa leitura deve poder efetuar-se nos dois sentidos para que as definições normativas não dependam do arbitrário ”(AUGÉ,1999:105).

O arbitrário parece ter sido desde sempre a “norma” da humanidade até hoje: dos nômades, sedentários, e tribalistas; das sociedades de linhagens, sociedades industriais, e outras segmentações; das comunidades e sociedades; dos povos, culturas, e nações; das nações, dos Estados nacionais e nações-Estados; das tradições e destradicionalizações; do mundo rural e urbano; das pré-modernidades, modernidades e quem sabe das pós-modernidades. Mas não é em hipótese alguma nesta fórmula onde se guardam as fontes da

vida e da juventude, das identidades e alteridades. E sim mais precisamente na linguagem e confluência das ambivalências (do sentimento de pertença) e ambigüidades (alteridade) das práticas e relações sociais que são atualizadas nos atos rituais.

A exacerbação do estilo de vida urbano-industrial decorre normalmente dos processos de modernidade-modernização que, em geral, são arbitrários. Compreendemos que a modernização é uma consequência natural da modernidade. Ela tende a enfraquecer as “cosmologias” do mundo rural, daí o surto das “retóricas intermediárias” na contemporaneidade. Precisamos neste íterim aprender a lidar com as transformações das territorialidades, trabalhar as alteridades sem anular as identidades relativas do território rural-urbano.

Nosso trabalho investiga apenas a lógica dos “desenvolvedores” e sua prática discursiva, embora “Terra da gente” só tenha significado relevante quando apreendermos a visão dos que estão passando pelo processo de desenvolvimento, os “desenvolvidos”. Intuímos que Nova Jaguaribara seja o terreno mais fértil no Ceará para realização de tal empreendimento. Visto que a comunidade inteira passou pelo processo de desalojamento induzido pela modernização estatal, podendo ainda ser percebida como “deslocalização do social” na sua plenitude.

PARTE II

A IDENTIDADE CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Capítulo V

(Des)envolver o Brasil: do “atraso” ao “subdesenvolvimento”

“A cada instante da história, uma classe social se apropria dos destinos de uma comunidade, procurando identificar-se a ela (...), buscando transformar a comunidade nela própria (...) Em um país como a Iugoslávia, por exemplo, onde certas comunidades - de língua, de cultura, de história - como os croatas e os sérvios convivem, há choques de sentimentos de superioridade-inferioridade que se manifestam ora no campo econômico, ora político, ora no religioso ou ainda no cultural. Portanto é todo esse conjunto que se precisa investigar”(Pierre Vilar em Reflexões sobre o saber histórico)

Começamos este capítulo fazendo uma digressão necessária em direção as duas “formações discursivas” produzidas no séc. XIX e primórdios do séc. XX, a formação discursiva das “descobertas” e a das “origens” do brasileiro tentando resgatar algumas “visões do paraíso” sem nenhuma pretensão de solução e/ou continuidade com a atualidade dos “discurso de desenvolvimento” na contemporaneidade.

Primeiramente, queremos mostrar que na “formação da origem” o brasileiro nasce desde o princípio marcado pelo estigma do “atraso”, e a *historicidade*¹ de constituição da “nação” é, em princípio, a tentativa de elidir, de todas as maneiras, as teorias que impediam o seu envolvimento num desenvolvimento sem a pecha do atraso.

Em segundo lugar, fazer notar que o “subdesenvolvimento” é um retorno simbólico ao atraso do século XIX brasileiro. A atualização do discurso do “atraso” ocorre quando o mundo pós-guerra procura alternativas para continuar a marcha do desenvolvimento industrial.

O “discurso do desenvolvimento” ganha relevância quando otimizado exatamente nas “expectativas” que ele constrói, qual seja de ampliar indiscriminadamente os padrões de valores e consumo da “sociedade industrial” em âmbito global, mas fracassa na explicação dos estágios do desenvolvimento no duplo sentido de constituir um passado pré-industrial das sociedades que não existiu e um futuro que elas não alcançaram. Mas não nos enganemos ele

¹ Por historicidade entendemos “os fatores contextuais (de natureza sócio-histórica) estão inscritos na própria linguagem, quer dizer, que a historicidade é a própria matéria da linguagem” in: Eni Orlandi et alii, *Vozes e contrastes: o discurso na cidade e no campo*, São Paulo: Cortez, 1989, p.18.

é extremamente fascinante, conquistou (e conquista) adeptos aqui e ali, destrói em todo caso culturas e povos na ânsia de alcançá-lo.

Mas como em toda “formação discursiva” (FD) o “discurso de desenvolvimento” no governo das mudanças tem em seu bojo historicidades antes e depois, ele depende de outros discursos e formulações para fazer sentido. Não se sustenta sozinho, não levita no ar, e somente poderemos compreendê-lo a contento, se conseguirmos colocá-lo, ao menos em parte, na correnteza de onde surgem discursos (e outras formações discursivas), um ideário de brasilidades antes debatidas e que ainda hoje têm (pelo menos achamos que têm) uma historicidade com o passado colonial brasileiro. É claro, sem a ilusão de encontrar a sua origem.

Acreditamos que algumas matrizes amalgamadas no século XIX, sobretudo os discursos de “nação” brasileira estão sendo resgatados não somente por se completar 500 anos de descoberta das “novas terras”, e sim porque o século XIX de alguma forma vive como prolongamento ou mesmo como contraponto da implementação de políticas de desenvolvimento do Estado nacional.

Os governantes, vez por outra, falam e pretendem a “mudança” num sentido do desenvolvimento nacional, em seus discursos eles ora levam-nos ao passado recente bem como ao passado distante. Sendo assim, pensar o ‘descobrimento’ do Brasil, como uma idéia recorrente da nação, é necessário para entendermos a produção de modernidade existente no país.

O “discurso histórico” configura-se, provavelmente, como a primeira *formulação constitutiva*² de desenvolvimento do Estado brasileiro, mas o Brasil foi pensado inicialmente num “discurso político”, nas cortes portuguesas; Efetivamente nos ditos-lá, começaram as primeiras disputas de *sentido* de nação daqui. Somente em meados do séc. XIX, portanto no segundo Império (e no Brasil), que se constrói as melhores proposições de nosso desenvolvimento cultural e político. Na definição estatal da nação a partir do discurso histórico oficial³ objetiva-se dar suporte ao administrador imperial em bases sólidas àquele

² Diz Orlandi sobre a linguagem: “a linguagem tem sua materialidade específica que não autoriza seu uso ingênuo, apenas para comunicar ‘informações’ (...) a idéia de que ela não transmite apenas sentidos, mas os *constitui* e os *transforma*, em processos que são sociais, históricos, e que funcionam ideologicamente” in: id. ib.

³ Cf. Flávio Oliveira(1997), a invenção do Estado-nação brasileiro englobou jogos de poder que articulavam de forma ideológica, a manutenção da dominação de uma classe ou seguimento social sobre outros. O Estado-nação é caracterizado por uma totalidade abrangente que abarca espaço e tempo, limites territoriais e de fronteiras. Diz o autor: “A história que se tornou oficial, que entrou para as universidades e institutos históricos, era nacional e serviu aos objetivos de cada Estado(...) Cumpria a missão de atribuir memória aos Estados, fundando a sua nacionalidade em tempos imemoriais e buscava no passado as justificativas para a unidade no presente. A nação, para boa parte da historiografia do século XIX, aparecia como um dado a priori anterior à formação dos Estados e cuja unidade justificava-se a partir da própria natureza” in: “Globalização: Repensar a História

organismo estatal em gestação. Poderíamos mesmo dizer ainda indefeso com dados históricos e geográficos. Busca-se assim, fundamentar o “nascimento” do Brasil e da nacionalidade brasileira, estamos pensando, por exemplo, em discursos inseridos na *História geral do Brasil*(1854-7) de Francisco Adolfo de Varnhagen⁴.

Creemos ser imprescindível resgatar os embates históricos sobre o pensamento de nação, até porque como vimos tentando mostrar, ela (a nação) sempre foi algo problemático. A nossa hipótese é, para aquilo que queremos discorrer nesta etapa do nosso trabalho, que a identificação nacional, seja ela qual for, tem como paradigma de sua fundamentação o discurso da alteridade, no caso brasileiro, o “discurso da colonização”, as discursividades, sejam como semelhança ou diferença do colonizador.

Na formulação dos processos de identificação das identidades nacionais que são em si delimitações políticas, e em seu seio trazem imbuídos a marcha de seus desenvolvimentos. Identificar-se é, num dado momento, organizar a sociedade de uma forma e produzir a vida de um jeito específico.

A construção do discurso da nação brasileira vai ser, em princípio, a similitude ou diferença da identificação com Portugal, mas no decurso do nosso desenvolvimento, surgiram tantos “outros”, como paradigma e contraponto, outras ramificações do mesmo discurso (paráfrases), outras disputas e também novas alteridades (polissemias)⁵.

Nacional” in: Ladislau Dowbor et alii, *Desafios da Globalização*, Petrópolis: Rio de Janeiro:Vozes,1997,pp.187-8. A “nacionalidade” não é anterior à formação dos Estados e o sentimento *anticolonial*, dizem hoje os historiadores, não era suficiente para formar uma *unidade política*. Esta unidade teria sido confeccionada no período posterior às *independências*, ligando diferentes frações da elite colonial através de um *pacto político* que, invariavelmente assegurava a exclusão dos setores populares. Destaca-se novamente a ação do Estado para a formação da unidade. Ver Márcia Berbel, “Globalização e Estados Nacionais: um problema para historiadores” in: Ladislau Dowbor, op. Cit., pp.187-190, passim.

⁴ Diz Varnhagen em sua obra: “*A Vossa Majestade Imperial, Senhor, Primeiro Estadista brasileiro que reconheceu e sancionou a importância do estudo da História da Nação, tanto para contribuir ao maior esplendor dela entre os estranhos, como para ministrar dados aproveitáveis na Administração do Estado, e para fortificar os vínculos da unidade nacional, e aviventar exaltar o patriotismo, e enobrecer o espírito público, aumentando a fé no futuro e na glória das letras*” in: *História Geral do Brasil*. Antes da sua separação e independência de Portugal. São Paulo: Edições melhoramentos. 7ª edição, 1962, vl.1,p.I-II. Nilo Odália intérprete de Varnhagen diz: “*é preciso refletir mais demoradamente nos elementos e nos fatores que condicionavam sua ação e seu pensamento (...) que se indague o que queriam, ao que vinham, quando falavam em Nação*”(1997:34), e mais adiante: “*o que anima vivamente o historiador a trabalhar o passado é nele encontrar a matéria viva e incandescente que permite manipular experiências e elementos históricos, para moldar o futuro da Nação (...) as nações existentes são o modelo paradigmático que atua sobre o historiador e sobre o grupo social, da mesma maneira que os povos que constituíram o cerne colonizador da nova Nação são as condições do povo que surge. Em uns, temos o modelo para o que se tende; em outros, a herança, recolhida ou rechaçada, de uma experiência histórica singular que deve ser aviventada e encarecida (...) A realização de uma Nação (...) é uma atividade política, mas a prática política deve estar alicerçada numa ideologia que cubra não simplesmente o grupo social a ela ligada, mas a todos que por ela possam ou devam ser absorvidos*”(38-9) in: *As Formas do Mesmo. Ensaios sobre o Pensamento Historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo. Fundação Editora da UNESP,1997.

⁵ A paráfrase tem a ver com a “produtividade”, “*a produtividade é a dimensão técnica, a contrapartida da criatividade. É reiteração de processos já cristalizados pelas instituições (...) a produtividade produz o ‘mesmo’*”

Com a formação dos primeiros estados nacionais na Europa, teremos a constituição do discurso que tenta definir o arcabouço do Estado (o discurso da soberania), no qual Foucault(1999), chama-o de “formal-jurídico”. Será uma produção discursiva dominada pela monarquia absolutista. Mas no decurso dos séculos proliferam as disputas, as relações de poder na injunção do sentido de nação, acirram-se as discórdias da produção de sentido, entre o rei, as nobrezas e o terceiro estado, para o caso específico da França. O longo processo de construção do “Estado-nação” dá-se, como podemos ver em Foucault, *pari passu* a produção de sentidos e constituição do discurso de nação e nacionalidade.

Ocorre que no discurso histórico da América portuguesa a “nação” é colocada com forma e conteúdo *sui generis*, como se antes mesmo das jurisdições estatais tivéssemos o surgimento da nação brasileira nas condições “histórico-funcionais”, e só depois a legitimação da mesma no Estado imperial, com a independência da colônia sob o jugo da metrópole. Estamos convictos de que ao contrário do que se diz no discurso de “fundação” do Brasil, aqui, criou-se primeiramente os aparelhos de arrecadação, fiscalização, e ingerência administrativa do Estado português, herança do período colonial e só depois, a consciência proveniente do que deveria ser a “nação” pensada pelo próprio Estado português, tendo em consideração, acordos (e discordâncias) com as elites brasileiras.

O que efetivamente está em discussão com a Independência da Colônia portuguesa é a garantia da soberania do poder Estatal, nas palavras de Foucault “*o poder é fundador e fiador da ordem; e a história é precisamente o discurso pelo qual essas duas funções que asseguram a ordem vão ser intensificadas e tornadas mais eficazes*”(1999:79). Mas o nosso processo de construção da soberania estava, desde a sua fundação, vinculado ao da “identidade cultural” brasileira, que num primeiro momento, tem como pano de fundo o “olhar” do estrangeiro sobre o Brasil. E que servirá de modelo para a nova nação.

Neste sentido, indagamos: que “significa” a identificação produzida à época para a “nação” brasileira e como esta identificação interfere no seu projeto de constituição do Brasil? Ora, sabemos que a “civilização” do Velho Mundo foi o modelo-padrão para aferir o grau de desenvolvimento das diversas nações que passaram a existir no Novo Mundo, portanto de suas modernidades, o que trazem consigo, são na verdade os limites de sentido impostos, dos colonizadores aos colonizados, de modelos e valores do que deveriam ser em tese as novas nações.

*sob formas variadas. A criatividade é ruptura com o processo de produção dominante. É o conflito entre o instituído, o institucionalizado e o que tem de se instituir (...). Em linguagem, a produtividade se expressa pela **paráfrase** (as formas diferentes do mesmo), e a criatividade, pela **polissemia** (o diferente)” in: Orlandi, op. Cit.,p26.*

Se o processo de modernização tem como marca a mudança e transformação dos espaços identitários, não há dúvida, que a luta entre o global e o local já havia sido pré-estabelecida desde as descobertas, e se as identificações nascem na localidade e em relação a outros locais, mais do que nunca é importante saber, como a identidade brasileira vem sendo resgatada, afetada, deslocada, descentrada e constituída nos processos de globalização que se explicita no Ceará, na configuração dos espaços, nas políticas de industrialização da Era Tasso Jereissati.

Tasso Jereissati enuncia o discurso de desenvolvimento (“terra da gente”), ligado ao que parece aos mesmos progressos (iluministas) do projeto de modernidade no séc. XIX, mas agora fazendo parte da “modernidade tardia”. Daí então, a importância dos discursos de nação no século XIX brasileiro, pois nele foram lançados os “projetos de nacionalidade” nos termos em que vigoram até hoje; que se fundem na elaboração discursiva do projeto de desenvolvimento de Nação brasileira que é moldada por um discurso mais amplo, o “discurso da colonização”. Se o “discurso de nação” já é em si mesmo difícil de abarcar a todos os que a compõem, imagine quando ele é colonizado por certos discursos de desenvolvimento produzido alhures.

O próprio “discurso da origem” do Brasil e do brasileiro faz parte de uma grande formação discursiva, a dos “descobrimientos”. E nela, segundo Orlandi(1990), o brasileiro desde a enunciação de constituição de sua origem é pego pelo “discurso das descobertas”⁶.

Para a análise de discurso (AD) o “discurso das descobertas” estabelece uma história. E a história aqui é pensada como produção de sentidos. Aliás, só temos história porque existem discursos, e os discursos são matizados a partir dos sentidos que são construídos. Através da análise de discurso tentamos extrair a historicidade dos textos, e não a interpretação do sentido do enunciado do texto, mas a luta de sentidos. O que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos.

O “discurso das descobertas” (de lá pra cá), segundo Orlandi(1990), “modela” e enquadra o “discurso das origens” (daqui pra lá). O discurso das descobertas, ou discurso europeu deve ser entendido como um discurso que silencia outros discursos, assim como o discurso das origens (do brasileiro) silencia outros sentidos, podemos ainda dizer, que o discurso do brasileiro é o discurso do silenciado. E no discurso das descobertas, discurso da colonização o brasileiro não fala, ele é falado:

⁶Eni Orlandi em *Terra à vista*(1990) realizou um excelente trabalho discorrendo sobre o “discurso das descobertas” e o “discurso das origens” do qual absorvemos aqui muito da sua compreensão das “formações discursivas” em pauta e compartilhamos de suas idéias.

“No caso do discurso da colonização, o sujeito colonizado não pode ocupar posições discursivas (com seus estatutos e sentidos) que o colonizador ocupa. Mas do que isso, é a partir das posições do colonizador que são projetadas as posições possíveis (e impossíveis) do colonizado. Seu dizer está assim predeterminado pela posição do colonizador. Mas, se de um lado o silêncio serve para pôr em funcionamento o apagamento de sentidos, ele serve também para produzir a resistência” (ORLANDI,1990:52)

Precisamos entender que há uma “política do silêncio”, onde o próprio silêncio tem significado específico, que é relevante. O apagamento, contudo, não anula a importância do “não-dito”, aliás, o não-dito fala no “dito”, ele aparece nas diferentes falas e apagamentos que lhe são imputados. O brasileiro para significar, tem como memória o discurso europeu, o já-dito. E que desde a constituição da origem do brasileiro, a brasilidade deve surgir como “heterogeneidade” do discurso da descoberta⁷. O importante saber neste momento é que:

“O discurso das descobertas institui uma modalidade para o estabelecimento e existência da nossa história, dos nossos sentidos. Esse modo tem de específico o apresentar-se justamente sob a forma de discurso etnológico”(Id. Ib.,14)

É dessa forma que podemos compreender os diversos relatos de conquistadores, colonizadores, missionários, viajantes, naturalistas, e tantos outros, a respeito da “nova” terra e de sua gente nos séculos XVI a XVIII. O olhar que “descobre” o exotismo também quer dar a “conhecer” a natureza com uma aura de cientificidade e dessa maneira vai aquilatar os costumes de seus habitantes, ressaltamos que não é da falta de discursos que nascemos como “seres singulares”, culturais mas nunca históricos. E sim, exatamente da proliferação e exacerbação dos discursos *sobre* o Brasil, que prontamente vai modelar e enquadrar o discurso *de* Brasil, do que se pode e deve falar de Brasil. Seguindo esta tendência não é à toa o que se discorre nos primórdios do discurso histórico nacional: *“de tais povos na infância não há história: há só etnografia”(Varnhagen,1962:30).*

É o produto mais eficaz do discurso das descobertas, o princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, é reconhecer apenas o aspecto “cultural” do nativo e

⁷ Como reflete o historiador Nilo Odália há uma “dependência” teórica no discurso histórico brasileiro que vai jogar a favor ou contra uma realidade prática histórica de um povo-nação que quer existir, *“O que talvez se deva compreender é que as condições internas em que se desenrola o nosso acontecer histórico são estruturas que, embora fortemente vinculadas e dependentes do que acontece no mundo exterior, não deixa de ter uma certa autonomia, nascida de uma experiência histórica singular”* in: *As Formas do Mesmo. Ensaio sobre o Pensamento Historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1997.

desconhecer (apagar) o “histórico” como um sentido propriamente político. Os efeitos de sentido que até hoje submetem o brasileiro ao “espírito” de colônia são aqueles que negam-no a historicidade e apontam-no como ser cultural (singular), que necessita de ajuda para crescer e se desenvolver, ou seja, o paternalismo.

Aprendemos com Sérgio Buarque(2000), que certas matrizes no imaginário dos navegantes e conquistadores (ibéricos) tiveram o poder de “criação” de mundos. Deslocadas de suas realidades mais concretas puderam atravessar oceanos e mares e mesmo promover e constituir o que se convencionou chamar “as Américas”, resultado primeiro do “discurso das descobertas”, sim os ibéricos desencadearam “processos civilizatórios” que perduram até hoje.

Darcy Ribeiro(1995) designou o termo de “império mercantil salvacionista” para definir, entre outras coisas, o tipo de expansão e empreendimento ultra-marino ibérico. O mundo que passamos a viver depois das ditas “descobertas” é, em grande parte, o mundo produzido e chancelado pelo comércio Europeu sustentado a partir daqui, bem como de outras paragens.

Gilberto Freyre(1933) se contrapõe à FD das descobertas⁸ na tentativa de romper com uma ramificação dos discursos das origens. Ele vai ressaltar que nós os brasileiros fomos mestiçados por todos aqueles aventureiros que aportaram por aqui, mas a colonização é obra mesmo de uma segunda leva de portugueses, *“costuma-se dizer que a civilização e a sifilização andam juntas: o Brasil, entretanto, parece ter-se sifilizado antes de se haver civilizado”*(1998:47). É o pomo da discórdia em um Freyre! Que contato cultural se abstém de troca, de contágio, de atualização? Parece-nos que aí há flagrante confronto de sentido, Freyre está em meio a duas FDs, diz não a um discurso que perfila a sorte do brasileiro como oriundo dos primeiros conquistadores, que em geral foram degredados, mas aproxima-se de um outro discurso que diz sim aqueles “outros” que vinham apostar nos desatinos das novas terras, aventureiros por certo, mais colonos propriamente ditos, com uma conotação familiar e de uma origem mais afeita ao trabalho.

Com esta compreensão acima Gilberto está divergindo de teóricos à semelhança de um Paulo Prado que pinta um retrato sombrio, melancólico, e triste do Brasil⁹ com cores funestas

⁸ A FD das descobertas já se apresenta nos relatos de Caminha, o discurso sobre o Brasil começa a ser constituído, as paráfrases do mesmo discurso estará materializado em tantos outros olhares, de viajantes, naturalistas, cronistas, etnógrafos, jesuítas e outras ordens, historiadores, intelectuais, filósofos, pensadores, juristas, geógrafos, cartógrafos.

⁹ Paulo Prado diz: *“mais tarde, como em outras partes do continente, criminosos, desertores indesejáveis, servos, semi-escravizados, negros se derramaram pelos desertos hospitaleiros. Na mescla, porém, de todos os*

da miscigenação. A mistura racial foi, como sabemos, juntamente com fatores mesológicos e climáticos, por muito tempo, explicação convincente nos discursos histórico-políticos entre teóricos, fora e dentro da nação, nas FDs seja das descobertas¹⁰ ou das origens¹¹ causa do nosso “atraso” cultural e econômico com implicações diretas nas injunções de identidade nacional.

Na época de formação e constituição de um pensamento sociológico brasileiro¹² mais elaborado no final do séc. XIX. Para muitos a miscigenação-mestiçagem era encarada como o “nó conceitual” de formulação da identidade nacional não apenas como algo pernicioso, mas provocando naturalmente a degenerescência como aparece em um Euclides da Cunha:

“A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior”(2000:96)

Em *Os Sertões*(1902), o discurso da origem parece dispor a raça branca num panorama de desenvolvimento, na maioria das vezes, como superior em relação à índia e negra. É o típico discurso intelectual ligado às explicações mesológicas e antropogeológicas. Entende-se aí a mestiçagem e a mistura, como o “ser” próprio do brasileiro, mas como em tantos discursos nativistas, prefere a identificação nacional com índio ao negro. É um discurso cheio de paráfrases discordantes (oxímoros); o que só pode ser compreendido, tendo em mente a tentativa inumana de conciliar as idéias correntes do determinismo, cientificismo e

elementos que compunham a psicologia do colono, em dosagem variável mas constante” (p.116). E mais a frente continua: “*A dissolução em Portugal, associavam-se à miséria e a fraqueza (...) A imoralidade reinava em toda a parte (...) A sociedade vivia em íntima mistura*”(p.122). E pra completar, “*nesse aviltamento e nesses horrores começou a desaparecer o português heróico do séc. XV(...), que criara o tipo perfeito do homem aventureiro (...) por esse povo já gafado do gérmen de decadência começou a ser colonizado o Brasil*”(p.123), in:*Retrato do Brasil: ensaios sobre a tristeza brasileira*, Rio de Janeiro, 1931. Fiz as adequações necessárias da língua portuguesa para os nossos dias. A obra de Freyre, como sabemos, vai ganhar visibilidade, principalmente, por desfazer a visão dominante ou os discursos que tratavam negativamente a miscigenação.

¹⁰O império brasílico à luz de teorias importadas da Europa, positivismo, spencerismo, teorias raciais, nos discursos levados a efeito por iluminares como um Lapouge, Gobineau, Buckle etc., impossibilitavam o Brasil ou condenavam-o a um triste destino.

¹¹ Odália fala da impossibilidade de compreensão dos discursos de nossos historiadores se não tivermos como background os discursos europeus sobre o Brasil, porém o “discurso da origem” em nossa intelectualidade tem que se erigir rompendo com àqueles se é que queremos ver a gestação da nação brasileira: “*Uma história do pensamento histórico brasileiro que apenas se detivesse na contemplação das servidões e dependências de nossa intelectualidade aos padrões europeus do fazer ciência jamais conseguiria abrir as sendas da descoberta das chaves que nos permitem compreender com maior propriedade o pensamento dos Capistrano, dos Oliveira Vianna, dos Sílvia Romero etc*” in: Nilo Odália, op. Cit.,p.16.

¹² Diz o prof. Guerreiro Ramos: “*A disciplina sociológica, no Brasil e nos países de formação semelhante, como os da América Latina, tem evoluído até agora, segundo influências exógenas (...) assim, a disciplina sociológica nesses países se constitui de glosas de atitudes, posições doutrinárias e fórmulas produzidas alhures, ou ilustra*

evolucionismo com o discurso das origens. A noção de linearidade do progresso tido como inelutável, as preocupações ligadas aos fatores hereditários, tudo isso tem frequentemente voz ativa nesta narrativa-descrição. A estrutura do livro: a terra, o homem, e a luta; é o reflexo das idéias vigentes que pensava a história a partir do “meio, da raça e o momento histórico”¹³.

Sílvio Romero, antes de Euclides e de Canudos, tratou da questão da seguinte maneira:

“1º) O povo brasileiro não corresponde a uma raça determinada e única; 2º) É um povo que representa uma fusão; é um povo mestiçado; 3º) Pouco adianta por enquanto discutir se isto é um bem ou mal; é um fato e basta”(apud ODÁLIA,1997:20)

É preciso perceber que as disputas de sentido não se dão apenas para constatar o que conformava ou permitia se dizer a partir das teorias européias: *“se essa [a mistura] era uma realidade sobre a qual nada podemos, o mesmo não acontece com o futuro(...) é necessário que se retifiquem as teorias”*(Odália,1997), pelo que o Brasil é um projeto em curso. O discurso que arregimenta a *História da literatura brasileira* de Romero diz:

“Nós os brasileiros não pensamos ainda muito, por certo, no todo da evolução universal do homem; ainda não demos um impulso nosso à direção geral das idéias; mas um povo que se forma não deve só pedir lições aos outros; deve procurar ser-lhes também um exemplo. Ver-se-á em que consiste nossa pequenez e o que deveremos fazer para ser grandes”(Id.,1997:21)

É especialmente aí neste interstício que vislumbramos o confronto e produção de sentido, o de lá e o daqui, mas o aqui se conforma a ser definido como o “pequeno” que vai começar a galgar o seu desenvolvimento almejando chegar lá, no ideal de ser também “grande”, aprendendo sê-lo na maturidade do seu processo de crescimento.

Para alguns estudiosos a principal contribuição de Sílvio Romero ao pensamento sociológico “nativo”, foi sua defesa da mestiçagem. Pela exaltação da mestiçagem Romero antecipa Gilberto Freyre¹⁴. Mas quando assume posturas racistas, pelo ideal de branqueamento do “homem” brasileiro, encontra em Oliveira Vianna, um aliado¹⁵.

menos o esforço do sociológico para compreender a sua sociedade do que para se informar da produção dos sociólogos estrangeiros” in:”Notas para um estudo crítico da sociologia no Brasil”p.19

¹³ Cf. Walnice Galvão, “Euclides da Cunha, Os Sertões” in: Lourenço Dantas Mota(org.), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2ª ed. 1999, pp.151-170.

¹⁴Para Renato Ortiz *“não há ruptura entre Sílvio Romero e Gilberto Freyre, mas reinterpretação da mesma problemática proposta pelos intelectuais do final do século. Artur Ramos dizia que para ler Nina Rodrigues bastava trocar o conceito de raça pelo de cultura. A afirmação pode talvez parecer simplistas, mas creio que*

Manuel Bonfim em seu *América: males de origem*(1905), é talvez, entre nós, o pioneiro a enunciar a condenação teórica do racismo com todas as letras, e a aceitar a mestiçagem sem as contradições, por exemplo, de um Sílvia Romero.

Como poderia ter racismo àquele que descende do português se o seu genitor-mor vêm de uma conduta híbrida? Se a ancestralidade e a sua prática aqui fora a de um povo que mais do que qualquer outro colonizador se entregou a “miscibilidade”? (Gilberto Freyre,1998). E não pára por aí, o mesmo autor diz:

“O português se tem perpetuado, dissolvendo-se sempre noutros povos a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas (...) toda a obra de colonização lusitana – e não apenas a sua arte – está cheia dos riscos de tão esplêndida aventura de dissolução. Portugal seguiu na sua política colonizadora aquelas palavras misteriosas das escrituras: ganhou a vida perdendo-se. Dissolvendo-se”(apud MENDES,2001:183-4)

O próprio Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*(1936), chama-nos atenção para a “plasticidade” do português o que deveria ser fruto da sua falta de orgulho de raça:

“O português entrou em contato íntimo e freqüente com a população de cor. Mais do que nenhum outro povo da Europa, cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizava-se ou africanizava-se, conforme fosse preciso.”(2004:64)

Ora, desde que, essas singularidades culturais, “americanização” ou “africanização”, não colocassem em jogo, é claro, o andamento e o sentido do desenvolvimento imposto pela civilização ocidental.

Por diversos fatores amalgamados em nossa história colonial Freyre via que “*o regime brasileiro, em vários sentidos sociais é um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos*”. Aí está, podemos dizer, àquela singularidade cultural, afeita e moldada pelo discurso da

encerra uma boa dose de veracidade. Gilberto Freyre reedita a temática racial, para constituí-la, como fazia no passado, em objeto privilegiado de estudo, em chave para a compreensão do Brasil. Porém, ele não vai mais considera-la em termos raciais, como faziam Euclides da Cunha ou Nina Rodrigues; na época em que escreve, as teorias antropológicas que desfrutam do estatuto científico são outras, por isso ele se volta para o culturalismo de Boas(...) Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada” in: *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 4ª edição, 1994.

¹⁵ Ver Benjamim Abdala Jr., “Sílvia Romero, História da Literatura Brasileira” in: Lourenço Dantas Mota(org.), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico 2*, São Paulo: Editora SENAC,2001.

colonização, que tende a ver-nos com nossas peculiaridades, muito mais do que o sensor da história, mas é óbvio que nem Gilberto Freyre nem seus pares têm noção disto. Para Freyre o que marca a verdadeira identidade do “ser brasileiro”, era aquilo que ao mesmo tempo nos contrastava aos outros: a saber, como ninguém conjugar e dosar “*um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura*” (1998:52-53).

As razões do grande sucesso de *Casa-grande e Senzala*(1933) foi, em geral, mostrar que um país tropical, constituído a partir de uma mistura de raças, poder alcançar o mesmo desenvolvimento de outros civilizados, ou seja, retirar a pecha que marca as teorias de explicação do atraso, a nossa pseudo-inferioridade. O patriarcado, a interpenetração de etnias e culturas, e o trópico, em seus diversos rearranjos, bem como o sistema da economia implantada na colônia com base no latifúndio, a monocultura e a escravidão, não eram motivos para atrapalhar o futuro da nação. Para Ortiz(1994), *Casa-grande e senzala* se inscreve num discurso que é:

“Saudado por todas as correntes políticas, da direita à esquerda o livro possibilita a afirmação inequívoca de um povo que se debatia ainda com as ambigüidades de sua própria definição. Ele se transforma em unicidade nacional. Ao retrabalhar a problemática da cultura brasileira, Gilberto Freyre oferece ao brasileiro uma carteira de identidade”(1994:42).

É a relativização de questões identitárias, portanto, que levam cientistas sociais à explicação do suposto “atraso” do Brasil em relação, por exemplo, aos Estados Unidos da América. O próprio Buarque compartilha deste entendimento utilizando-se dos tipos ideais analisando nossas heranças e antepassados quando diz:

“Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram com ideal é uma vida de grande senhor (...) E assim, enquanto povos protestantes preconizam e exaltam o esforço (...) As nações ibéricas (...) predomina é a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negocio”(2004:10)

Teria sido a colonização fruto e resultado de um ócio ibérico? Ou a expansão mercantil era mesmo calculada com todos os seus desatinos? Seja como for, o empenho ibérico, tornou-se, no negócio que atravessou séculos e modificou as feições do globo terráqueo. Por certo a explicação do desenvolvimento mercantil não foge da concepção de “vida” e “trabalho” que

era exigido e almejado pelos ibéricos, cada cultura tem o seu *modus operandi*, por outro lado sabemos que o português tinha novas condições a seu dispor, a vastidão do território¹⁶, por exemplo.

Não há em todo caso a possibilidade do português escapar desta condição inelutável de vida e trabalho como caracterização de sua “identidade cultural”. Perquirir pelo sujeito da ação é segundo Nestor Duarte encontrá-lo inserido na sua cultura:

“O homem social, o que vale dizer o homem, para onde for ou onde quer que o ponham, carrega consigo, na trama de seus hábitos, de sua técnica de adaptação e processos de cultura, como nas fibras mais íntimas de sua personalidade, a sociedade em que até então viveu e que o integrou num passado qualquer”(1939:12)

Se o português conseguiu realizar a miscigenação, fator enriquecedor para uns e pernicioso para outros, em Freyre, isto se deu pela sua “*singular predisposição*”, para a colonização dos trópicos de forma “*híbrida e escravocrata*”, a explicação que ele encontra está no “*seu passado étnico, ou antes, cultural, de um povo indefinido entre a Europa e a África*”(Freyre,1998:5). Para Buarque a miscigenação não nos privou dos antepassados:

“Nem o contato e a mistura com raças(...) fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós(...) a verdade, por menos sedutora que possa a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva, para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa”(2004:11)

Se as similitudes e diferenças pretendem definir, num dado instante, nossa identidade cultural, isto será apenas o primeiro passo ou a possibilidade para disputas de sentido que se seguirem, a partir dali, em nosso desenvolvimento como povo-nação. Assim vão demarcar nosso comportamento social, estigmatizar em alguns momentos, noutros falar de nossas heranças benfazejas. Estando sempre atado e sendo remodelado por outros, copiando-os em seus desígnios, interesses, receitas e fórmulas, e no final das contas, como se não bastasse transfigurando-nos e remarcando-nos à luz e a sombra das diversas FDs nossa psiqué social e política.

¹⁶ Oliveira Vianna utiliza a extensão do território como um fator diferenciador do luso-brasileiro em relação ao lusitano.

Segundo Oliveira Vianna temos a prática de importar leis decorrentes de um “idealismo utópico” e por isso inexecutável, de uns poucos iluminados, principalmente porque não se vinculam à realidade histórica e nem tem o necessário respaldo do povo representado:

“Não é fácil impor-se a um povo uma nova modalidade de comportamento político. O peso dos chamados antecedentes históricos e a influencia subconsciente dos usos e costumes tradicionais e dos seus complexos culturoológicos explicam e justificam a inexecução e o fracasso de todas estas estruturas políticas, vindas de importação ou de pura inspiração ideológica”(1973:280)

As nossas “instituições políticas”, diz Oliveira Vianna, pretensamente consolidadas não se sustentam porque não há entre nós “sentimentos de nacionalidade”, ainda que abaixo deles tenhamos configurações de “estados coletivos” efêmeros e inconstantes, que não têm duração e que logo se esvaem, não chegam a uma cristalização de amplitude nacional:

“Não temos nenhuma mística incorporada ao povo; portanto, não tem o nosso povo – considerado na sua expressão de povo-massa – a consciência clara de nenhum objetivo nacional a realizar ou a defender, de nenhuma tradição a manter, de nenhum ideal coletivo, de que o Estado seja o órgão necessário à sua realização”(Id. Ib.,286)

É interessante observar que o “discurso da origem”, da nossa FD, pode deixar falar vozes distintas que se contrastam pela posição e o lugar de onde se pode falar e o momento que se enuncia. Um Vianna é, por exemplo, tenazmente crítico das nossas instituições políticas, perfila-se aparentemente distante da posição que assume um Varnhagen, em alguns pontos, a enunciação em AD não se restringe ao um distanciamento temporal no qual Vianna está em relação cronológica muito depois de um Varnhagen, mas uma distância espacial dentro do próprio discurso; quando Varnhagen prefacia sua *História geral do Brasil*, dentro da mesma FD que Vianna também se situa, diz nestes termos, *“assim a integridade do Brasil, já representada majestosamente no Estado e no Universo pela Monarquia, vai agora, bem mui humildemente, ser representada entre as histórias das nações por uma história nacional”*(Varnhagen,1962:XXI). É uma ode ao poder soberano do Estado, à Lei, ao Rei, à civilização e à cultura bem como a todas instituições provenientes desta formação.

Veja como é possível ambos serem cúmplices e filiados a mesma FD, diz Vianna, noutro lugar: *“devíamos ter sucumbido na desorganização, na desordem, na anarquia geral. No entanto, não sucumbimos”*. E o que teria nos livrado de tal desventura? *“O que nos salvou*

foi a instituição (...) o Rei (...) e sua autoridade carismática (...) uma aristocracia de títulos, uma elite universitária, uma nobreza aburguesada levavam, como delegados deste Rei”(1973:293).

Nestor Duarte dentro da mesma formação discursiva pode de igual modo enunciar, porque mais próximo da atualização do discurso do colonizado, de um Vianna: *“o brasileiro político é, assim, o resultado de um produto deformado e incompleto, como irregular e deformado é o curso de vida do Estado brasileiro”(1939:219).* E conclui o pensamento atacando duramente os governantes *“quem quiser saber de que espécie era o nosso povo, a qualidade e extensão de seu espírito público, como o próprio sentimento nacional que o animava terá que fazer a sondagem da classe que forma o nosso senhoriato”(1939:197).*

Um Varnhagen seria incapaz de produzir tal discurso? Cremos que não. Não porque em sua época fosse proibido fazê-lo, e fosse conseqüentemente silenciado por isto, como o fora em alguns pontos controvertidos de seu discurso¹⁷, mas simplesmente porque não estavam postas as condições para tal enunciação, não poderia formular este enunciado sem a constituição trazida pelo interdiscurso das FDs.

O “discurso histórico” como temos visto produz a corrente de interpretação do Brasil que articulará os sentimentos e interesses daqueles que foram considerados os descobridores do Brasil. Pretende construir um Brasil onde defenderá a sociedade escravista e uma sociedade com cidadania restrita. Submetendo a “nação” à lógica do descobridor e conquistador. A opção irrecorrível por uma nação branca e europeia, nasce naquele momento, como o fruto amadurecido e temperado de uma experiência histórica em que as linhas da nova nação são legadas e determinadas por uma "civilização superior". O que resulta deste processo, é a “identidade do brasileiro”, nascida no cruzamento, é flutuante; mantém as linhas de lá, mas preserva os traços que são daqui. Aos demais grupos étnicos e culturais, considerados vencidos, só lhes restam uma participação passiva no projeto nacional e apenas na medida em que se deixarem ou forem absorvidos e integrados, racial e culturalmente, pelo branco - única fonte de legitimação, pois dele decorrem os valores básicos da nova nacionalidade.

¹⁷ De fato o discurso varnhageniano foi relegado ao esquecimento porque suas conclusões sobre a junção das etnias imputavam um ataque contra a escravidão no Brasil, é o que diz Odália, *“a relativa obscuridade de Varnhagen, em vida, e a oposição que sofreu parecem estar ligadas ao fato de que sua concepção de uma Nação branca englobava não só os ideais europeus, mas também insistia na preservação de traços indígenas e negros, especialmente quanto ao fato de que o homem brasileiro não deveria esquecer ser o fruto das três etnias. Sua teoria da miscigenação, por outro lado, encobria também um ataque à escravidão e prenunciava sua extinção. No momento em que foi formulada, não deixava de ser uma teoria incômoda e delicada. Se hoje ela pode ser inútil, ontem foi perturbadora”* in: op. Cit., pp. 67-8. Construir um Estado-nação é, antes de tudo, travar uma guerra contínua de sentidos em todos os momentos.

Na dialética sistemática de nossas inúmeras colonizações discursivas (e modernizadoras) às linhas de lá, ou seja, o estágio de desenvolvimento exigido ao longo de nosso fazer histórico, percebemos um rastro de destruição provocado pela prática do desenvolvimento:

“A barbarização ecológica e populacional acompanhou as marchas colonizadoras entre nós(...) daí as queimadas, a morte e a preação dos nativos. Diz Freire, insuspeito no caso porque apologista da colonização portuguesa(...) ‘o açúcar eliminou o índio’. Hoje poderíamos dizer: o gado expulsa o posseiro; a soja, o sitiante; a cana, o morador. O projeto expansionista dos anos 70 e 80 foi e continua sendo uma reatualização em nada menos cruenta do que foram as incursões militares e econômicas dos tempos coloniais”(BOSI,1992:22)

O projeto “terra da gente”, da Era Tasso, não seria mais uma transfiguração na nossa história, uma atualização das “marchas colonizadoras”, provocando mudanças no espaço territorial cearense, com novas adequações no meio rural e urbano? Seja como for, de alguma forma, continuam as incursões do passado, noutros caminhos, é claro, abertos pelas novas colonizações discursivas e contemporâneas, o que não mudou muito a respeito foi, a forma, continua a mesma direção da produção de sentido, apesar dos confrontos embates de sentidos, permanece a legalidade consentida ao projeto, com legitimidade e respaldo popular, e até nacional, e pelos produtores de tais discursividades, que estão aqui e lá na persuasão pra expandir o tal projeto de desenvolvimento, persistem e avolumam as injustiças cometidas no caminho do desenvolvimento econômico, pra alavancar as políticas de desenvolvimento do Estado do Ceará, inclusive, a mesma forma verticalizada de tais políticas. Quanto aos resultados da “barbarização ecológica e populacional” só temos dúvida ainda, no que concerne ao seu alcance, embora sendo ela extensiva a todos, não sabemos ao certo, se os atinge da mesma forma. Se os atingir então realmente mudamos com o desenvolvimento “terra da gente”.

“As raízes redescobertas, assim como as fabricadas, não são, de forma alguma, futilidades remissíveis a um folclore em desuso; elas têm seus prolongamentos políticos e sociais. Percebe-se ao mesmo tempo tanto aspectos positivos quanto possíveis desvios. A memória refabricada pode ser um meio de preparar, em velhos potes, novas bebidas surpreendentes, misturas inquietantes”(D’ALESSIO,1998:121)

Na primeira parte do trabalho, mais especificamente no capítulo II, abordamos algumas diretrizes da AD. Agora devemos assegurar qual o nosso dispositivo de análise que dispomos para analisar as formas colonizadoras do discurso histórico-político dos desenvolvimentos no “governo das mudanças”:

1- “Comemorar o Brasil” é antes de tudo recordar o discurso *sobre* o Brasil, a fala do europeu que outorga a existência do brasileiro¹⁸. O “discurso da colonização” deve ser compreendido como o discurso que silencia outros discursos e sentidos, da mesma forma que o discurso estatal quer comemorar a “origem” do Ceará em desenvolvimento, que por seu turno quer se desvencilhar dos arquétipos do “coronelismo” (ou da imagem do antigo regionalismo), mas desde a origem o brasileiro (no nosso caso o nordestino) é apanhado pelo o “discurso das descobertas” (da colonização do atraso e mais recentemente do subdesenvolvimento), sendo interpelado constantemente pela nossa identificação cultural no decurso da história nacional, entre o que dizem de nós e o que falamos de nós.

2- O que há antes da constituição do discurso de colonização (do subdesenvolvimento), dos regionalismos? Há descrição cultural, porque não há dimensão do cronológico entre os povos que habitavam estas paragens, apenas exotismos. Nestes discursos saímos da condição de seres históricos, gozamos de etnografias, para que no momento da enunciação deste ritual entrarmos na historicidade. Entramos na história, na historicidade dos discursos como os outros, na condição de inferiores ou subdesenvolvidos.

3- Este apagamento é crucial para elaboração do material discursivo, e aí está o resíduo e a materialização do ideológico, para a confecção do “ser” brasileiro, o silêncio contém outros discursos, importa menos saber o que ficou silenciado e mais a própria política da palavra.

4- A análise de discurso tem por objetivo aqui compreender como o discurso sobre o Ceará (de lá para cá) que domina o nosso imaginário, na *constituição* (como interdiscurso) que fundamenta o nosso discurso de cearensidade (daqui para lá), e sua implicação com o desenvolvimento cearense em nossos dias.

Creemos que agora estão postas minimamente as condições para analisar o nosso *corpus discursivo* que é a mensagem à Assembléia Legislativa do Estado ao final de 1998, no início

¹⁸Com o grito “terra à vista” começa os dizeres sobre o Brasil. E o mesmo olhar que descobre, efetiva a conquista, como também que dar a conhecer, o que deve ser conhecido. Mas depois de 500 anos, com um diferencial bastante significativo, os índios que foram silenciados utilizam-se das mesmas táticas impostas pelas formações discursivas, gritam por sua vez a “Terra à vista” é nossa. Ver: Antº Mendes Teixeira Jr, “O Relógio do (Des)cobrimento e o Tic tac da Nação de Varnhagen à Rede Globo”, *Monografia de Graduação* apresentada ao Curso de Ciências Sociais, UECE, Fortaleza-Ce, 2001, mimeo.

de um novo mandato, mas precisamente do terceiro mandato de Tasso Jereissati em 1999-2002, e o quarto pelo “governo das mudanças”. Diz o governador Tasso Jereissati:

“Já tendo sido distinguidos para continuar a conduzir o destino do Ceará no limiar do novo milênio e do marco de 500 anos de história brasileira, estamos conscientes da responsabilidade e, ao mesmo tempo, da oportunidade singular de avançar na consolidação de um Projeto de Desenvolvimento que ambiciona transformar este Estado numa das áreas mais promissoras e dinâmicas da federação” (MAL,1999)

As condições de produção sobre o “discurso de nação” podem ser vislumbradas fundamentalmente em seus sujeitos e a situação, ou melhor, no seu contexto de produção, como também na “memória discursiva”. O contexto imediato é a mensagem do governador à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. A situação aqui é a colocação do “discurso de subdesenvolvimento” da região do semi-árido nordestino brasileiro pelo “governo das mudanças”. O Ceará em destaque, suas transformações sócio-econômicas e sua nova identificação provenientes da gestão de seu governo nos últimos anos diante dos representantes do povo cearense, vale ressaltar que a maioria da representação no poder legislativo faz parte da bancada governista tendo maioria nas decisões da casa.

No contexto mais amplo, o discurso produzido conjuga-se magistralmente (coincidentalmente) com o *V Centenário do Descobrimento do Brasil*, organizado pelo governo federal e da mesma legenda do governo local, e que o apoiou na realização das obras públicas de infra-estrutura no Estado. A “festa” de comemoração dos “descobrimientos” por si só já propicia um resgate histórico do país e também da América Latina, não apenas uma *formulação* do passado, mas atualiza o debate teórico e político sobre seu presente-passado das “identidades nacionais” e a perspectiva de futuro nacional e do Ceará em meio a um cenário de processos competitivos globais.

Se em todo tempo temos a necessidade de pensar o passado, portanto construir um passado para entender o presente e construir o futuro uma história, uma outra história, o que se quer a partir da AD, é compreender a produção de sentido hoje de “desenvolvimento” que ultrapassa em muito as intenções e as consciências de seus interlocutores. Mas apesar disto os governantes pensam e acham que podem criar a seu bel prazer a discursividade, a memória de um Brasil¹⁹ que está dando certo²⁰.

¹⁹ Os historiadores utilizariam o conceito de “memória coletiva”, para designar as lutas e o investimento no “discurso histórico” pelas lideranças de um grupo social: *“Tornar-se senhor da história e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades*

A prática dos governantes (deste governo, de seus pares) é que eles estão a reinventar através de suas políticas “acertadas” um novo quadro político (o “Ceará das mudanças”) mas de fato, é a “memória discursiva”, no caso em análise do “discurso de desenvolvimento”, que incide sobre os seus discursos, suas práticas de governo.

Podemos resumidamente descrever no contexto imediato o sujeito, o próprio “governo das mudanças” mas num sentido amplo as várias instituições que apregoam a via do “desenvolvimento” para o Brasil e que estão aqui e ali a partilhar, confrontar, e produzir sentidos, tomando como suporte o discurso sobre o nosso suposto “subdesenvolvimento”, mas o que significa hoje²¹ este discurso?

“Os sentidos circulam. Os processos de produção são encontrados através dos jogos de paráfrase e das formações discursivas. Inscrever um sentido na relação das diferentes formações discursivas, encontrar o seu lugar, o seu modo de significar, é o trabalho do analista de discurso”(ORLANDI,1990:41-2)

A enunciação de “desenvolvimento” não produzirá mais a mesma sensação que se produziu algumas décadas atrás. Os confrontos de sentidos, por certo permanecem, continua vigente a constituição, a formulação por certo se metamorfoseou em seus significados. A compreensão das disputas de sentido daquele enunciado é que estão mais do nunca, vivas e atuantes, no Nordeste brasileiro, seus eixos de alteridades é que mudaram. Bem como os

históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” in: Le Goff, *Os lugares de memória*,1984,p.13. A “memória involuntária” seria o conceito mais próximo daquilo que chamamos de “interdiscurso”.

²⁰ Diz Pollak, “*vê-se as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade (...) mas nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estável e sólidos que possam ser, têm sua perenidade assegurada*” in: Michel Pollak, “Memória, Esquecimento e Silêncio” in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol,2, nº 3,1989, p.11.

²¹ Quando interrogamos: “O que ‘significa’?”, não estamos atrás, repetimos, de alguma interpretação correta, ou ideal do “subdesenvolvimento”, mas que confrontos são acionados quando falamos nisto? Vimos anteriormente que o “discurso de subdesenvolvimento” foi fabricado no pós-guerra, ganhou relevância no discurso de Truman, a partir daí, a ONU e outras organizações criadas neste interregno, saíram a campo mapeando os “desenvolvimentos” em todos os quadrantes, fazendo à semelhança dos antropólogos um trabalho etnográfico. Legitimadas puderam fazer e levantar suas estatísticas sobre o grau de “subdesenvolvimento” dos países. Os governantes destes países “pobres” se reconheciam agora como tais e se sabiam pertencer ao “terceiro mundo”. O primeiro, segundo, e terceiro mundos eram compostos de todos os países do globo que foram enquadrados naquelas estatísticas produzidas pelos sentidos dos discursos em pauta. Aqueles que não tinham as mesmas características e qualificações para perfilar-se entre os primeiros é porque não realizou o desenvolvimento necessário, não caminhou toda a trilha ou está a meio caminho do desenvolvimento. A questão a ser respondida agora era: “Como poderia então se configurar o tal desenvolvimento?” Os países pobres eram, portanto, “subdesenvolvidos” em nalgum sentido de suas histórias, mas o sentido deste discurso não parou aí, não está tudo perdido visto que estava em vias de se realizar um novo mapeamento do que era o “subdesenvolvimento” e principalmente como superá-lo. É neste turno que entram em ação, entre nós, as instituições SUDENE, SUDAM,

possíveis construtores e os sentidos que eles podem suscitar num trânsito ininterrupto de produção.

Os países “desenvolvidos”, ou no topo do desenvolvimento, por serem ricos e industrializados devem obviamente falar na posição de lá, os países “subdesenvolvidos” e os “em desenvolvimento”, ou ainda “emergentes”, em geral, se referem ao desenvolvimento como nível de industrialização-urbanização do seu território que absorve a sociedade nacional. Mas de onde vai falar o brasileiro nordestino? O que o norte-americano diz sobre os latino-americanos, em especial, o brasileiro que repercute em sua brasilidade? O que se deve silenciar para que possa existir a fala do brasileiro, e do nordestino? Pois o brasileiro não é produto direto do discurso de desenvolvimento²² que nos coloniza.

A situação ou momento da enunciação do “pronunciamento” do governador é também uma “celebração” no “discurso histórico” da nação, em ser brasileiro com todas as suas incongruências. No âmbito nacional, temos as nossas defasagens regionais, mas se comparadas com relação aos países que entraram no séc. XX na América Latina, entre nossos pares, segundo Guilherme O’Donnell temos alguma coisa a comemorar:

“Embora o Brasil esteja longe de ter resolvido seus problemas de acumulação de capital e crescimento, tem a importante vantagem de contar com a estrutura produtiva dinâmica e diversificada, cujo papel no mercado mundial é bastante importante (...) a população brasileira a começar pela própria burguesia, considerava verossímil a continuação desse comportamento dinâmico da economia no futuro”(1980:73)

Sim o Brasil foi um dos países que mais cresceu economicamente, durante o séc. XX, é um fato, e não somente em comparação com os demais Estados da América Latina. Alcançou índices invejáveis em todo o mundo. É por isso temos que comemorar?²³ Em nível regional o

BNB, entre outras. É esta gama produção de sentidos que foram geradas, lá e aqui, perfazem o “interdiscurso” geral quando falamos em subdesenvolvimento.

²² Aprendemos em Orlandi que o brasileiro é colonizado quando fala, “*nem índios, nem europeus, somos produzidos por uma fala que não tem lugar, mas muitos. E ‘muitos’ aqui é igual a ‘nenhum’.* Desse lugar vazio fazemos falar as outras vozes que nos dão uma identidade. As vozes que nos definem. Europeu falando de índio produz brasilidade. Nós, falando do que os europeus dizem de suas descobertas, falamos o discurso da nossa origem” in: op. Cit.,pp.19-20.

²³ O que temos mesmo a comemorar no Brasil? Marilena Chauí sugere alguns pontos a seguir: “*Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como ‘cultura senhorial’, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a força de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido nem como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os que se julgam iguais são de ‘parentesco’, isto é, de cumplicidade ou*

Ceará desponta no “discurso político” como referencial de desenvolvimento, é o Estado nordestino que tem às maiores taxas de industrialização na região nos últimos tempos, ultrapassando Estados considerados tradicionalmente como os mais pujantes, Bahia e Pernambuco, inclusive apresentando os melhores indicadores em certos setores sócio-econômicos, mantendo-se acima da média nacional no período da administração do “governo mudancista”.

Os “hiatos” do desenvolvimento e das celebrações obviamente não aparecem na festa das instituições políticas da modernidade e do Estado-nação, e nem poderia sê-lo, as instituições são “os guardiões da memória dos acontecimentos públicos”(Peter Burke,2000), perderia o encanto da celebração como “monumento”, mas qualquer alienígena que passa por aqui percebe o fosso social que separam as fortalezas, os nossos contrastes²⁴. O’Donnell chega a dizer que:

“A grande capacidade de acumulação e de modernização produtiva do capitalismo brasileiro tem se baseado em relações particularmente repressivas de exploração e dominação dos trabalhadores (...) a quase totalidade da América Latina (...) está marcada pelos contrastes entre os muito ricos e os muito pobres. Mas no Brasil, além de existir esses contrastes (...) trata-se do contraste entre uma abrumadora pobreza de um lado, e do outro fabricas, comércios e serviços que são signo de uma opulenta modernidade econômica”(1980:73-74)

Voltando aos sentidos que estão entorno do pronunciamento de Tasso Jereissati, podemos já inferir a partir do seu enunciado, “já tendo sido distinguidos para continuar a conduzir o destino do Ceará”, dá pra perceber uma disputa de sentido entre duas forças ou pelo menos dois grupos políticos aí, um que teria como representante o “governo das mudanças“, na figura do governador Tasso, e um outro, ou outros grupos políticos que foram derrotados nas urnas, mas não apenas nas urnas, e sim no seu projeto político. Que será

de compadrio; e entre os que são vistos como desiguais o relacionamento assume a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação. Enfim, quando a desigualdade é muito marcada, a relação social assume a forma nua da opressão física e/ou psíquica. A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação uma e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem. Porque temos o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que, periodicamente, afeta o Estado, tendemos a não perceber que é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político” in: Brasil: mito fundador e sociedade autoritária, São Paulo: Fundação Perseu Abramo,2000,pp. 89-90.

²⁴ Cf. o economista Ladislau Dowbor “A grande impressão de quem chega da Europa, realmente, é de que a divisão em ‘Casa Grande & Senzala’ continua intacta, por mais tecnologia moderna que se introduza. Sedimenta-se outra idéia, de que a modernidade é uma forma digna de relações humanas, e não abundância de

paulatinamente silenciado no decorrer da “Era Jereissati”, vai até poder falar no silêncio deliberado na voz do grupo “mudancista”.

Tasso vai “continuar” alguma coisa que já vem realizando, e se já vem realizando é porque rompeu, em nalgum momento, o que vinha sendo feito antes dele, ou o que não vinha sendo feito. Portanto há imbuído na sua enunciação o seu grupo político, Tasso não é o sujeito, o autor de onde desencadeia tudo o que se está fazendo, ele é o representante que se posiciona e define o seu agrupamento social.

Entende-se que a história (do Brasil) está nas mãos de seu grupo social, a visão deles pode produzir um novo “destino” para a história do Brasil assim como já vem sendo feito no Ceará, porque está travando uma luta secular em seu propósito de ser um novo “marco de 500 anos”. Diz o governador “estamos conscientes da responsabilidade”, são eles que fazem a história, ou que a direcionam pra um porto seguro.

Em última análise a responsabilidade é do povo que deu aquiescência²⁵ ao seu grupo político. Eles simplesmente disseram que era possível fazer, estão fazendo (conduzindo) e por isso o povo acredita que podem verdadeira chegar lá (no desenvolvimento), seguindo o planejamento traçado no seu governo, mas os resultados já demonstram por si mesmo, são evidências do que está sendo realizado, e onde eles dizem que vão chegar.

Temos a responsabilidade de cumprir com as promessas de erradicar a “pobreza absoluta” no nosso Estado²⁶. A “oportunidade singular de avançar na consolidação de um Projeto de Desenvolvimento que ambiciona transformar este Estado numa das áreas mais promissoras e dinâmicas da federação”. Ganhamos com investimento simbólico na definição do projeto, precisamos “ainda consolidar” as estruturas do projeto. Ninguém deve conscientemente atacar o nosso intento, nem mesmo nossos inimigos ideológicos (todos os perdedores que estão do outro lado, e não do nosso e do povo), porque ainda estamos consolidando, mas o povo já começa a ver a diferença entre nós e os outros que estiveram aqui e não fizeram.

Pelo que podemos ver até aqui, cremos que já definimos o confronto dos grupos envolvidos nos dizeres que o governo das mudanças faz claramente, há uma distinção entre

máquina ou automóvel” in *O Mosaico Partido: (a economia além das equações)*, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

²⁵ Diz o vice-presidente da Associação da Indústria de Laticínios: “*Estamos no início de uma longa caminhada para a redenção do Ceará em época alguma o eleitor esperou tanto do seu governador como agora*” in: *Povo: Fortaleza*, 05.07.86.

²⁶ Primeiramente aquelas da campanha que iniciou o “ciclo mundancista”: “*miséria é fundamental para os coronéis(...) estamos iniciando esta luta para mudar a condição de vocês e quero ser cobrado a cada dia*” in: *O Povo: Fortaleza*, 05.07.86, primeira página; “*a era que queremos iniciar é a de extermínio da miséria em*

eles os demais. Os “outros” não ambicionavam muito, ou pelo menos não tinham perspectivas pra grandes coisas, nem demonstravam como fazê-lo como “nós”; “nós” mostramos demonstramos e fazemos, “nós” ambicionamos mudar a história de atraso do nosso Estado:

“O objetivo de colocar o Ceará na rota do progresso e da superação do seu atraso secular tornou-se possível com o Projeto de Mudanças, iniciado a partir de 1987, que conferiu visibilidade ao Governo em virtude do bem-sucedido programa de ajuste fiscal, inédito no Brasil, do início da reforma do Estado, da moralização do Poder Executivo e da afirmação da nossa credibilidade interna e externa. Como resultado, o Ceará passou a gerar poupança em conta corrente, deu início ao resgate da dívida social e formou sua própria capacidade de construir o futuro”(MAL,1999)

Estes dizeres acima confirmam que a grande ambição do governo das mudanças, já começa a despontar, “o objetivo” é, nada mais nada menos, que, “colocar o Ceará na rota do progresso²⁷ e da superação²⁸ do seu atraso secular”. Note-se o silêncio que acompanha estes dizeres, o governo simplesmente tem por certo que o Ceará não tem progresso algum e está na letargia de seu atraso. Mas precisamos interrogar: Quem diz isto? Quando e como se diz? E por quê? Que posição deve assumir todo aquele que considera como verdadeiro este enunciado? A que interesses este discurso beneficia?

É claro que o Ceará não passou a ser atrasado a partir dos dizeres do governador senão ele precisaria de muitos outros dizeres para tentar nos convencer de tal situação, e até chegar admiti-la em sua argumentação o nosso suposto atraso. Este “atraso secular” é uma construção histórica longínqua ligada ao discurso histórico nacional, e a identidade coletiva do brasileiro, ainda no séc. XIX. O que é importante frisar neste momento é, que o “atraso” imputado à cultura nacional brasileira, vai ser recolocada em termos regionais e por sucessivos processos de deslizamentos este atraso passa a ser o diagnóstico do nosso “subdesenvolvimento”²⁹. Mas “subdesenvolvimento” a que ele se refere, e que até agora está implícito, e que mais a frente tornará explícito, não o é obviamente³⁰.

nosso Estado. Não só a miséria material, mas a miséria humana, em que se encontra em nosso povo” in: Diário do Nordeste: Fortaleza,27.07.86,primeira página.

²⁷ Progresso é um daqueles termos bastante disputado desde os iluministas, positivistas e tantos outros. O que Tasso pensou quando disse? É ilusão responder a este quesito. O que ele queria despertar, significar nesta hora, seja qual for, a composição de seus interlocutores, era poder produzir o sentido de que o Ceará já está na rota de coalisão do subdesenvolvimento, assim como um foguete para atingir o seu alvo.

²⁸ Superação é outra palavra tão rica que é melhor não tentar dizer o que é mas tomá-la como metáfora do que objetivo específico.

²⁹ Há, como sabemos, toda uma historiografia brasileira desde o séc. XIX que tenta desconstruir a imagem do “atraso” brasileiro, constituir, explicar, criar e discorrer o disciplinamento deste “imaginário” e que ao longo do

Tasso acaso tinha um projeto, ou como tantos outros palanques políticos no Brasil criasse um no decorrer do mandato? No seu dizer assume a possibilidade de que havia desde o princípio o tal projeto, assim “tornou-se possível com o Projeto de Mudanças, iniciado a partir de 1987”.

Digamos que ele na verdade tem este projeto já arquitetado desde o primeiro dia do seu mandato. Algo extremamente visionário no contexto dos países do “terceiro mundo”. Ora, pra que isto seja verdadeiro, é preciso, que Tasso e seu grupo, tenha relações amistosas e diretas com o poder governamental anterior, que eles passaram a execrar publicamente e impetrar com tanta violência a péssima situação do Estado³¹. Ou do contrário não há tal plano, tais diretrizes não saem da noite para o dia.

A aplicação do plano “conferiu visibilidade ao Governo em virtude do bem-sucedido programa de ajuste fiscal³², inédito no Brasil”. Inédito no Brasil! Este plano já foi de alguma forma experimentado noutro lugar, pelo governo das mudanças ou por outro governo. Como o governo das mudanças está impedido de exercer tal mandato noutra nacionalidade, leva-nos a dizer que o plano não é tão inédito assim. E indica também que o governo das mudanças utilizou-se de estratégias executadas em outros governos e que deram certo, e por influências que extrapolam o âmbito nacional. Assim sendo está atestado ao que ocorre no mundo a fora. Mas perde doutro modo, a sua originalidade, a inusitada capacidade de antever acima de todos, os desafios locais reais. E ainda pode ser a ingerência dos grandes centros capitalistas desenvolvidos aos pequenos centros subdesenvolvidos.

Vai enunciando as proezas do seu governo: “o início da reforma do Estado, da moralização do Poder Executivo e da afirmação da nossa credibilidade interna e externa”. A “reforma” engloba diversas ações afirmativas no âmbito administrativo e governamental. Ações que o governo anterior deveria ter realizado, ou mesmo resultado da política errada que vinha sendo levada a efeito pelo governo que o antecedeu. Ora, o atraso e o subdesenvolvimento são resultados da inépcia governamental. Porque todas as ações giram ao

tempo, tornou-se atraso de algumas regiões, no jogo de empurra-empurra a região Nordeste, foi contemplada, mesmo quando alguns intelectuais imputavam contra o suposto atraso, outros a partir dele puderam gozar de privilégios.

³⁰ Noutro pronunciamento, no discurso de posse de Tasso Jereissati diante da mesma assembléia legislativa disse: “*O Ceará já não é o mesmo e o Brasil reconhece essa mudança. As vitórias já alcançadas servem para nos dar a certeza de que é possível derrotar o subdesenvolvimento no semi-árido (...) em 2020 o Ceará estará no mesmo nível de desenvolvimento que os estados do Sul*” in: *O Povo*: Fortaleza, 02.01.99.

³¹ “*miséria é fundamental para os coronéis*”.

³² Significa, entre outras coisas, a saída do Estado de setores importantes da economia e a adequação de suas funções sociais. Os economistas e outros cientistas sociais ligados às “esquerdas”, aos movimentos sociais, as diversas categorias de trabalhadores e ao movimento sindical chamam de “políticas” assumidas pelo Consenso de Washington, ou mais precisamente de neoliberalismo, pensamento único.

redor do setor administrativo e gerencial. Em outras palavras o subdesenvolvimento não é fruto do sistema mais a má formação do sistema leva a uma patologia, o subdesenvolvimento. É uma deformação congênita, mais precisamente uma acefalia.

Há imbuído, na reforma diversas medidas governamentais³³ algumas “moralizadoras”, outras nem tanto assim, mas que assumem nos desvãos administrativos da década 90 as maiores operações de engenharia social para acabar com o “neopatrimonialismo” instaurado nas malhas do Estado³⁴, desmantelamento da capacidade de gerenciamento estatal³⁵, o discurso não fala explicitamente quais foram tais medidas, mas está subtendido que as reformas foram necessárias para uma arrumação da casa.

Como resultado da primeira etapa do plano, “o Ceará passou a gerar poupança em conta corrente, deu início ao resgate da dívida social e formou sua própria capacidade de construir o futuro”. Dá até impressão de que o Ceará depende somente de si mesmo, o seu desenvolvimento independe do “resto” do Brasil³⁶. O seu subdesenvolvimento é uma responsabilidade local, fala-se contudo, de uma competitividade totalmente adversa, é atroz

³³Diz Francisco Teixeira: “*Sob essa atmosfera cultural, Tasso Jereissati, primeiro governante do ciclo mudancista, põe em prática as primeiras medidas de saneamento da máquina estatal. Uma rigorosa contenção de despesas e uma inflexiva política de enxugamento do quadro de pessoal encabeçaram as medidas saneadoras da coisa pública, com vista a lhe dar autonomia e transparência*” in: *Ceará, Terra dos Outros. uma avaliação do Projeto do Governo das Mudanças*. Fortaleza: Ceará: mimeo, agosto de 1999,p.6.

³⁴ Lembremos do que foi dito por Linda Gondim, anteriormente: “*É nesse contexto (...) que conseguem que seu projeto político seja aceito (...): moralizar a política, acabar com o atraso e a miséria. Tal projeto, apesar de não negar seu caráter capitalista, permite uma camuflagem dos interesses antagonônicos das diferentes classes sociais no processo de desenvolvimento capitalista. As partes conflitantes seriam não os trabalhadores e a burguesia, mas o ‘o povo’, tendo como porta voz os ‘jovens empresários’, versus um grupo que encarna os ‘males universais’ de uma determinada ordem social: no caso do Ceará, os ‘coronéis’ e, num segundo momento, os funcionários públicos ‘corporativistas’*” in: op. Cit.

³⁵ Cf. Conceição Tavares diz: “*a pretensa flexibilização dos monopólios do petróleo e das comunicações (...) trata-se da desestruturação de dois sistemas fundamentais à vida moderna e a competitividade internacional (...) as reformas que estes setores necessitam são as de flexibilização operacional, preservando o controle acionário do Estado e descentralizando as decisões técnicas de produção e investimento; e de consolidação de seu caráter de empresa pública, com uma gestão transparente e controle da sociedade (...) vender o patrimônio das grandes estatais para tapar buracos no orçamento ou desmembrar atividades que constituem um todo organizado a pretexto de aumentar a concorrência a atrair capital estrangeiro é uma rematada loucura*”(pp.125-134,passim). E continua seu argumento, “*fomos o único país dos ditos periféricos, a desenvolver uma infra-estrutura de telecomunicações complexa e diversificada tecnologicamente*”(p.157). “*As reformas estruturais do ‘consenso de Washington’ destinam-se, aqui como em toda parte, a propiciar a transferência maciça de patrimônio público para grandes grupos privados (...) o que está em jogo é o destino desta nação, com a possibilidade de perder de vez qualquer capacidade de autodeterminação no seu processo de desenvolvimento*”(pp.198-9) in: *Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*, Rio de Janeiro: Record,1999. Chamamos a atenção para o fato de que, tanto a “social democracia” como o “petismo” falam, aceitam, e propõem, de alguma forma, as “reformas estruturais”, com o mesmo objetivo, o desenvolvimento.

³⁶ Em artigo de revista de circulação nacional menciona em matéria especial: “*Como se fosse um país independente, desgarrado do Brasil da crise, das denúncias de corrupção, da desordem administrativa e do imobilismo econômico, o Ceará tornou-se um lugar de prosperidade muito diferente do que se vê nos 98% do território nacional. A economia cresce em ritmo acelerado, o governo tem fama de austero e a pobreza diminui*” in: Irllys Barreira, “Pensamento, palavras e obras” in: Josênio Parente & José Maria(orgs), *A Era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Vol.1, 2002.p.70.

pois é relativa a uma nova realidade, a globalização dos mercados, mas o pensamento de seu desenvolvimento é algo particular a décadas atrás, de um mundo dividido por bandeiras nacionais e nacionalistas.

O desenvolvimento é uma palavra que hoje quer significar, não somente “crescimento” econômico mas acoplado, a preocupação da distribuição da riqueza, é por isto que ao lado do crescimento, temos o “resgate da dívida social”.

A continuidade dada ao plano de desenvolvimento no governo de Ciro Gomes:

“A esse processo de modernização(...) permitiu-nos (...) buscar a sustentabilidade do desenvolvimento com o início da construção de sua base física – a infra-estrutura econômica e hídrica, com vistas à remover os entraves à atração de investimentos privados” (MAL,1999)

O Estado foi aparelhado com infra-estrutura moderna, equipamentos de ponta, vias para escoamento da produção, ligação dos centros produtores, canais intermodais, rodoviários, aeroviários, portos, eletrificação, combustíveis, gasodutos, abastecimento de água, etc.

O não-desenvolvimento não pode ser mais creditado à ausência de estrutura-física, no Estado, agora que goza de uma, passa a depender crucialmente do capital privado, o capital que aporta e que ele espera, é o investimento de indústrias instaladas em outros centros do país, de transformação e beneficiamento, algumas delas são investimentos estrangeiros. Veja então que o tal desenvolvimento não é independente como pretendeu que fosse. Este depende de muitos atrativos para não correr riscos. E risco é o que qualquer negociante no mercado de capitais quer evitar. Não é necessário aqui mencionar todas as isenções fiscais que os Estados passaram a conceder na disputa pelas indústrias. As indústrias que vieram e se instalaram não tinham, basicamente, como correr riscos, com tantos benefícios, algumas delas quando expirava o período de isenção da tributação, desarmaram o seu circo e procuravam um novo lugar que concedesse mais bilheteria.

É claro que não precisa falar destes detalhes, podemos assegurar que são os inconvenientes ou anomalias do processo de maturação que escolhemos, o certo é que:

“A natureza estrutural das restrições econômicas, sociais e climáticas exigiu um processo gradual e contínuo de superação do subdesenvolvimento com a intervenção de políticas inovadoras e de impacto. No papel de indutor(...) priorizamos o desenvolvimento e a interiorização industrial”(MAL-1999)

Ainda debatemo-nos com “restrições”, sempre elas, nitidamente nestes dizeres, há um retorno ao “discurso da origem” tal qual formulado no séc. XIX, retirando do enunciado a palavra “subdesenvolvimento”, e em seu lugar, lendo atraso, “a natureza estrutural das restrições econômicas, sociais e climáticas exigiu um processo gradual e contínuo de superação do atraso”, Tasso pode se situar lá nos primórdios do discurso das origens. Poderia quem sabe assumir a enunciação, está na posição de um Euclides da Cunha, invertendo simplesmente a estrutura do livro, que agora seria, ao invés de “a terra, o homem e a luta”, teríamos “a luta, o homem e o meio”, nada mais sugestivo pra um nordestino entrar na aurora do novo milênio com um bom livro cuja matéria versa sobre a luta contra o subdesenvolvimento, a vitória de uma economia, de um homem, nas agruras do sertão.

Tasso bebe, digamos assim, nestes dizeres, em duas fontes discursivas distintas, se posiciona em meio a duas FDs, a primeira seria aquele que exige a “reforma do Estado” e a “adequação ou saída de setores sociais e previdenciários”, e uma outra mais antiga que construiu exatamente aquilo que a reforma quer aniquilar. Poderíamos chamá-la de “formação nacionalista”, da qual herdamos as grandes estruturas de modernidade no país, um desenvolvimento que criou a infra-estrutura das comunicações, por exemplo. A “Era do Estado interventor” da economia e indutor do desenvolvimento nacional.

As reformas levadas a cabo, pelo governo das mudanças, realizaram um esfacelamento das redes de bens e serviços, pensados outrora como essenciais à ligação e o envolvimento de todas as regiões do país, as interconexões nacionais. Mas ao contrário do que apregoava a outra FD, que podemos chamá-la de “neoliberal”, esperava-se que o Estado saísse de suas funções econômicas, na verdade ele induziu muito mais ainda nas estruturas, visto que na realidade local, somos carentes das estruturas básicas para ampliação do parque industrial. É preciso salientar, que os empregos “criados” no canteiro de obras que se tornou o Estado, inverteu os índices históricos de entrada e saída da população cearense.

Os empregos industriais, gerados pela política de “interiorização das indústrias”, foram em geral remanejamentos de indústrias de outros centros. De fato em uma perspectiva nacional e não apenas regional ou local, podemos dizer, que o Brasil não cresceu quando se instaurou a “guerra fiscal” entre os Estados, mudou a localidade de algumas empresas para ficar no mesmo³⁷.

³⁷ Diz Milton Santos: “*alargam-se os contextos ao mesmo tempo em que as regiões perdem o comando sobre o que nelas acontece, contribuindo para uma verdadeira fragmentação territorial. As novas vocações regionais são amiúde produtoras de alienação, pela pressão da ordem global*”. E mais a frente, “*submetidos à mudanças aceleradas e irracionais do mercado mundial, esses cinturões são chamados a metamorfosear-se ao sabor do*

A “interiorização das indústrias”, em geral, ficou no raio de concentração da região metropolitana de Fortaleza (RMF), não é à toa que a grande RMF cresceu consideravelmente o número de municípios que a compõem, a industrialização se deu nas proximidades do centro difusor do comércio e serviços, mas é claro que numa proporção menor, instalou-se indústrias no entorno das cidades pólos do interior do Estado, como Sobral e Juazeiro do Norte e adjacências.

“Os êxitos contabilizados nessa trajetória de mudanças nos dão a certeza de que é possível suplantarmos o subdesenvolvimento no semi-árido, com ações de longo prazo, fortalecendo os agentes econômicos, garantindo-lhes a sobrevivência, mesmo em condições climáticas adversas” (MAL-1999)

O fato mais rico de sentido, com seus “efeitos de verdade” no discurso, é que o investimento feito durante o seu governo garante que o Nordeste tem solução, se o semi-árido é lugar mais carregado de significados atrelados ao atraso, com um plano equilibrado de desenvolvimento, um governo sério e comprometido com a realidade sócio-econômica de seu povo, consegue inverter a história de “atraso secular”, e está mudando suas feições, então o Brasil seguido esta mesma trajetória política não tenha dúvidas de que pode dar certo. “Os êxitos contabilizados nessa trajetória de mudanças nos dão a certeza de que é possível suplantarmos”, toda e qualquer dificuldade no meio do caminho do nosso desenvolvimento, o Ceará é o “farol” do desenvolvimento. Acabar com “o subdesenvolvimento no semi-árido”, é só questão de tempo, “com ações de longo prazo, fortalecendo os agentes econômicos, garantindo-lhes a sobrevivência”, vamos colher os frutos, já estamos colhendo.

Há um deslize aí também, “vamos acabar” com o atraso, “vamos acabar” com o subdesenvolvimento, daqui a pouco ele diz, já estamos “contabilizando”, já estamos acabando.

Começamos derrotando a ineficiência e desperdício do setor público, a burocracia passou a operar num grau de eficiência aceitável, extirpamos os apadrinhamentos, elidimos os contratos ilícitos, demos racionalidade aos investimentos:

“A melhoria da gestão pública (...) da reinvenção do governo, resultou na maior efetividade do planejamento, na eficiência da

aplicação dos recursos financeiros e no aperfeiçoamento da interlocução governo-sociedade (...) conseguimos construir um consenso social para a mudança (...) induzindo o surgimento de um processo de desenvolvimento endógeno” (MAL-1999)

Há em todo caso, aqui, uma depreciação do setor público em relação ao privado, e do funcionário público, como também uma argumentação implícita a favor da privatização, e assim, esses dizeres são constituições da FD neoliberal que varreu os discursos políticos dos anos 80. As reformas nesta formulação são apresentadas como democráticas e tendo legitimidade e apóio da sociedade. além do mais, o Estado passou a ser administrado como uma empresa privada ganhando em eficiência e investindo melhor os recursos públicos.

O governo das mudanças quer ser visto, como aquele que deu surgimento a uma nova etapa da história do Ceará, e se o neoliberalismo é o afunilamento do desenvolvimento subserviente, em nada mudaria o quadro de subdesenvolvimento do Estado. Mas o “indutor” da terra da gente, é indutor da economia e diferentemente do governo anterior coloca-se como antevendo os caminhos que devem ser palmilhados para retirar o atraso que nos aflige. Possibilitou a criação de uma sociedade de consumo olhando para dentro da nossa realidade, ampliando o mercado interno.

Assemelha-se assim ao desenvolvimento do Estado interventor que conhecemos no Brasil nos anos 50, voltado-se agora para as regiões que foram esquecidas ou relegadas a um segundo plano. Tanto é assim que:

“A definição que orientarão a definição das ações governamentais para o período de 1999-2002 fundamentam-se na visão prospectiva do planejamento para o horizonte de 2020” (MAL-1999)

Noutro lugar o governador admitiu que em 2020 é período de maturação das mudanças da morte do subdesenvolvimento no Ceará, data limite para que o Ceará tenha o mesmo grau de desenvolvimento que as regiões mais “avançadas” do país. É uma visão de estadista que trabalha o presente vendo o futuro, mas por outro lado pode ser simplesmente uma aposta no escuro, como é típico do discurso de desenvolvimento, e até lá ganhamos tempo, lançando para frente os resultados esperados, as frustrações das expectativas.

Veja que agora o “subdesenvolvimento” teve um deslize do interior do discurso de “atraso da nação” para as “disparidades regionais”, o atraso ou a inferioridade é localizado nas “subculturas”. Em 2020 estaremos iguais a eles.

“A despeito do satisfatório desempenho dos indicadores macroeconômicos em período recente, os persistentes níveis de pobreza e de concentração de renda, além da baixa escolaridade da população, recomendam a adoção concomitante de políticas de crescimento e distributivas” (MAL-1999)

O discurso do crescimento é próprio das economias desenvolvidas que estão estagnadas. No caso dos países “em desenvolvimento”, “emergentes”, ou “subdesenvolvidos”, crescer economicamente sem a melhoria da qualidade de vida não corresponde ao verdadeiro desenvolvimento³⁸. Seria a auto-crítica do seu projeto de governo? Parece-nos que não, pois os indicadores sociais também têm melhorado. Assim, é apenas refrão da atualização do discurso de desenvolvimento que tem até mais uma nova palavra mágica, produtora de sentidos, a “sustentabilidade”(sustentabilidade ambiental, por exemplo).

No ano seguinte, Tasso em seu pronunciamento na abertura dos trabalhos legislativos dizia:

“A continuidade da estratégia seguida até agora é o caminho certo para alcançarmos o futuro (...) estruturar um programa de inserção da nossa economia num cenário competitivo” (MAL-2000)

Parece-nos tão natural o despertar do discurso de desenvolvimento neste momento, pois as regiões mais industrializadas do globo estão se reestruturando, ou melhor se desindustrializando, e se afirmando como pólos de gerenciamento³⁹ de um outro tipo de mercadoria, mais imaterial e mais lucrativa (fala-se da sociedade do conhecimento, a

³⁸ Diz Ignacy Sachs em entrevista concedida a revista *Isto É* “*pode haver um crescimento alto e rápido sem geração de um número suficiente de empregos ou de oportunidades decentes (...) esse tipo de crescimento o Brasil conhece há décadas. É um crescimento rápido, acompanhado de uma modernização rápida, sustentado por uma industrialização rápida, porém socialmente perverso, porque concentra a riqueza. Esse é o modelo da China, foi o modelo do Brasil dos generais e do governo derrotado na Índia (...) precisamos de outro tipo de crescimento, com maior densidade de empregos (...) a maior oportunidade, a meu ver, está na possibilidade de entrar em um novo ciclo de desenvolvimento rural. Todo o país deve definir seu projeto a partir da análise das suas singularidades, dos seus problemas e das suas potencialidades. O Brasil tem a maior biodiversidade do mundo e uma reserva confortável de terras cultiváveis, sem tocar em uma árvore da Amazônia. Tem clima favorável à alta produtividade primária de biomassa, variedade de ecossistemas e uma dotação razoável de recursos hídricos. E, para completar, uma pesquisa agrônoma e biológica de classe internacional (...) eu acredito que o Brasil tem tudo para assumir a liderança mundial de uma nova civilização do trópico (...) o Brasil é quase um modelo clássico de mau desenvolvimento (...) o verdadeiro desenvolvimento é um crescimento econômico que se traduz em melhoras nos níveis social e ambiental” in: páginas vermelhas, 23/06/04.*

³⁹ Para Jim Wygang, especialista em análise de risco, o Brasil é o país do presente pois “*um dos segredos da economia moderna é a existência de executivos que gerenciam o capital sem ser os donos desse capital. Nesse*

impressão que temos é que o carro chefe da economia hoje é a indústria da informação e do entretenimento). Não é um fato isolado da contemporaneidade, é a face mais notória da globalização da economia e seus efeitos no mundo do trabalho.

E algumas daquelas regiões que não eram industrializadas (atrasadas) conseguem se industrializar num patamar mais degradante da força de trabalho e da penumbra do movimento sindical, mas ao mesmo tempo a população que é beneficiada com o remanejamento das indústrias crêem que estão no lucro e concomitantemente saindo do subdesenvolvimento. E como a indústria não será a salvação da região, nem do emprego, o governo já propõe uma outra alternativa, o turismo, “o Ceará vem despertando para as ricas potencialidades de sua cultura”(MAL,2000).

A industrialização não deve ser vista como uma invasão, desmoronamento do mundo interiorano mas a consolidação da base industrial ou a “interiorização do desenvolvimento” caminha junto com a “integração social no espaço cearense”(MAL,2000).

O que significa dizer que o governo tem consciência de que as políticas por ele são implementadas devem proporcionar uma melhor estruturação do lugar, ou do contrário, desenraiza a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos neste trabalho que o discurso de nação construído no século XIX foi, é e continua sendo um poderoso “dispositivo discursivo”, que arregimenta aliados e vozes dissidentes, tanto no passado, recente ou distante, como na atualidade. Além da tentativa de unificação da sociedade num mesmo “teto político”, e a partir deste “sistema de representação” (a nação) podemos perscrutar os projetos de desenvolvimento de determinado agrupamento social, de apropriação territorial, da forma como a sociedade utiliza o seu espaço, pois é historicamente datado.

Se no passado o dispositivo de nação servia mais aos institutos históricos e geográficos que alimentavam os anseios e anelos dos Estados e seus respectivos governos, balizando e circunscrevendo lutas territoriais, hoje em dia as acirradas disputas e demarcações de territorialidades algumas mais globais outras mais localizadas começam a por à prova àquelas construções territoriais e identitárias. É correto afirmar que as velhas e recentes formações culturais nacionais são fruto quase sempre da mudança de rotação da modernidade ou dos processos de modernização que são implementados em âmbito global.

Costumávamos a pensar que o reverso da moeda “nação” era a estrutura própria do “Estado”, aqui mostramos que esta moeda em sua inteireza é problemática desde o princípio. Enquanto entidade jurídico-territorial, o Estado foi (é) uma “unidade imposta” assim também é violento o discurso hegemônico de nação que requereu uma “desconstrução cultural” das etnias marginalizadas e envolvidas no universo simbólico da nascente nação. Os dois vetores (nação e Estado) historicamente se entrelaçaram, unificando-se basicamente no século XIX, mas estas formações para ganharem maior legitimação foram lançadas estrategicamente para um tempo bem anterior ao processo histórico, ou melhor, para aquele momento seminal fora do tempo, a-histórico, um espaço recheado de lembranças, o qual designamos de “fundação” dos mitos da nação ou propriamente dos “mitos de origem” confeccionados, pintados e emoldurados nas historiografias nacionais que surgiram naquele século.

Distanciando-se um pouco desses discursos das origens. Começamos a compreender que o Estado é antes de tudo pensado como país, território, territorialidade, dotado de moeda, legislação, fiscalidade, balanças de pagamento, arrecadação, tributação (interna e aduaneira), espaço de gerenciamento da vida pública, e que sua consorte, a nação, é o discurso da territorialidade enquanto tecido social que encontra mecanismos simbólicos para conviver

num mesmo espaço identitário com os seus, ou melhor, ela é o próprio mecanismo de sustentação da territorialidade dos co-cidadãos, e converge também para a finalidade de dar existência àquele organismo burocrático.

A gestação do Estado-nação assim surge como uma das expressões da modernidade, que está sendo questionado, pelo “alto” e por “baixo”, como vimos no decorrer do trabalho. E este questionamento é tão eficiente porque afloram as lacunas e deficiências do Estado-nação em várias frentes, em aspectos históricos, geográficos, políticos, inclusive de gerenciamento da máquina administrativa, de saturação e esgotamento dos investimentos com relação aos deveres previdenciários (serviços básicos à população nas áreas da saúde, educação e trabalhista). O “impedimento” à liberalização das atividades do mercado globalizado, a possível taxação do capital especulativo, mas chamamos atenção aqui, principalmente para as questões antropológicas da territorialidade.

Muitos tergiversam de onde provêm o ataque ao Estado-nação. Alguns pensam que o seu efeito avassalador é originado pela força descomunal do capital, de outro modo poderíamos objetar que é o resultado direto causado porque as pessoas passam a compartilhar de outros universos simbólicos. Cremos que não é nenhum, nem outro, a guerra deflagrada à hegemonia do Estado-nação não deve ser medida por aí. Não desmerecendo as conseqüências, advindas desses processos, mas inclusive sendo possibilitada também por eles, o ataque virulento se dá quando os golpes, daqui e dali são desferidos, tendo como alvo os alicerces de “fundação” do Estado-nação. Estes sim estão sendo desconstruídos, ou seja, perscrutados em seus “mitos de origem” deste grande sistema de representação.

As historiografias, aqui e ali, instauram inúmeras pesquisas na tentativa de descortinar os processos de construção da formação do Estado-nação, desvelando sua fundação, assim acreditamos também que o Estado pode ser um ente melhor para todos, sabendo um pouco mais de suas possibilidades e de seus limites, força e fraqueza.

Atrás do dispositivo ou discurso de “nação” e a “identidade cultural” (brasileira) esconde-se inúmeros processos de identificação, jogos de polissemias. No caso brasileiro a política de identidade surge como uma grande incógnita, no século XIX. No princípio de sua constituição já tinha que se deparar com dilemas postos por questões raciais e mesológicas, à luz das teorias européias que refletiam a dificuldade de construção de desenvolver um país moderno.

A modernidade no Brasil guarda um ranço de etnocentrismo, a partir da análise de discurso, conseguimos perceber melhor o quanto isto é palpável, por termos que falar não do nosso lugar, ele não existe, ou raramente existe, existe obviamente, mas quase sempre

subsumido em outros discursos. E assim descolocamo-nos do lugar do nativo e posicionamo-nos como europeus, e assumimos fielmente a sua postura no discurso de desenvolvimento. Qual é mesmo lugar do brasileiro? Talvez seja a hora e a vez de pensarmos mais sobre isto. Quando todos os caminhos parecem já delineados, delimitados de cima para baixo, e nos encontramos basicamente com as receitas de outros, entre a xerox e o plágio.

No início de nossa formatação enquanto Estado-nação os cientistas sociais brasileiros subservientes às teorias importadas não conseguiam pensar o Brasil sem a nódoa do atraso. A defesa da cultura brasileira sem a pecha do etnocentrismo somente ocorre no primeiro quadrante do século XX, é interessante perceber que nesse período o país começa a traçar um caminho próprio se distanciando das linhas herdadas do desenvolvimento luso-brasileiro, consegue implementar, para o bem ou para o mal, um desenvolvimento brasileiro.

É importante compreender que a identidade cultural nacional trás as marcas de nosso desenvolvimento, da nossa modernidade e modernização. São os sinais e simbolismos traçados num dado território que demonstram como realmente agrupamos o espaço-tempo e costumamos a nossa fisionomia que desde os primórdios já nascia globalizada.

Por ter sido primeiramente uma madrasta (moinhos de gastar gente) para os seus e uma boa amante para os outros, temos uma relação divorciada entre a nação e o Estado que entre nós foi exacerbada ao extremo, mais que vem sendo abrandada ao longo dos decênios republicanos.

A modernidade no Brasil, mesmo com todos os seus percalços e inconvenientes, tem procurado alargar o espaço republicano ao longo do XX, à luz do nosso desenvolvimento urbano-industrial, mas infelizmente a passos muito lentos, com descompassos entre as conquistas sociais e a estrutura econômica e industrial, ficando ora estagnada a reprodução do modelo desenvolvimentista no final década de setenta, e mesmo na entrada do novo milênio sem nenhuma perspectiva alvissareira para conciliar a reprodução do capital com a redistribuição de renda, por inúmeros motivos, não só globais, mas também locais.

A imagem que fica do Brasil no século XX é que ele cresceu muito, alcançando um vigoroso desenvolvimento econômico, mas cresceu como um organismo desordenadamente, cresceu apesar de tantos contrastes regionais, desigualdades sociais, vertiginosa urbanização e favelização das cidades e aglomerados industriais, se de um lado afloraram grandes somas de capitais, crescendo a importância da economia brasileira no cenário mundial, alargou-se também o fosso social entre os muito pobres e alguns riquíssimos. Diante desse quadro social panorâmico e das incertezas do mercado é salutar fazer coro àqueles que indagam: o que temos a comemorar?

Os desatinos de nosso desenvolvimento econômico numa sociedade autoritária como a nossa. Foi perfeitamente sintetizado nas comemorações dos 500 anos. Ao invés de discutirmos o nosso padrão de modernidade, ele foi cantado em verso e prosa nas “festividades globais” (comemorativas e esportivas), um refrão carnavalizado: “eu sou brasileiro com muito orgulho, com muito amor”. Dessa forma podemos perceber a aceitação da nossa modernização, modernização injusta social e moralmente. A questão central da modernidade no Brasil passa ao largo quando em vez de refletimos nos rumos do desenvolvimento do Brasil - que Brasil queremos e precisamos construir? - nos orgulhamos do nosso mosaico de brasilidade, naquilo que pretensamente somos, das nossas identidades culturais, da nossa mistura cultural, das diversas temporalidades no interior do nosso país, chegamos mesmo a falar de uma nova romanidade, uma exuberante latinidade. Mas que contrastam impiedosamente com as feridas abertas pelo modelo de desenvolvimento nesse continente, que arrasa as terras, rios e matas agindo predatoriamente com seus recursos renováveis e não-renováveis, cuja sociedade normalmente fecha os olhos para os excluídos socialmente (pobres e miseráveis), e de quebra não houve e não há discussão sobre a “sustentabilidade” dessa modernidade. E quando há tal discussão ela não passa de retórica. Apresentamo-nos como o melhor projeto democrático de hibridização (miscigenação-mestiçagem), com nossas misérias e vicissitudes que saltam aos olhos de outros modernos.

Retornando algumas décadas, mais precisamente a de cinquenta, vamos ver que para desenvolver a “industrialização substitutiva de importações” o quadro internacional favoreceu sobremaneira a iniciativa nacional de lançar as bases da indústria brasileira.

A região Nordeste (os vários Nordeste) apesar de ser vista como atrasada e a mais resistente à mudança, não tem tanto apego a uma forma de ser, pensar e fabular, talvez seja mais um recurso discursivo para atrair investimentos para a região, e apesar de tudo, é a região que tem as mais ricas fontes de nossa variedade cultural, entre o sertão e o mar, fundamos o Brasil, os canaviais, as vaquejadas, e as charqueadas falam muito da nossa mistura étnica.

Não temos problemas de identidade como em outros quadrantes, o que é um feito inédito entre os povos-novos, e entre as nações do Velho Mundo, temos sim problema de concentração de riqueza propiciado por desenvolvimentos “socialmente perversos”.

Mais regionalmente, não podemos pensar a industrialização do Ceará como algo oriundo apenas da vontade das novas lideranças no Estado, como bem frisa quase todos os estudiosos e pesquisadores do “governo das mudanças”, ela é produto e resultado de um tempo de longa

duração. E que culminou agora com a junção de forças centrífugas e centrípetas, dentro e fora da nação. Assim também os processos globais são fenômenos desencadeados há muito tempo.

Quando se diz que o Ceará é um outro Estado, temos aí uma invenção recentíssima que aponta para mais uma transfiguração econômica. Sem dissolver suas culturas, mas isto não significa que as mesmas não estarão isentas dos ataques mercadológicos, propalados pelo próprio governo. Veja por exemplo, o terreno propício à criação do discurso da cearensidade. Que possivelmente delimitará espaços e territórios em sua política de interiorização da industrialização, de departamentalização dos espaços culturais a fim de servir de mote aos olhares do *trade* turístico.

E essa transfiguração apesar de possibilitar uma melhoria da condição econômica do Estado frente a processos globais, dos indicadores sociais da população, não indica *ipso facto* que tenhamos resolvido nossos entraves de desenvolvimento, contribuí, contudo, para dissimular uma nova identificação para o Ceará.

Até a nação brasileira é uma invenção recente, e sendo uma “comunidade imaginada”, precisa constantemente ser reinventada. A elaboração da nação é uma construção política assim como a identidade cultural. É uma guerra de hegemonia e legitimação.

“Ceará terra da gente”, foi e é um poderoso dispositivo discursivo, que atrai elogios e reconhecimento até entre os seus inimigos pontuais. Ensejou uma política arrojada no gerenciamento da máquina administrativa, e uma guinada a diversificação e interiorização de novas indústrias. Quanto à hipótese do nosso trabalho, verificamos que o governo das mudanças conseguiu implementar uma transfiguração econômica no Ceará. Em relação aos nossos objetivos pontuamos a re-invenção do Nordeste, a partir das novas lideranças no Ceará, algo de fundamental importância para legitimar os projetos de governo. Não avançamos um palmo no que se refere aos enraizamentos (ou desenraizamentos) ocorridos no “governo das mudanças”, advindos das medidas políticas e econômicas. Acreditamos que deve haver um trabalho de maior fôlego, e que empiricamente possa mapear os locais diretamente modificados pelos projetos estruturantes.

Ao nosso ver precisamos suplantar os discursos dos desenvolvimentos, pois eles desenvolvem a mesma tática de construção e reprodução discursiva do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, parece-nos que neste momento é o maior desafio da atualidade brasileira. Seria o assim tentarmos desenvolver o próprio caminho, pelo que não adianta se espelhar em modelos, estatísticas, e números alheios à realidade nacional.

É preciso criar em nosso desenvolvimento a proliferação de lugares antropológicos mais do que não-lugares, para que possamos realimentar as identidades e alteridades. O ritual de

passagem para um desenvolvimento endógeno costuma acontecer através de um labirinto do desconhecido, e agora mais ainda, visto que as identidades são múltiplas e os territórios são compartilhados (inclusive disputados por Estados, empresas privadas, e sociedades civis). E para chegar a essa mediação a contento, a eficácia do rito, sem a desintegração da nação, normalmente exige-se audácia e coragem frente aos perigos e desafios da estrada.

O desenvolvimento não é mais política propriamente de Estado. Ele é mediação, essa mediação está calcada no “tripé social”, entre o poder político das empresas, da sociedade civil organizada e do Estado. Não se pode mais pensar em uma política pública esteja a mercê do mercado, das empresas, ou dos próprios governantes, a sociedade é um vetor fundamental para isto, bem como os interesses dos empresários e governantes.

O governo do Estado do Ceará sozinho não iria(á) impulsionar as realizações daquilo que ele pretendia que fosse a construção do novo Estado no Nordeste brasileiro, mais de alguma mostrou (ou comprovou) que as identificações culturais tem um peso enorme para alavancar ou retardar processos em curso.

Sim precisamos ser modernos em nossa estrutura social e não exclusivamente em nosso parque industrial e em nosso consumo; ambientalmente mais sustentável senão acabaremos no fundo do poço, com o esgotamento de nossas reservas minerais; socialmente mais justo senão entramos de vez na entropia brasileira; politicamente mais honesto porque aprendemos a ser arbitrários, autoritários, e excludentes; culturalmente somos diversos, tão distintos, e ao mesmo tempo, tão iguais.

BIBLIOGRAFIA GERAL CONSULTADA:

- ABREU, Capistrano, *Capítulos de história colonial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ABDALA Jr., Benjamim, “Sílvio Romero, História da Literatura Brasileira” in: MOTA, Lourenço Dantas(org.), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico 2*, São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- ANDERSON, Benedict, “As promessas do Estado-nação para o início do século” in: HELLER, Agnes et alii, *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ANDRÉ, Burguière(org), *Dicionário das ciências históricas*, Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.
- ARANTES, Paulo Eduardo, “Nação e imaginação”, *Sexta-feira*, Rio de Janeiro: Editora 34, Utopia, nº 6, pp.127-154.
- ARON, Raimond, *As etapas do pensamento sociológico*, São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- AUGÉ, Marc, *Não-Lugares: uma introdução à antropologia da supermodernidade*, Campinas: São Paulo: Papyrus, 1994.
- _____, *A Guerra dos Sonhos: exercícios de etnoficção*, Campinas: São Paulo: Papyrus, 1998.
- _____, *O Sentido dos Outros: atualidade da antropologia*, Campinas: São Paulo: Papyrus, 1999.
- BACCEGA, Maria Aparecida, “Comunicação/ Educação: aproximações” in: BUCCI, Eugênio(org.), *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.
- BALDUCCI, Ernesto, *Montezuma descobre a Europa*, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- BARREIRA, César et alii, *Novos modos de pensar e fazer política: modernidade política e exclusão social nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes*, Fortaleza: UFC, 1993.
- BENJAMIN, César et alii, *A Opção brasileira*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BEOZZO, José Oscar, “500 Anos: Culturas Oprimidas e Evangelização” in: _____,(org), *Curso de Verão: ano V*, São Paulo: Paulinas, 1991.
- _____, “Uma perspectiva para compreender os 500 anos” in: BEOZZO, José Oscar et alii, *Vida, Clamor e Esperança: reflexões para os 500 anos de evangelização a partir da América Latina*, São Paulo: Edições Loyola,1992.
- BERBEL, Márcia, “Globalização e Estados Nacionais: um problema para historiadores” in: DOWBOR, Ladislau et alii, *Desafios da Globalização*, Petrópolis: Rio de Janeiro:Vozes, 1997.
- BERGER, P., & LUCKMANN, T., *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- BOTELHO, Demartone C. "Ajuste Fiscal e Reforma do Estado: o caso do estado do Ceará 1987 a 1991", Texto apresentado no Seminário *O Ajustamento do setor público no Ceará no contexto do federalismo brasileiro*. CAEN/UFC, 1993.
- BOSI, Alfredo, *Dialética da Colonização*, São Paulo: Companhia das Letras, 3ª edição, 1992.
- BOURDIEU, Pierre, *A Economia das Trocas Lingüísticas. O que Falar Quer Dizer*, São Paulo: EDUSP, 1996.
- _____, & HAACKE, Hans, *Livre-troca: diálogos entre ciência e arte*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, “A Arca de Noé (apontamentos sobre sentidos e diferenças a respeito da idéia de cultura)” in: BEOZZO, Oscar(org), *Curso de Verão: ano XII*, São Paulo: Paulinas, 1998.

- BRUM, Argemiro J., *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 16ª edição, 1996.
- BURKE, Peter, *História e Teoria Social*, São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- _____, “História como Memória social” in: _____, *Variedades de História cultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CALHOUN, Craig, “Multiculturalismo e Nacionalismo, ou por que sentir-se em casa não substitui o espaço público” in: MENDES, Candido(coor), *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CARDOSO, Fernando H., *As idéias e o seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2ª edição, 1995.
- CARR, E. H., *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARVALHO, Edgard de Assis, *Polifônicas Idéias: antropologia e universalidade*, São Paulo: Ed. Imaginário, 1997.
- CARVALHO, J. Murilo de, *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. *Transição Democrática Brasileira e Padrão Midiático Publicitário da Política*, Campinas: São Paulo: Pontes Ed.; Fortaleza: UFC, 1999.
- CASTORIADIS, Cornelius, *A Instituição Imaginária da Sociedade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Iná Elias de, *O mito da necessidade*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- CASTRO, Iná Elias de (org), *Brasil: questões atuais da reorganização do território*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 2002.
- CASTRO, Josué de, *Geografia da Fome*, Rio de Janeiro, 1946.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A Análise Social da Ideologia*, São Paulo: EPU, 1987.
- CHAUÍ, Marilena de Souza, "Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados" In: DAGNINO, Evelina(org), *Os Anos 90 Política e sociedade no Brasil*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- _____, *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CERTEAU, Michel de, *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- COMBLIN, José, *O Neoliberalismo: Ideologia dominante na virada do século*, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2ª edição, 2000.
- COSTA, Liduina Farias da, “O Nordeste e a Globalização: posicionamentos dos empresários-políticos cearenses”, *Tese de Doutorado em Sociologia*, Fortaleza: UFC, 2000.
- CUNHA, Euclides da, *Os Sertões: campanha de Canudos*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 39ª edição, 2000.
- D’ALESSIO, Márcia Mansor, *Reflexões sobre o saber histórico. Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux*, São Paulo: UNESP, 1998.
- DAMATTA, Roberto, “Globalização e Identidade Nacional: considerações a partir de experiência brasileira” in: MENDES, Candido(coor), *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- DEMO, Pedro, *Charme da Exclusão Social*, Campinas: São Paulo: Autores Associados, 2ª edição, 2002.
- DIÓGENES, Glória, “Ciro Gomes: percursos de uma imagem” in: PARENTE, Josênio & ARRUDA, José Maria(orgs), *A Era Jereissati: modernidade e mito*, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Vol.1, 2002.
- DOSSE, François, *A História à prova do tempo: da historia em migalhas ao resgate do sentido*, São Paulo: UNESP, 2001.

- _____, *O Império dos Sentidos: a humanização das ciências humanas*, Bauru: São Paulo: EDUSC, 2003.
- DOWBOR, Ladislau, *O mosaico partido: (a economia além das equações)*, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- DOWBOR, Ladislau(org), *Desafios da globalização*, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- _____, *Desafios da Comunicação*, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- DREIFUSS, René Armand, *A Época das Perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2ª edição, 1997.
- DUSSEL, Enrique, *1492: o Encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade*, Petrópolis: Vozes, 1993.
- DUARTE, Nestor, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1939.
- FERNANDES, Rubem César, *Vocabulário de idéias passadas: ensaios sobre o fim do socialismo*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER, 1993.
- FINKIELKRAUT, Alain, *A Derrota do Pensamento*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FOUCAULT, Michel, *História da Sexualidade (I). A Vontade de Saber*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 5ª edição, 1984.
- _____, *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, São Paulo: Martins Fontes, 6ª edição, 1992.
- _____, *A Ordem do Discurso*, São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____, *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, Petrópolis: Vozes, 15ª edição 1997.
- _____, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 17ª edição, 2003.
- FREYRE, Gilberto, *Casa-grande e senzala*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1998.
- _____, *Região e Tradição*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1941.
- FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 27ª edição, 2000.
- GALVÃO, Walnice, “Euclides da Cunha, Os Sertões” in: MOTA, Lourenço Dantas(org.), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, São Paulo: Editora SENAC, 2ª ed. 1999.
- GIDDENS, Anthony, *As Conseqüências da Modernidade*, São Paulo: EDUESP, 1991.
- GONDIM, Linda Maria de Pontes. *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas - Os "governos das mudanças" no Ceará (1987-1994)*, Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.
- _____, “Os ‘governos das mudanças’ (1987-1994)” in: SOUSA, Simone de, et alii, *Uma nova história do Ceará*, Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2ª edição, 2002.
- GRUZINSKI, Serge, *A Colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Século XVI – XVIII*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HABERMAS, Jurgen, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____, *O Discurso Filosófico da Modernidade: doze lições*, São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HAESBAERT, Rogério, “‘Gaúchos’ e baianos no ‘novo’ Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais” in: CASTRO, Iná Elias de(org), *Brasil: questões atuais da reorganização do território*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 2002a.
- _____, “Fim dos territórios ou novas territorialidades?” in: LOPES, Luiz P.(org), *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*, Campinas: São Paulo: Mercado de Letras, 2002b.
- HALL, Stuart, *Identidades culturais na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997.
- HANDELMANN, H., *História do Brasil*, São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 2ª edição, tomo I, 1978.
- HOBBSBAWM, Eric, *Sobre História*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- _____, *Nação e Nacionalismos desde 1730: programa, mito e realidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____, e RANGER, Terence, *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 26ª edição, 2004.
- _____, *Visão do Paraíso*, São Paulo: Publifolha, 2000.
- IANNI, Octavio, *Imperialismo na América Latina*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1988.
- _____, *Ensaio de Sociologia da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____, *A Idéia de Brasil Moderno*, São Paulo: Brasiliense, 1996a
- _____, “A Racialização do Mundo” in: *Tempo Brasileiro*, Revista de Sociologia, USP, 1996b.
- _____, *A Sociedade Global*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 8ª edição, 1999.
- _____, *Enigmas da Modernidade-mundo*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____, *Teorias da Globalização*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 11ª edição, 2003.
- KEHL, Maria Rita, “Eu vi um Brasil na TV” in: _____, et alii, *Um país no ar: História da TV brasileira em 3 canais*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LACLAU, Ernest, “Universalismo, particularismo e a questão da Identidade” in: MENDES, Candido(coor), *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LAPLANTINE, François, *Aprender Antropologia*, São Paulo: Brasiliense, 2003.
- LAURELL, Asa Cristina(org), *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*, São Paulo: Cortez, 3ª edição, 2002.
- LEFORT, Bernard(coor), *Sobre o fim da História*, Petrópolis: Vozes, 1994.
- LÉVI, Pierre, *Cibercultura*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, “Raça e História” in: LÉVI-STRAUSS, Claude, *Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- LYOTARD, Jean François, *O Pós-Moderno*, Rio de Janeiro: José Olympio, 4ª edição, 1993.
- MACHADO, L. Osório, “O comercio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?” in: CASTRO, Iná Elias de(org), *Brasil: questões atuais da reorganização do território*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 2002.
- MARTINS, Mônica Dias, “Modernização do Estado e reforma agrária” in: PARENTE, Josênio & ARRUDA, José Maria(orgs), *A Era Jereissati: modernidade e mito*, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Vol.1, 2002.
- MARX, Karl, *O Capital: crítica da economia política. Livro primeiro. O processo de produção do capital*, São Paulo: Nova Cultural, 3ª edição, 1988.
- _____, & ENGELS, F, *Manifesto do Partido Comunista / Edição comemorativa dos 150 anos*, Bauru: São Paulo: EDIPRO, 1998.
- MOUFFE, Chantal, “Identidade democrática e Política pluralista” in: MENDES, Candido(coor), *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ODÁLIA, Nilo(org), *Varnhagen: história*, São Paulo: Ática, 1979.
- _____, *As Formas do Mesmo. Ensaio sobre o Pensamento Historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*, São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1997.
- OLIVEIRA, Flávio, “Globalização: repensar a História Nacional” in: DOWBOR, Ladislau et alii, *Desafios da Globalização*, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco, *Elegia para uma re(li)gião*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 1981.

- OLIVEIRA, Manfredo, “A modernidade na América Latina” in: BEOZZO, Oscar, et alii, *Vida, Clamor e Esperança: reflexões para os 500 anos de evangelização a partir da América Latina*, São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- ORLANDI, Eni P. *Terra à vista!: discurso do confronto: velho e novo mundo*, São Paulo: Cortez, 1990.
- _____, *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*, São Paulo: Pontes, 5ª edição, 2003.
- _____, et alii, *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*, São Paulo: Cortez, 1989.
- ORTIZ, Renato, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo: Brasiliense, 4ª edição, 1994.
- _____, *O próximo e o distante: Japão e modernidade-mundo*, São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PARENTE, Josênio "Projetando a Hegemonia Burguesa: Organização e Expressão Política dos Industriais Cearenses" In: *Revista de Ciências Sociais*, Vol., 20-21, nº 1/2. Fortaleza, 1989/90.
- _____, “O Ceará dos ‘coronéis’(1945-1986)” in: SOUSA, Simone de, et alii, *Uma nova história do Ceará*, Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2ª edição, 2002.
- _____, & ARRUDA, José Maria(orgs), *A Era Jereissati: modernidade e mito*, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Vol.1, 2002.
- POLLAK, Michel, “Memória, Esquecimento e Silêncio”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol,2, nº 3, 1989.
- PRADO, Paulo, *Retrato do Brasil: ensaios sobre a tristeza brasileira*, Rio de Janeiro, 1931.
- PRADO Jr., Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- PRIOLLI, Gabriel, “Antenas da Brasilidade” in: BUCCI, Eugênio(org.), *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.
- RAMONET, Ignácio, *Geopolítica do Caos*, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 4ª edição, 2001.
- RAMOS, Guerreiro, ”Notas para um estudo crítico da sociologia no Brasil” in:
- REIS, José Carlos, *Identidades do Brasil: de Varnhagen à FHC*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- RIBEIRO, Darcy, *O Processo Civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____, *Estudos de Antropologia da Civilização: as Américas e a civilização, processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*, Petrópolis, Vozes, 1979.
- _____, *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROBERTSON, Roland, “Valores e Globalização: comunitarismo e globalidade” in: MENDES, Candido(coor), *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães, *O que é Etnocentrismo*, São Paulo: Brasiliense, 2003.
- SACHS, Wolfgang(ed), *Dicionário do Desenvolvimento*, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *Pela mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*, São Paulo: Cortez, 1997.
- _____, “Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo” in: HELLER, Agnes et alii., *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- SANTOS, M., *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*, São Paulo, HUCITEC, 1994.

- _____, SILVEIRA, M. Laura, *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, José Borzacchiello da, “A cidade contemporânea no Ceará” in: SOUSA, Simone de, et alii, *Uma nova história do Ceará*, Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2ª edição, 2002.
- SODRÉ, Muniz, “Genealogia do conceito” in: _____, *A verdade seduzida*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- SOUSA, Simone de, et alii, *Uma nova história do Ceará*, Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2ª edição, 2002.
- SOUZA BRAGA, Uiracy de, *Ciência Moderna e Interrogação Filosófica: Modernidade, Identidade e Cultura de Fronteira*, Campina Grande: Argos Gomero, 1997.
- SOTO, Willian H. G., “A Análise de Discurso nas ciências sociais” in: *Cadernos de Sociologia*, Vol. 9, Porto Alegre, s/d.
- SUESS, Paulo, “Culturas e Evangelho” in: BEOZZO, Oscar(org), *Curso de Verão: ano V*, São Paulo: Paulinas, 1991.
- _____, “Evangelização a partir das culturas” in: BEOZZO, Oscar, *Vida, Clamor e Esperança: reflexões para os 500 anos de evangelização a partir da América Latina*, São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- _____, “A Causa dos Povos Indígenas” in: BEOZZO, Oscar(org), *Curso de Verão: ano XII*, São Paulo: Paulinas, 1998.
- TAVARES, Maria da Conceição, *Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*, Rio de Janeiro: Record, 1999.
- TEXEIRA, Francisco José Soares, *Ceará, Terra dos Outros. uma avaliação do Projeto do Governo das Mudanças*, Fortaleza: Ceará: mimeo, agosto de 1999.
- TEIXEIRA Jr., Antonio Mendes, “O Relógio do (Des)cobrimto e o Tic tac da Nação de Varnhagen à Rede Globo”, *Monografia de Graduação* apresentada ao Curso de Ciências Sociais, UECE, Fortaleza-Ce, 2001, mimeo.
- THOMPSON, J. B., *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*, Petrópolis: Vozes, 1995.
- TOURAINÉ, Alain, *Crítica da Modernidade*, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História Geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal*, São Paulo: Edições melhoramentos. 7ª edição, 1962.
- VATTIMO, Gianni, *O Fim da Modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*, São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VELHO, Otavio, “Globalização: objeto, perspectiva, horizonte” in: MENDES, Candido(coor), *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- VIANNA, Oliveira, *Instituições Políticas Brasileiras*, Rio de Janeiro: Paz & Terra; UFF, 1973.
- WILFRED, Felix, “A arte de transpor fronteiras”, *Concilium*, nº 280, 1999.

JORNAIS e REVISTAS:

- Jornal *Folha de São Paulo*. Caderno *Mais*, 6-6, 11.10. 1992.
- Jornal *O POVO* - Edições selecionadas
- Jornal *Diário do Nordeste* - Edições selecionadas
- Jornal *A Tarde* - Edições selecionadas

- Primeira Leitura*, ed., nº 17, julho de 2003
- Isto É*. Edições selecionadas

Veja. Edições selecionadas

DOCUMENTOS:

Ceará. Governador, 1995-1998(Tasso Jereissati). *Plano de Desenvolvimento Sustentável: 1995-1998*. Fortaleza: Seplan, 1995.

Ceará. Governador, 1999-2002(Tasso Jereissati). *Mensagem à Assembléia Legislativa 1999*. Fortaleza: Seplan, 1999.

Ceará. Governador, 1999-2002(Tasso Jereissati). *Mensagem à Assembléia Legislativa 2000*. Fortaleza: Seplan, 2000.

Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social(Lúcio Alcântara).*Plano de Governo 2003-2006*. Fortaleza: Seplan, 2003.

SITES:

<http://www.psd.org.br/biblioteca/pronunciamento.asp?id=230>

<http://www.psd.org.br/biblioteca/OTUCANO31.asp>

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)